

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades. desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237-6976



VOLUME 8, NÚMERO 1
JANEIRO - JUNHO
2018



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



CAPEL Portal de Periódicos



Revistas de livre acesso



Sumários.org



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 8, Número 1, Janeiro – Junho de 2018.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830/ *E-mail*: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



APRESENTAÇÃO

Nesse primeiro número do volume 8, a Revista Orbis Latina publica oito artigos aprovados por renomados avaliadores *ad hoc*. Aos avaliadores, que contribuíram para nossa revista, deixamos expressos nossos agradecimentos pelo trabalho.

Entrando do escopo da revista, no primeiro artigo, escrito por Ariana Cericatto da Silva e Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues, traz os resultados de uma pesquisa sobre a distribuição locacional da viticultura nas microrregiões do Rio Grande do Sul (1995 – 2013). No trabalho, as autoras apontam para “a formação de um novo centro produtor no centro-sul do estado, demonstrando distribuição espacial da produção de uva da região da Serra Gaúcha para as regiões da Campanha e Serra do Sudeste”.

No segundo artigo, os autores fazem um estudo sobre a variedade e qualidade das exportações latino-americanas. Lucca Simeoni Pavan e Maurício Vaz Lobo Bittencourt mensuraram e compararam a composição das exportações dos países da América Latina. Nas palavras dos pesquisadores, os dados do trabalho revelam que “México e Brasil são os principais exportadores em volume de comércio, mas isso não necessariamente significa que exportam grandes variedades de produtos ou produtos de alta qualidade”.

O próximo artigo de autoria de Renata Rocha Gadelha, com o título de “Aprendendo com os povos tradicionais: da sanidade vegetal à sanidade dos agrossistemas”, traz uma reflexão acerca das estratégias dos agricultores tradicionais no intuito de contribuir para sustentabilidade ambiental. Segundo a autora, a ideia é “trazer a perspectiva da sanidade vegetal a partir da sanidade do agroecossistema: seu equilíbrio dinâmico a partir do incremento de biodiversidade gerando o controle biológico”.

As autoras Carla de Oliveira Monsores e Zaira Carvalho Cornélio Braga, no quarto artigo desse número, apresentam um trabalho sobre os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipú na cidade de Foz do Iguaçu – PR.

No quinto artigo, intitulado “Gestão logística: o caso da empresa ‘SANTOS Brasil’”, os pesquisadores Wilson Alvares dos Santos e Guillermo Díaz Villavicencio discutem as estratégias adotadas pelos operadores logísticos diante do mercado competitivo e globalizado.



Ageu Tavella Goncalves, autor do sexto artigo desse número, trata da aplicação e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para fins pedagógicos. Para ele, “as TIC's assumiram, nos últimos anos um papel imprescindível na Educação”.

No sétimo artigo, os autores fazem uma reflexão sobre o papel das audiências públicas como instrumento de participação social. Bruna Ramos Calegario e Exzolvildres Queiroz Neto abordam, sobretudo, a questão da democracia participativa nos municípios.

Finalmente, no último artigo, os pesquisadores Fernando Meira Borges, Talana Bordignon Maria e Giuliano Silveira Derrosso fazem um estudo de caso sobre o atendimento aos consumidores nas lojas de autopeças da Vila Porte, em Foz do Iguaçu – PR. Nesse trabalho os autores realizam uma análise empírica de como os comerciantes da Tríplice Fronteira tratam os clientes oriundos de Ciudad del Este (Paraguai) e de Puerto Iguazú (Argentina).

Boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (**Editor**)



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

<i>A VITICULTURA NAS MICRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL E SUA DISTRIBUIÇÃO LOCACIONAL</i> <i>Ariana Cericatto da Silva e Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues</i>	<i>05</i>
<i>COMPARANDO A VARIEDADE E QUALIDADE DAS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS</i> <i>Lucca Simeoni Pavan e Maurício Vaz Lobo Bittencourt.....</i>	<i>21</i>
<i>APRENDENDO COM OS POVOS TRADICIONAIS E COM A NATUREZA: DA SANIDADE VEGETAL À SANIDADE DOS AGROECOSSISTEMAS</i> <i>Renata Rocha Gadelha.....</i>	<i>41</i>
<i>A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, À LUZ DA TEORIA DE BASE DA EXPORTAÇÃO</i> <i>Carla de Oliveira Monsores e Zaira Carvalho Cornélio Braga.....</i>	<i>60</i>
<i>GESTÃO LOGÍSTICA: O CASO DA EMPRESA “SANTOS BRASIL”</i> <i>Wilson Alvares dos Santos e Guillermo Díaz Villavicencio.....</i>	<i>85</i>
<i>AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC’S, COMO FACILITADOR NO AMBIENTE ESCOLAR</i> <i>Ageu Tavella Gonçalves</i>	<i>99</i>
<i>A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NOS MUNICÍPIOS: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL</i> <i>Bruna Ramos Calegario e Exzolvildres Queiroz Neto.....</i>	<i>109</i>
<i>DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS LOJAS DE AUTOPEÇAS DA VILA PORTES NO ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES DE CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ</i> <i>Fernando Meira Borges, Talana Bordignon Maria e Giuliano Silveira Derrosso</i>	<i>127</i>
<i><u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u></i>	<i>154</i>



A VITICULTURA NAS MICRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL E SUA DISTRIBUIÇÃO LOCACIONAL

VITICULTURE IN THE MICRORREGIONS OF RIO GRANDE DO SUL AND ITS LOCAL DISTRIBUTION

Ariana Cericatto da Silva*
Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues**

RESUMO

Este trabalho analisou a distribuição locacional da viticultura nas microrregiões do Rio Grande do Sul no período de 1995 a 2013. Utilizou-se como indicador de análise regional o Quociente Locacional (QL) e como variáveis o valor da produção de uva em relação ao valor da produção total da lavoura permanente. Os principais resultados mostraram a formação de um novo centro produtor no centro-sul do estado, demonstrando distribuição espacial da produção de uva da região da Serra Gaúcha para as regiões da Campanha e Serra do Sudeste. No entanto, apesar da distribuição espacial que vem ocorrendo nos últimos anos, o maior volume produzido ainda se encontra na microrregião de Caxias do Sul, pertencente à região da Serra Gaúcha a qual historicamente tem tradição na atividade vitícola.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Valor da produção. Viticultura.

ABSTRACT

This work analyzed the locational distribution of viticulture in the microregions of Rio Grande do Sul from 1995 to 2013. The Locational Quotient (QL) was used as the indicator of regional analysis and as variables the value of grape production in relation to the value of Production of permanent crops. The main results showed the formation of a new production center in the south-central part of the state, demonstrating the spatial distribution of grape production from the Serra Gaúcha region to the regions of Campanha and Serra do Sudeste. However, despite the spatial distribution that has been occurring in recent years, the largest volume still produced is in the Caxias do Sul microregion, belonging to the Serra Gaucha region, which historically has a tradition in winemaking.

Keywords: Rio Grande do Sul. Value of production. Viticulture.

* Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestra em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: ariana_cericatto@hotmail.com

** Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: eco1321@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou analisar a distribuição locacional da viticultura nas microrregiões do Rio Grande do Sul no período de 1995 a 2013. O tema em questão foi escolhido por tratar-se de uma importante produção no Sul do Brasil, o qual vem contribuindo para a economia do estado do Rio Grande do Sul agregando valor, além de reconhecimento nacional e internacional.

O trabalho divide-se basicamente em cinco partes sendo a primeira esta introdução. Na segunda parte apresentou-se uma breve revisão teórica a respeito dos conceitos de região e especialização regional. Fez-se também uma caracterização das principais regiões produtoras de uva do Rio Grande do Sul.

Na terceira parte, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta parte, têm-se os resultados da produção e da especialização da uva nas microrregiões gaúchas. Por fim, na quinta parte apresentam-se as considerações sobre esta pesquisa.

2 REGIÕES E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL

A região é um produto social, o qual deve ser dinâmico o suficiente para abranger as estruturas internas que tendem a se modificar com o passar do tempo. As potencialidades internas de desenvolvimento de uma região não se referem apenas à sua disponibilidade de estoque de recursos naturais requeridos em algum grau pela economia nacional para atender às demandas interna e externa. As características de uma economia modificam-se no longo prazo, em função de mudanças na dinâmica do crescimento econômico. Essas mudanças podem ser de natureza interna e/ou externa a região, as quais constituem o próprio processo de desenvolvimento econômico regional (BENKO, 1999; HADDAD, 1993).

A definição de região pode ser expressa pelo território ou espaço ao qual representa. Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. Segundo Raffestin (2009) o espaço está em posição que antecede ao território, porque esse é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação produzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente de um espaço, o ator o territorializa.

O território na vitivinicultura é associado e representado pelo *terrior*. Pitte (2012) usa a definição do latim *territorium* que deu origem a várias palavras francesas, entre as quais *territoire* (território), que designa um espaço do qual se tem a posse, em particular do ponto de vista político, e *terroir* (terreno), que designa a terra destinada à agricultura. Portanto, o termo *terroir* representa um determinado lugar e não, exclusivamente, o produto oriundo da vitivinicultura, embora seja através dela que é mais reconhecido e utilizado.

Referindo-se especialmente a composição de um *terroir* vitícola, Pitte (2012) afirma que na composição deste entram o tipo de solo próprio, um microclima, a disponibilidade de água e, especialmente, um conhecimento específico, mas que, sobretudo revela sempre uma faceta das potencialidades desse espaço.



Dessa forma, o *Terroir* assume uma dimensão simbólica, com identidade cultural que ao ser associado ao produto irá valorizá-lo, o valor deixa de ser atrelado ao custo benefício e assume uma relação hedônica como atrativo diferenciado por ativos intangíveis, ou seja, uma dimensão simbólica. Assim os produtos que carregam esse valor diferenciado transformam-se em especialidades (BLUME, 2008).

A especialização é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para o desenvolvimento. Ou seja, a especialização deve ser vista como um meio de incentivar a diversificação da produção interna, de modo que a região possa ser auto-suficiente, e ainda possua o produto, dito como principal, para a exportação (PAIVA, 2006).

Segundo Douglas North (1977), é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas, que produzem bens e serviços vendidos fora da região e atividades não básicas, que são destinadas ao consumo interno. O avanço econômico se dá a partir das atividades de base econômica e o suporte da estrutura institucional, as instituições dão o suporte legal, inovador, estrutural para que a base de exportação renove o seu dinamismo ao longo do tempo. As rendas geradas pela procura dos bens produzidos nas atividades de base impulsionam as atividades não básicas ou locais e induzem o crescimento da região (PIFFER, 1997; NORTH, 2006).

Nesse sentido, a região atrela-se a procura externa e a ela deve adaptar-se para sobreviver. A atividade exportadora, deriva da presença da atividade básica da região. A forma de alavancar a região via esse modelo seria reinvestindo na atividade para que essa dinamize outras atividades.

2.1 PRINCIPAIS REGIÕES VITÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL

A viticultura no Rio Grande do Sul tem como região produtora tradicional a Serra Gaúcha. Todavia, em período mais recente essa atividade aumentou a participação na economia de outras regiões e têm apresentado um significativo incremento na produção. As áreas produtoras de uva no estado dividem-se em quatro principais sub-regiões, mais ao Norte, os Campos de Cima da Serra (microrregião de Vacaria) e a Serra Gaúcha (microrregiões de Caxias do Sul, Passo Fundo, Guaporé e Montenegro), mais ao sul, a Serra do Sudeste (microrregião de Serras de Sudeste) e a Campanha Gaúcha (microrregiões de Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional) (conforme Figura 1).

A Serra Gaúcha possui uma área de 8.087 Km² e está localizada a uma altitude média de 300 a 900 metros. O clima temperado caracteriza-se pela homogeneidade pluviométrica com alterações térmicas causadas pelo relevo. Essa região é considerada o maior pólo de viticultura do Rio Grande do Sul e a maior região vitícola do país, com uma área de 32,9 mil hectares de vinhedos o qual representa 80,2% de toda a área vitícola do Rio Grande do Sul. Conta com mais de 12 mil pequenas propriedades distribuídas em 19 municípios, o município de Bento Gonçalves (que faz parte da microrregião de Caxias do Sul) é o principal produtor e responde por 15% da área total do estado. (ALBERT et al., 2007; COPELLO, 2015; INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO - IBRAVIN, 2015).



Trata-se de uma viticultura de pequenas propriedades, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar. Mais de 80% da produção da região é de cultivares de uvas americanas, a maior parte dessa produção destina-se a fabricação de vinhos de mesa, sucos e derivados. Em relação à produção de vinhos finos, a região da Serra Gaúcha, obteve destaque a partir da motivação empresarial em agregar maior valor ao produto e fazê-lo competitivo. Essa estratégia resultou na primeira indicação geográfica no Brasil, que foi a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, posteriormente, essa certificação também foi alcançada pelas regiões de Pinto Bandeira e Monte Belo, comprovando a qualidade do produto da região. A região da Serra Gaúcha destaca-se também pelo enoturismo, importante gerador de renda para região (PROTAS; CAMARGO, 2010).

Figura 1 – Principais regiões produtoras de uvas do Rio Grande do Sul - 2014



Fonte: Adaptado de Copello, 2015.

A região da Campanha Gaúcha historicamente foi concebida como região de agropecuária extensiva, com altitudes entre os 75 e 420 metros e topografia plana. Nessa região observa-se que a indústria vinícola, diferentemente da pecuária extensiva, caracteriza-se pelo poder de agregação de valor na produção, seja pelo incremento de novos produtos, seja pela variedade da produção de vinhos a partir de diferentes castas de uvas e pela



crescente tecnologia evolvida na produção de vinhos finos. Atualmente, a produção vitivinícola desenvolvida na metade sul do Rio Grande do Sul está expandindo sua participação na produção de vinhos finos o que vem contribuindo para a transformação da paisagem regional. Desta forma, a região se consolida como a segunda principal região produtora do Rio Grande do Sul (COPELLO, 2015).

A cultura da uva na Campanha Gaúcha nos municípios de Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Itaqui e Rosário do Sul, somam uma área plantada de 856 hectares. Outros municípios como Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Caçapava do Sul e Lavras do Sul, têm maior participação na área e totalizam 1,89 mil hectares. Isso demonstra a inserção de um cultivo sem a reconhecida tradição colonial como a que ocorreu na Serra Gaúcha. A produção nessas novas áreas ocorre mediante o uso de tecnologias avançadas no manejo, mudando o perfil da produção (BRUM NETO; BEZZI, 2009).

Como destaca Engelmann (2009) esta atividade produtiva trouxe consigo uma nova racionalidade, baseada no mercado e na competitividade. Sendo que as características edafoclimáticas foram a principal motivação dos agentes econômicos para sua instalação na Campanha Gaúcha. Trata-se de critérios competitivos valorizados pelos empresários para se posicionarem no mercado.

Na região da Serra do Sudeste a vitivinicultura ganhou importância econômica, mais recentemente, a partir de investimentos efetuados por vinícolas localizadas na Serra Gaúcha. São cultivadas castas de *Vitis vinifera*, com predominância das uvas tintas. A produtividade dos vinhedos na região situa-se entre 8 e 12 t/ha, dependendo da cultivar e das condições climáticas da safra (PROTAS; CAMARGO, 2010).

A Serra do Sudeste é uma região formada por sucessivas ondulações no terreno (coxilhas gaúchas), com altitudes que variam entre 400 e 500 metros. Mesmo não tendo tradição na atividade vitivinícola, contata-se que essa região vem sendo considerada como um dos mais novos *terroirs* do Rio Grande do Sul. No ano de 2014 a região Serra do Sudeste produziu 4,76 milhões quilos de uvas. As uvas híbridas e americanas somaram 1,84 milhões de quilos e as viníferas 2,92 milhões de quilos comprovando a especialização da região para uvas destinadas a produção de vinhos finos (COPELLO, 2015; IBRAVIN, 2015).

É importante ressaltar que a produção de uvas na região Serra do Sudeste é utilizada para abastecer vinícolas de outras regiões como a da Campanha e da Serra Gaúcha. No entanto, no ano de 2000 instalou-se a primeira vinícola da região o que demonstra maiores investimentos nessa atividade (COPELLO, 2015).

A Região de Campos de Cima da Serra está localizada na divisa com o estado de Santa Catarina, é formada por um conjunto de encostas e imensos paredões cuja altitude varia dos 900 aos 1.100 metros. Essa região conta com uma pequena área que ganha destaque em função dos vinhos e espumantes oriundos de municípios como: Bom Jesus, Jaquirana, São Francisco de Paula e Vacaria. Em 2014 a região produziu 7,19 milhões de quilos de uva (COPELLO, 2015; IBRAVIN, 2015).

Ao descrever as principais regiões produtoras de uvas do Rio Grande do Sul, constataram-se modificações locais, com destaque para a região Serra do Sudeste, região



que não apresentava tradição na produção vitivinícola. Na terceira parte deste trabalho encontram-se os procedimentos metodológicos e logo na sequência os resultados os quais trazem uma análise a respeito das alterações espaciais da produção de uvas no estado do Rio Grande do Sul.

3 METODOLOGIA

A área escolhida para esse estudo foi o Estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com o estado de Santa Catarina, fronteira com a Argentina e o Uruguai e limite com o Oceano Atlântico. Apresenta uma população de 10.905.200 habitantes, aproximadamente 6% do total da população brasileira, e uma área de 281.748,5 km² (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE, 2015).

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398 metros, o clima é o subtropical com baixas temperaturas e a vegetação é diversificada com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica e a existência de campos, que caracterizam a Campanha Gaúcha e as terras altas do Planalto Meridional (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAN/RS, 2015).

Para analisar a especialização da produção de uva do Estado do Rio Grande do Sul e do perfil locacional dessa produção no período de 1995 a 2013 tomaram-se como unidades básicas de estudo as Microrregiões Geográficas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1976. Conforme a divisão do IBGE, o Rio Grande do Sul possui trinta e cinco microrregiões (Figura 2).

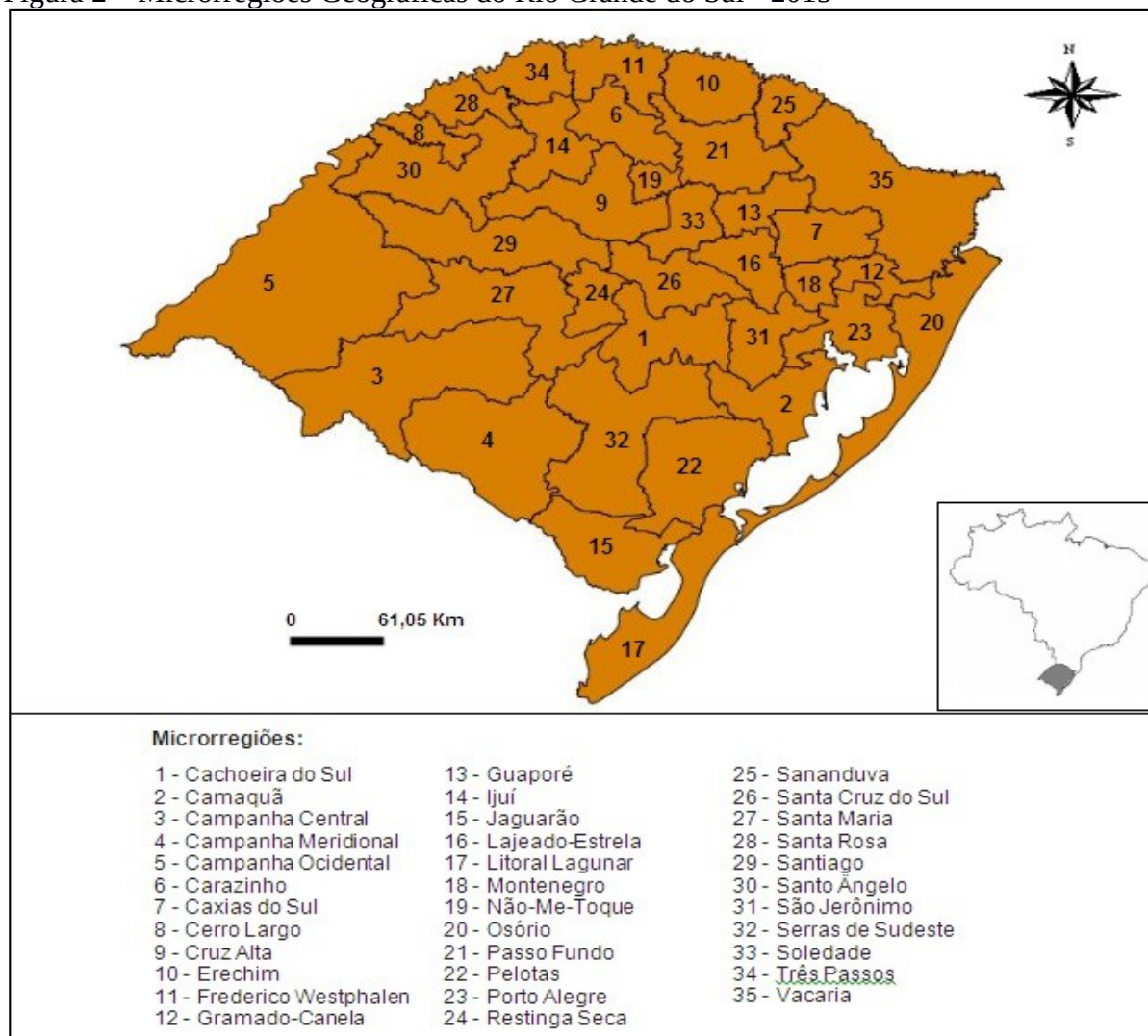
Em relação à coleta dos dados, a mesma se deu de forma secundária. As informações sobre o valor da produção da uva e o valor da produção total da lavoura permanente foram coletadas através da base de dados disponível junto a Produção Agrícola Municipal do banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Para a estimativa do Quociente Locacional (QL) coletou-se dados do valor da produção da uva e do valor da produção total da lavoura permanente para os anos de 1995, 2001, 2007 e 2013. O período de tempo selecionado, 1995 a 2013, justifica-se pela disponibilidade dos dados e por se considerar um período significativo, no qual se evidenciam as modificações locais sofridas pelas microrregiões rio-grandenses em relação à produção de uva e conseqüentemente pelo Estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Justifica-se também por compreender uma fase importante para o desenvolvimento da viticultura gaúcha através da implementação de novas tecnologias nas videiras direcionadas à adaptação da produção em solo e clima específico para cada região, bem como os ganhos em competitividade que a atividade agregou com o processo de reconversão da plantação em espaladeira, principalmente, no tocante a produção de uvas finas (*vitis viniferas*) para produção de vinhos.



Figura 2 – Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul - 2015



Fonte: Elaboração Própria.

3.1 MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL

Os primeiros pesquisadores a aplicar e sistematizar os indicadores de análise regional no Brasil foram Lodder (1971) e Haddad (1989). Outros pesquisadores como: Alves et al.



(2006), Costa (2002), Ferrera de Lima et al. (2006), Piffer (1997; 2009), Piacenti e Ferrera de Lima (2012) fazem referência a esse instrumental analítico.

Para a estimativa do indicador de análise regional Quociente Locacional (QL), procedeu-se à construção da matriz de informações: organizaram-se as informações em uma matriz que relacionou a distribuição setorial-espacial do valor da produção. Com as matrizes construídas, o cálculo do QL permitiu descrever padrões de distribuição espacial da produção de uva nas diferentes microrregiões rio-grandenses.

3.1.1 A matriz de Informações Espaciais

As informações foram organizadas em uma matriz, na qual cada linha mostra a distribuição total do valor da produção da uva entre as diferentes microrregiões rio-grandense, e cada coluna mostra como o valor da produção total da lavoura permanente de uma dada microrregião se distribui entre o total da produção.

Para a construção da matriz espacial define-se:

VP_{ij} = valor da produção da uva i da microrregião j ;

$VP_{.j} = \sum_i VP_{ij}$ = valor da produção total da lavoura permanente da microrregião j ;

$VP_{i.} = \sum_j VP_{ij}$ = valor da produção da uva i de todas as microrregiões;

$VP_{..} = \sum_i \sum_j VP_{ij}$ = valor da produção total da lavoura permanente de todas as microrregiões.

Assim, pode-se apresentar a matriz de informação da seguinte forma:

Figura 3 - Matriz de informação

	←----- Microrregião j -----→		
	↑		$\sum_i VP_{ij}$
↑ Subsetor i ↓	←----- VP_{ij} -----→		
	↓		
	$\sum_i VP_{ij}$		$\sum_i \sum_j VP_{ij}$

Fonte: Adaptado de Haddad (1989, p. 226).



A partir da matriz espacial, são derivadas outras duas que mostram, em termos percentuais, a distribuição do valor da produção da uva em cada microrregião, e a distribuição do valor da produção da uva entre as microrregiões:

$$i^e j = \frac{VP_{ij}}{\sum_i VP_{ij}} \quad (1)$$

$$j^e i = \frac{VP_{ij}}{\sum_j VP_{ij}} \quad (2)$$

sendo: $\sum_i i^e j = 1,00$; $\sum_j j^e i = 1,00$; $i^e . = \sum_j i^e j$; e $j^e . = \sum_i j^e i$

Neste trabalho selecionou-se como medida de análise regional o Quociente Locacional a fim de verificar as alterações locais na produção vitícola do Rio Grande do Sul.

3.2 QUOCIENTE LOCACIONAL

O Quociente Locacional (QL) da uva i na microrregião j foi definido como:

$$QL_{ij} = \frac{VP_{ij}/VP_{i.}}{VP_{.j}/VP_{..}} \quad (3)$$

O QL comparou a participação percentual de uma microrregião, em relação ao valor da produção da uva, com a participação percentual da mesma microrregião, em relação ao valor da produção total de lavoura permanente no Estado do Rio Grande do Sul. Se o valor do quociente for maior do que 1 (um), isto significa que a microrregião foi, relativamente, mais importante no contexto estadual, em termos do valor da produção da uva, do que em termos do valor da produção total de lavoura permanente.

4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA VITICULTURA

A atividade vitícola brasileira ocupa uma área de aproximadamente 83.700 hectares, com uma produção anual variando entre 1.300 e 1.400 mil toneladas. Em 2010, aproximadamente 57% da produção total foi comercializada como uvas de mesa e 43% destinada ao processamento de vinhos e suco de uva. A cultura está difundida desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte e Ceará (MELLO, 2011).

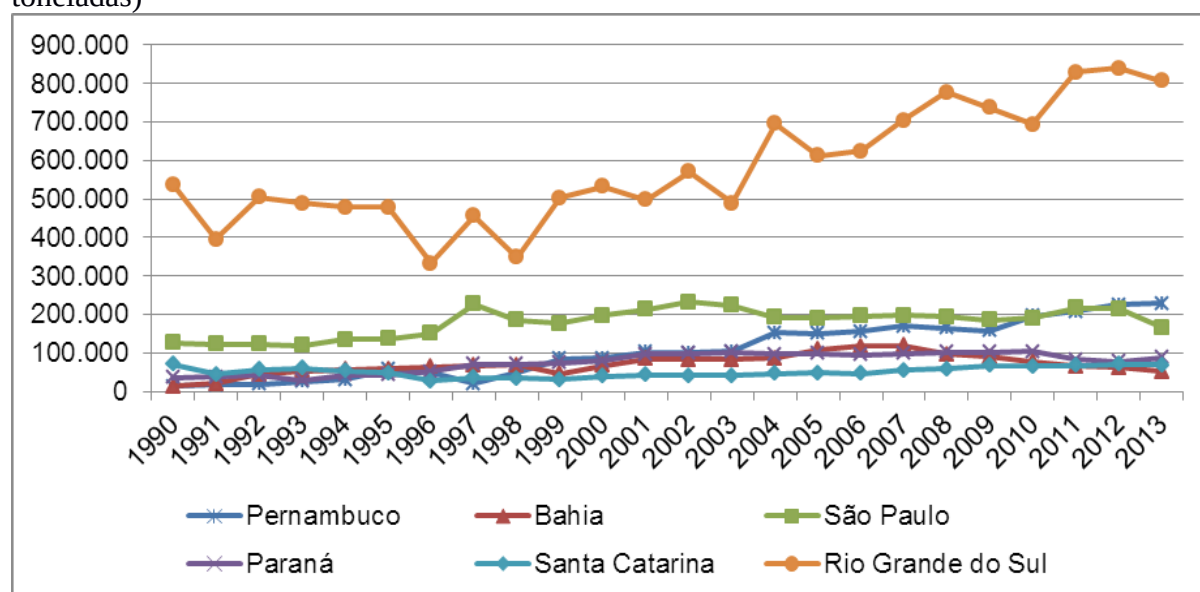
Analisando a produção nacional verifica-se uma redução de 0,52% na produção de uvas no Brasil em relação ao ano de 2011. A maior redução da produção ocorreu no Estado do Paraná (-32,86%). Também ocorreu redução de produção nos Estados da Bahia (-4,80%) e de



São Paulo (-0,18%). Já em Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, houve um aumento da produção de uvas de 7,71%, 4,64% e 1,29%, respectivamente, em relação ao ano de 2011 (MELLO, 2013).

São Paulo segundo maior produtor nacional até 2012 perde colocação para o Estado de Pernambuco que vem mostrando importância desde 2004 quando se distancia dos demais produtores como Paraná, Bahia e Santa Catarina. A queda na produção de uva em São Paulo, de 214.684 toneladas em 2012 para 166.602 toneladas em 2013, contribuiu ainda mais para o destaque da produção pernambucana que passou a ser o segundo estado com maior produção vitícola do país e vem aumentando sua produção quase que constantemente (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção de uva no Brasil e principais estados produtores - 1990 a 2013 (em toneladas)



Fonte: IBGE, 2015.

O Estado do Rio Grande do Sul possui quantidade produzida superior a todos os estados, de 1990 a 2013. No ano de 2013, do total de uva produzida nacionalmente, 1.439.535 toneladas, o Rio Grande do Sul foi responsável por 56,11% desse total. Dessa forma, verifica-se a significativa representatividade que o Estado do Rio Grande do Sul possui na produção de uva nacional (IBGE, 2015).

No Rio Grande do Sul são mais de 600 empresas entre pequenas, média e grande que atuam na produção de vinhos, sucos e derivados da uva. Reconhecidamente o Rio Grande do Sul é o estado com maior produção vinícola do Brasil, com aproximadamente 90% dos vinhos produzidos. A atividade ganhou dimensão importante com a produção e comércio de vinhos, no decorrer dos anos foram criadas empresas e instituições que contribuíram para que a viticultura e os produtos derivados dela ganhassem prestígio e destaque (PROTAS; CAMARGO, 2010).



Várias regiões que produzem uvas e vinhos no Rio Grande do Sul acabaram por desenvolver um conjunto sucessivo de ações entre os diferentes agentes de forma a minimizar as perdas e obter maior avanço tecnológico, os quais por si passam a refletir na quantidade e qualidade do produto final apresentado, de forma a tornar mais eficaz todo o processo produtivo, proporcionando um maior valor agregado final.

Nesse contexto, verifica-se que o Estado do Rio Grande do Sul em todo o período analisado se destaca como maior produtor nacional. A produção de uva do Rio Grande do Sul passou de 538.705 toneladas em 1990, para 807.693 toneladas em 2013, em uma área colhida de 49.783 hectares o que representa uma média de 16,22 toneladas produzidas por hectare (Gráfico 1). Porém esta produção não se distribui uniformemente por todo o estado, sendo que algumas regiões demonstraram maior especialização nessa atividade produtiva do que outras.

4.1 ESPECIALIZAÇÃO LOCACIONAL DA PRODUÇÃO DA UVA GAÚCHA

No período analisado, 1995 a 2013, ocorreram algumas mudanças no perfil vitícola entre as microrregiões rio-grandenses. No ano de 1995, das 35 microrregiões gaúchas apenas três delas eram fortemente especializadas na produção de uva (Passo Fundo, Caxias do Sul e Campanha Central). Outras treze microrregiões apresentavam média especialização (Cerro Largo, Ijuí, Três Passos, Carazinho, Frederico Westphalen, Erechim, Sananduva, Não-Me-Toque, Guaporé, Gramado-Canela, Restinga Seca, Campanha Meridional e Litoral Lagunar) e dezenove microrregiões se mostraram com fraca especialização (Campanha Ocidental, Santo Ângelo, Santa Rosa, Santiago, Cruz Alta, Santa Maria, Soledade, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Serras de Sudeste, Jaguarão, Pelotas, Camaquã, São Jerônimo, Lajeado-Estrela, Montenegro, Porto Alegre, Osório e Vacaria) (Figura 4).

Das três microrregiões mais especializadas, Passo Fundo, Caxias do Sul e Campanha Central, destaca-se a microrregião de Caxias do Sul que em 1995 atingiu um valor da produção da uva de 528.383,53 mil reais, o que representa 80,14% do total do valor da produção da uva estadual.

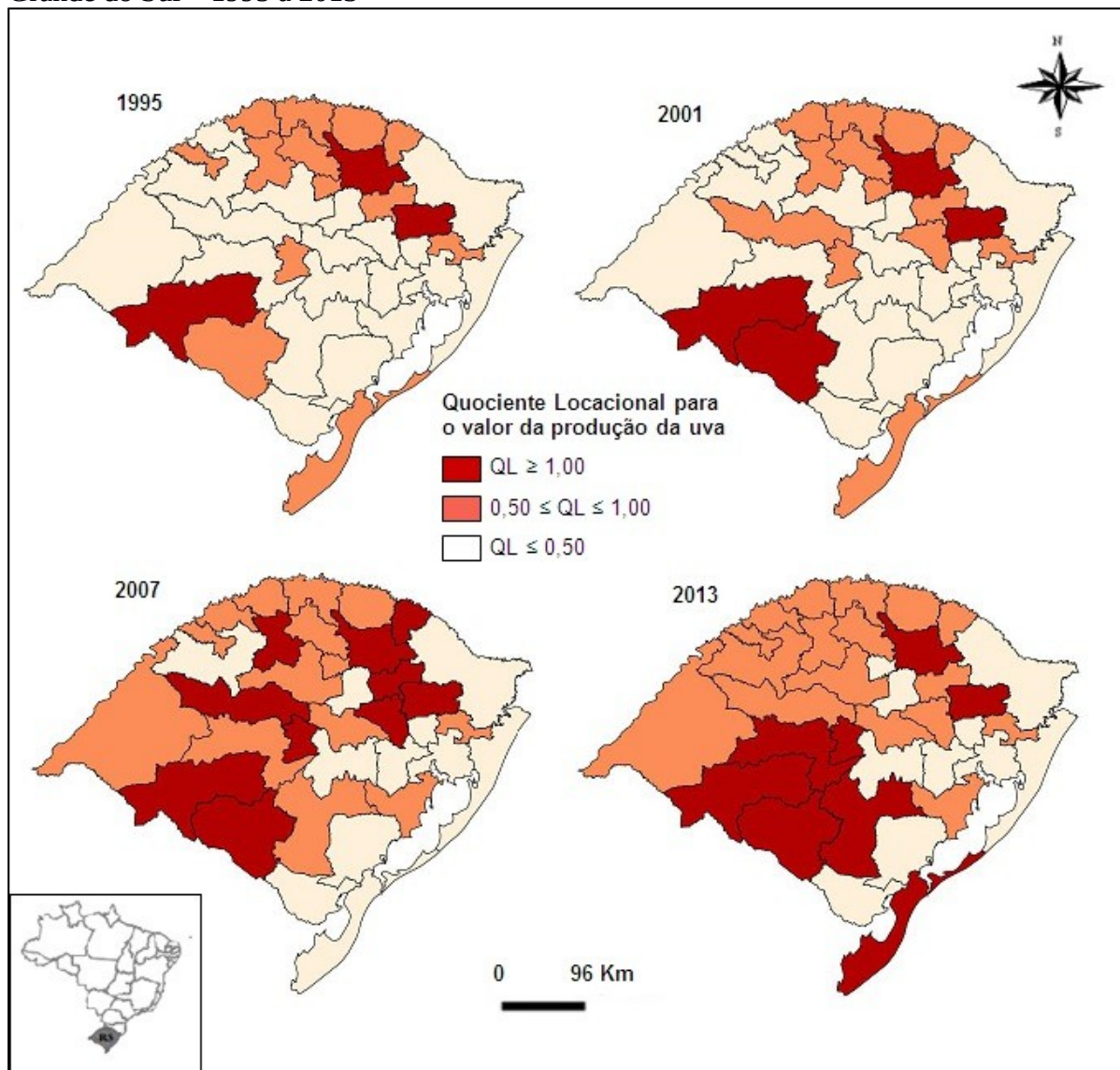
Em 2001, a microrregião da Campanha Meridional passa a ser significativa, além das microrregiões de Passo Fundo, Caxias do Sul e Campanha Central que permaneceram representativas nesse período. Verifica-se que a microrregião de Cerro Largo que em 1995 apresentava-se com média especialização passou a fraca em 2001. As microrregiões de Santiago e Lajeado-Estrela passaram de fraca especialização em 1995 para média em 2001. As demais microrregiões não demonstraram alterações nesse período (Figura 4).

No ano de 2007 o número de microrregiões especializadas na produção de uva no Rio Grande do Sul passou para dez (Sananduva, Ijuí, Passo Fundo, Guaporé, Caxias do Sul, Santiago, Restinga Seca, Lajeado-Estrela, Campanha Central e Campanha Meridional). Isso demonstra que, de modo geral, o estado do Rio Grande do Sul especializou-se nessa atividade agrícola. Dessa forma, verificou-se que vem ocorrendo um aumento no número de microrregiões que passaram de uma especialização fraca ($QL < 0,50$) para uma especialização média ($0,50 < QL < 1$), como as microrregiões da Campanha Ocidental, Santa Maria, Cerro Largo, Santa Rosa, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Serras de Sudeste, e Camaquã, bem como



microrregiões que passaram de uma especialização média ($0,50 < QL < 1$) para uma especialização forte ($QL > 1$), como Ijuí, Sananduva, Guaporé, Lajeado-Estrela, Santiago, Restinga Seca. A única microrregião que perde destaque em 2007 é a microrregião do Litoral Lagunar que se mostrava com média especialização nos anos de 1995 e 2001 e em 2007 apareceu com fraca especialização (Figura 4).

Figura 4 - Padrão locacional do valor da produção da uva nas microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul – 1995 a 2013



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados do SIDRA/IBGE (2015).



Em 2013 há um total de oito microrregiões que se mostraram fortemente especializadas na produção de uva, são elas: Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Restinga Seca, Campanha Central, Campanha Meridional, Serras de Sudeste e Litoral Lagunar. Destaque para as microrregiões de Santa Maria e Serras de Sudeste que nos anos de 1995 e 2001 apresentaram fraca especialização, no ano de 2007, média especialização e em 2013 apresentaram forte especialização. Já as microrregiões de Santiago, Ijuí, Sananduva e Guaporé que apresentavam forte especialização em 2007, passam a ter média especialização. Outra microrregião que perdeu representatividade na produção de uva em 2013 foi a microrregião de Não-Me-Toque que se mostrou com média especialização nos demais anos e em 2013 apresentou fraca especialização.

Assim, analisando todo o período verifica-se que apenas três microrregiões (Passo Fundo, Caxias do Sul e Campanha Central) apresentaram forte especialização, ou seja, $QL > 1$ nos quatro anos analisados. Verifica-se que a participação percentual no valor da produção da uva dessas microrregiões ficou dentre os maiores do estado para todo o período. Em 2013, a microrregião de Caxias do Sul representou 67,38% do valor da produção de uva estadual (388.255,00 mil reais). Já as microrregiões de Passo Fundo e Campanha Central representaram: 1,42% (8.210,00 mil reais) e 2,99% (17.228,00 mil reais), respectivamente.

As microrregiões de Passo Fundo, Caxias do Sul e Campanha Central tiveram uma participação percentual média na produção vitícola em relação a outros produtos de lavoura permanente de 30,75%, 41,60% e 42,10%, respectivamente. Mostrando que parcela significativa do valor da produção da lavoura permanente dessas microrregiões é referente à atividade vitícola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a distribuição locacional da viticultura nas microrregiões do Rio Grande do Sul no período de 1995 a 2013. Além da análise descritiva, utilizou-se como indicador de análise regional o Quociente Locacional para indicar as mudanças e tendências espaciais sofridas pelas microrregiões gaúchas.

Os resultados corroboram para uma desconcentração na produção da uva no Rio Grande do Sul. Em 1995 a produção estava mais concentrada na região norte do estado e ao longo do período estudado foi se dispersando em sentido oeste e sul, considerando as microrregiões que apresentaram média e forte especialização na produção de uva.

No ano de 2013, foi possível verificar a formação de um novo centro produtor no centro-sul do estado do Rio Grande do Sul. Reforçando a participação da região da Campanha Gaúcha. É importante destacar a ligação com a região da Serra do Sudeste. Essas duas regiões não possuíam tradição na produção de uvas, principalmente, para produção de vinhos finos e nos últimos anos vêm se destacando na atividade vitícola.

No entanto, ressalta-se que mesmo com a desconcentração espacial do valor da produção da uva no estado do Rio Grande do Sul, a microrregião de Caxias do Sul permaneceu como maior produtora em todo o período e sua participação continua sendo consideravelmente superior as demais microrregiões. A microrregião de Caxias do Sul faz



parte da região da Serra Gaúcha a qual possui tradição na produção de uvas para a produção de vinhos finos e sucos.

Portanto, constatou-se que mesmo a produção de uva permanecendo concentrada na região da Serra Gaúcha, existe uma sinalização de desconcentração no sentido Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. Vol. 1, n. 2. 2006.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLUME, R. **Explorando os recursos estratégicos do terroir brasileiro**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Região, identidade cultural e regionalismo: a campanha gaúcha frente às novas dinâmicas espaciais e seus reflexos na relação campo-cidade. Dossiê – Relação campo-cidade. **Temas & Matizes**. nº 16. Segundo semestre. 2009.

COPELLO, M. As regiões produtoras do Brasil. **Revista Anuário Vinho do Brasil**. Baco multimídias. São Paulo. SP. 2015.

COSTA, J. S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. APDR. Coimbra: Gráfica de Coimbra Lda., Lisboa, APDR, 2002.

ENGELMANN, D. **Da estância ao parreiral**: um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós Graduação em Administração. Porto Alegre: 2009.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**. Ano 24, n. 46. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Indicadores**. Disponível em: < <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/>>. Acesso em: 14 mai. 2017.



HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. Org. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.

_____. Regionalismo e desequilíbrios regionais. **Indicadores Econômicos FEE**. V.21, nº2. Porto Alegre, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO – IBRAVIN - **Dados estatísticos – Produção de uvas**. Disponível em: <<http://www.ibravim.org.br/dados-estatisticos>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LODDER, C. A. **Padrões locacionais e desenvolvimento regional**. 1971. 187 p. Dissertação (Mestrado em Economia) Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

MELLO, L. M. R. **Viticultura brasileira: panorama 2010**. Embrapa Uva e Vinho, Artigos Técnicos, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/prodvit2010.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

_____. **Viticultura Brasileira: Panorama 2012**. Embrapa Uva e Vinho, Comunicado Técnico 137. 1ª Ed., Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/comunicado/cot137.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

NORTH, D. C. A. Agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN (Org.) **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

PAIVA, C. A. N. **Desenvolvimento regional, especificações e suas medidas. Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2006.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.) **Análise regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba, PR: Camões, 2012.



PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste paranaense**: sua inserção na economia regional. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1997.

_____. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

PITTE, J. R. **O desejo do vinho conquistando o mundo**. Tradução de Carmem Ferrer, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2012.

PROTAS, J. F. da S.; CAMARGO, U. A. **Vitivinicultura brasileira: panorama setorial**. Brasília, DF: SEBRAE, 2010.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. (In) SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAN/RS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1328>. Acesso em: 14 mai. 2017.

ALBERT, C.; VIEIRA, C; BAGOLIN, I. P. A produção vitivinícola de Mendonza - Argentina e da Serra Gaúcha - Brasil: uma análise comparativa a luz das teorias de desenvolvimento regional. **Texto para discussão n° 4**. PPGE – PUCRS. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_4.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

*Recebido em 17/04/2018
Aprovado em 07/06/2018*



COMPARANDO A VARIEDADE E QUALIDADE DAS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS

COMPARING THE VARIETY AND QUALITY OF LATIN AMERICAN EXPORTS

Lucca Simeoni Pavan*
Maurício Vaz Lobo Bittencourt**

Resumo:

O objetivo do artigo é mensurar e comparar a composição das exportações dos países da América Latina. Para isto foram calculadas as margens intensiva e extensiva e feita a decomposição da margem intensiva em índice de preços e de quantidade, sendo o índice de preços usado para diferenciar os produtos quanto à sua qualidade seguindo método desenvolvido por Hummels e Klenow (2005). Os dados se compõem do valor exportado em dólares e do peso líquido de exportação dos países latino-americanos. México e Brasil são os principais exportadores em volume de comércio, mas isso não necessariamente significa que exportam grandes variedades de produtos ou produtos de alta qualidade. O México é o país com maior volume exportado, 397,10 bilhões de dólares. O país com maior margem extensiva de comércio é a República Dominicana. O Brasil é o país com maior índice de qualidade entre os exportadores latino-americanos.

Palavras-chave: Comércio. Margem. Intensiva. Extensiva. Qualidade.

Abstract:

The objective of this paper is to measure and compare a composition of exports from Latin American countries. For this type of studies, the prices and quantity of products available for the measure and the quantity of products used as the method was developed by Hummels and Klenow (2005). The data are composed of the value exported in dollars and the net export weight of the Latin American countries. Mexico and Brazil are the main exporters in terms of volume of trade, but they are not necessarily important exporting large variety of high quality products or products. Mexico is the country with the highest volume exported, 397.10 billion dollars. The country with the largest extensive margin of trade is the Dominican Republic. Brazil is the country with the highest quality index among Latin American exporters.

Keywords: Trade. Margin. Intensive. Extensive. Quality.

* Mestre em Teoria Econômica (UEM). Doutorando em Desenvolviemnto Econômico pela UFPR. E-mail: luccapavan@hotmail.com

** Desenvolvimento Econômico e Comércio Internacional pela The Ohio State University. Professor do Departamento de economia da UFPR. E-mail: mbittencourt@msn.com



1. INTRODUÇÃO

A composição do comércio dos países é abordada de diferentes maneiras na literatura de economia internacional. Nos trabalhos consultados encontram-se modelos desenvolvidos em estruturas de mercado de concorrência perfeita ou competição monopolística, e em ambientes com produto ou insumos diferenciados na forma horizontal ou vertical. Os estudos aplicados geralmente são realizados com base em dados para países ou em nível de firmas, mostrando a diversidade de métodos usados para a abordagem empírica nesta área de pesquisa. A composição do comércio entre países é especificada por meio das margens intensiva e extensiva e pela qualidade dos produtos e insumos comercializados. A partir do trabalho de Krugman (1979) podemos perceber a preocupação dos autores em tratar o comércio como mercado de concorrência monopolística, o que permite a inclusão de produtos diferenciados.

A diferenciação dos produtos, tanto em variedade quanto em qualidade, é relacionada a diversos fatores econômicos como PIB, PIB per *capita*, quantidade de trabalhadores e seu nível de capital humano. Ganhos de bem-estar, distribuição de renda e produtividade em nível de firmas também são questões que, de certa forma, estão ligadas à composição das exportações de um país. Apesar deste tema estar amplamente difundido na literatura, uma pesquisa que trate da variedade e qualidade dos produtos exportados especificamente para a América Latina ainda não havia sido realizada. Com isso, surgiu a necessidade de compreender qual a composição das exportações dos países latino-americanos para que as estratégias de políticas comerciais sejam traçadas de forma objetiva, visando os ganhos de bem-estar oriundos do comércio.

O objetivo do artigo é mensurar e comparar a composição das exportações dos países da América Latina. Para isto foram calculadas as margens intensiva e extensiva e foi feita a decomposição da margem intensiva em índice de preços e de quantidade, sendo o índice de preços usado para diferenciar os produtos quanto à sua qualidade. Foi utilizado um método conforme Hummels e Klenow (2005) que compara as variedades importadas de diferentes exportadores em um período, tal método foi adaptado de Feenstra (1994) que compara as



variedades importadas por um país ao longo do tempo. Este autor desenvolveu um método que incorpora novas variedades de diferentes exportadores em um índice de preço de importações para países quando as preferências são do tipo Elasticidade de Substituição Constante (CES, sigla em inglês) e além disso o autor ressalta que o índice de preço de importações se reduz quando o número de variedades importadas aumenta.

Os dados foram coletados junto à ONU COMTRADE e se compõem do valor das exportações em dólares e do peso líquido exportado dos países da América Latina no ano de 2014. Os países exportadores neste caso são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, El Salvador, Suriname, Uruguai e Venezuela. Sendo que dados para Guiana Francesa não estão disponíveis para o ano de 2014.

Dentre os países exportadores latino-americanos, o México e Brasil realizaram mais de 60% das exportações da América Latina, figurando-se as duas maiores potências comerciais da região que conjuntamente exportaram mais de 520 bilhões de dólares em 2014. O México é o principal exportador quanto à margem total de exportações.

México e Brasil são os principais exportadores em volume comercializado, mas isso não necessariamente significa que exportam grandes variedades de produtos ou produtos de alta qualidade. O México, por exemplo é o maior exportador, porém o de menor variedade de produtos quando comparado aos demais países latino-americanos e figura entre os países com índice de qualidade abaixo da unidade. Já o Brasil, apesar de ser o segundo colocado em termos de participação no total exportado e de margem intensiva de comércio, é o país com melhor índice de preços, o que significa que seus produtos têm uma qualidade relativa elevada frente aos produtos da mesma categoria exportados por outros países.

Então, fica evidente a diversidade da composição das exportações latino-americanas e o fato de que os termos das composições das exportações não necessariamente possuem relação positiva entre si, ou seja, países com grande margem intensiva não necessariamente possuem grande variedade dos produtos ou que seus produtos sejam de elevada qualidade. Com isso os formuladores de políticas comerciais que pretendam elaborar regulações



referentes ao comércio entre países latino-americanos devem se atentar à composição das exportações e importações de cada país, pois para diferentes composições de comercialização existem diferentes efeitos econômicos e sociais para as mesmas políticas adotadas.

A estrutura deste artigo é composta por esta introdução, em seguida é feita uma revisão de literatura que aponta a diversidade de métodos ao se estudar a composição das exportações de um país. Na terceira seção apresenta-se a fonte dos dados, sua descrição e tipo de desagregação. Os destinos das exportações latino-americanos também são discutidos nesta seção. A quarta seção apresenta a metodologia utilizada para o cálculo dos índices de qualidade e preços e das margens intensiva e extensiva. Na seção de número cinco estão os resultados dos índices calculados para o ano de 2014 e a análise destes resultados. Por fim, na sexta seção, apresentam-se algumas conclusões e comentários finais sobre este artigo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura de comércio internacional, principalmente no que se refere aos estudos da composição do comércio dos países, diversos arcabouços teóricos têm sido utilizados. Dentre eles a competição monopolística é a mais comum, pois permite o tratamento de produtos diferenciados. O comércio também é estudado em ambientes com produto ou insumos diferenciados na forma horizontal ou vertical. Os estudos aplicados têm sido feitos com base em dados agregados para países ou desagregados em nível de firma, mostrando a diversificação metodológica para a abordagem empírica nesta área de pesquisa.

Krugman (1979), por exemplo, desenvolve um modelo de equilíbrio geral de comércio com vantagens não comparativas. O comércio é direcionado por economias de escala que, para o autor, é uma característica interna da firma. Por causa das economias de escala, os mercados são de competição imperfeita. Contudo, o autor mostra que o comércio e os ganhos a partir do comércio irão ocorrer mesmo entre países com preferências, tecnologia e dotação de fatores idênticos.



A teoria contemporânea que tratava de retornos crescentes considerava este um fenômeno externo às empresas, Krugman (1979) contribui para a teoria tratando retornos crescentes de forma endógena. Ele mostra que comércio não necessariamente é um resultado de diferenças internacionais de tecnologia ou dotação de fatores. Em vez disso, comércio pode ser simplesmente uma forma de estender o mercado e permitir a exploração de economias de escala, com efeitos de comércio sendo similares àqueles de crescimento da força de trabalho e aglomeração regional.

Flam e Helpman (1987) e Stokey (1989) desenvolveram um modelo de comércio Norte-Sul com diferenciação vertical de produtos, em que o Norte exporta produtos industriais de alta qualidade e o Sul exporta produtos de baixa qualidade. Um progresso técnico mais rápido no setor Industrial do Sul leva o Norte a introduzir novos produtos de alta qualidade e levam o Sul a deixar de produzir produtos de baixa qualidade. Os produtos do Norte de baixa qualidade mudam para o Sul. Também estudam os efeitos de progresso técnico no Norte e os efeitos de crescimento populacional. Analisam ainda os efeitos das diferenças de nível de renda, da distribuição de renda dos países e do nível tecnológico.

Grossman e Helpman (1990) exploraram o motivo com que as firmas em países específicos investem em conhecimento, que por sua vez proporcionam o surgimento de novas variedades ou melhoram a qualidade dos produtos. Conforme os autores relatam, a vantagem comparativa obtida pode explicar porque estes países se especializam em produção de bens que usam capital humano e novas tecnologias. Os autores ainda atribuem outros fatores ao investimento em inovação, como os ganhos de escala com o mercado internacional.

Hummels e Klenow (2002) explicaram o que determina a qualidade e variedade das exportações dos países para os Estados Unidos. Para isso ele usaram dados de 1990 das exportações feitas por 119 países para os EUA em 14.572 categorias de produtos. Os autores encontraram que países mais ricos e com mais trabalhadores exportam mais variedades de produtos para os Estados Unidos. Dentro de cada categoria, os países mais ricos exportam menor quantidade de produtos, mas com um preço maior, o que sugere que países mais ricos tendem a exportar produtos de maior qualidade para os EUA.



Hummels e Klenow (2005) estudaram como as grandes economias exportam em termos de quantidade, variedade e qualidade dos produtos. Os autores encontraram que a margem extensiva é a principal composição das exportações dos países ricos e dentro de cada categoria, os países mais ricos exportam a preços mais altos. Os autores ainda concluíram que diferenças na qualidade dos produtos exportados têm impacto na diferença de renda *per capita* entre os países.

A composição das exportações dos países também é importante para a mensuração dos ganhos de bem-estar a partir do comércio como em Arkolakis *et al.* (2008) em que os autores enaltecem o fato de que os ganhos quantitativos de bem-estar gerados pelo comércio são maiores do que aqueles reportados por modelos de equilíbrio geral. Estes autores mostraram que ganhos de bem-estar obtidos após liberalização do comércio ocorreram para a Costa Rica. Broda e Weinstein (2006) estudaram como a importação de novas variedades contribuíram para ganhos de bem-estar nos Estados Unidos e mostraram que estas novas variedades são uma importante fonte de bem-estar.

Helpman *et al.* (2008) construíram um modelo de comércio com firmas heterogêneas que prevê tanto fluxos positivos de comércio quanto fluxos nulos entre países e que permite que o número de firmas exportadoras varie entre os países de destino. Neste trabalho os autores decompõem os impactos de fricções comerciais entre margem intensiva e extensiva. Seu modelo resulta em uma equação gravitacional generalizada que inclui a auto seleção das firmas no mercado de exportação e seu impacto no volume de comércio. Os autores mostram que as estimações tradicionais estão viesadas e que a maioria desse viés não são devido à seleção, mas devido à omissão da margem extensiva. O efeito do número de firmas exportadoras varia entre pares de países de acordo com suas características. Esta variação, segundo os autores, é particularmente grande para comércio entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos e entre países pouco desenvolvidos.

A qualidade dos produtos comercializados também é associada a questões de distribuição de renda como visto em Choi *et al.* (2009) e Fajgelbaum *et al.* (2011). Os primeiros examinaram uma versão generalizada do modelo de Flam e Helpman (1987) em



que o preço de consumo para os bens diferenciados por qualidade são crescentes para a renda domiciliar. O objetivo destes autores foi investigar como a distribuição de renda dentro e entre países molda padrões de consumo e comércio internacional em variedades diferenciadas pela qualidade dentro de categorias próximas de produtos. Os autores encontraram que pares de países com distribuição de renda similares têm uma distribuição de preços dos produtos mais similar.

Entretanto Fajgelbaum et al. (2011) criaram um método para estudar comércio em produtos diferenciados verticalmente e horizontalmente. Em seu modelo, o consumidor com renda e preferências heterogêneas compra um bem homogêneo e faz uma escolha discreta de qualidade e variedade de um produto diferenciado. Tal distribuição de preferências geram uma estrutura de demanda tal que a fração de consumidores que comprem um produto de alta qualidade cresce com a renda. O modelo contempla um efeito de mercado doméstico que ajuda a explicar por que países ricos exportam bens de maior qualidade. Isto fornece, segundo os autores, uma ferramenta factível para estudar as consequências de bem-estar do comércio e políticas comerciais para diferentes grupos de renda na economia.

A abordagem destes autores trabalha com preferências não-homotéticas entre bens de diferentes qualidades. Os padrões de comércio dependem da distribuição da renda dos parceiros comerciais. Este modelo prevê que países mais ricos serão exportadores líquidos de produtos de alta qualidade enquanto países mais pobres serão exportadores líquidos de bens de baixa qualidade, isto ocorre sob hipóteses razoáveis a respeito dos níveis e distribuição de renda dentro dos países. Este modelo implica que, em muitas circunstâncias, a liberalização do comércio beneficia os domicílios pobres dos países mais ricos e os domicílios ricos nos países mais pobres.

Agosin et al. (2012) realizam um trabalho empírico para o entendimento dos determinantes da diversificação das exportações. Os autores se preocuparam em analisar os efeitos sobre a diversificação das exportações de reformas econômicas tal como liberalização financeira e comercial. Os autores encontraram que abertura comercial gera especialização. Em contraste, o desenvolvimento financeiro parece não ajudar os países a diversificar suas



exportações. Tratando dos efeitos de taxa de câmbio, os resultados sugerem a existência de efeitos positivos da volatilidade da taxa real de câmbio sobre a concentração das exportações, mas sem efeitos significantes sobre a sobrevalorização da taxa de câmbio. Encontraram evidências de que o capital humano impacta positivamente na diversificação das exportações enquanto a distância entre países afeta negativamente a diversificação das exportações.

Saraiva e Voigtländer (2012) analisaram como o acesso de insumos importados afeta as firmas nos países em desenvolvimento, onde insumos de alta qualidade produzidos domesticamente são relativamente custosos. Eles construíram um modelo com complementaridade de qualidade entre insumos. O efeito substituição diminui a demanda por insumo doméstico de qualidade enquanto aumenta a qualidade do produto. O efeito de complementaridade aumenta a demanda por insumo doméstico de qualidade, contrabalançando o primeiro efeito.

Os autores usaram dados em nível de firmas para o Chile ente 1992 e 2005. Conforme as predições do modelo, os importadores usam um menor *share* de trabalhadores qualificados, enquanto a demanda por qualificação no trabalho aumenta significativamente com a qualidade das importações. Os autores argumentam que embora a importância de qualidade heterogênea entre insumos seja tratada na literatura, a fragmentação da qualidade da produção não tinha sido formalizada.

Saraiva e Voigtländer (2012) exploram o papel dos insumos de qualidade heterogênea no processo de produção de países em desenvolvimento, assumem que países ricos têm vantagem de custo ao produzirem produtos de alta qualidade, portanto o comércio diminui o custo dos insumos de alta qualidade nos países em desenvolvimento.

Feenstra e Romalis (2014) desenvolvem um modelo estendido de comércio em competição monopolística em que em adição à escolha de preços, as firmas simultaneamente escolhem qualidade. Os autores permitem demanda não homotética por qualidade para os países. A escolha ótima de qualidade pelas firmas reflete esta não-homoteticidade da demanda bem como os custos de produção e transporte. Os autores estimaram os preços unitários e preços ajustados pela qualidade para 185 países no período de 1984 a 2011. Os autores



encontraram que o preço ajustado pela qualidade varia muito menos que o preço unitário entre os países e que os termos de troca ajustados pela qualidade têm relação negativa com o nível de renda dos países.

Grieco et al. (2015) analisaram o efeito de importar e exportar sobre a produtividade das firmas e preços dos produtos intermediários para as firmas manufactureiras Chinesas. Os autores ainda construíram as margens intensiva e extensiva para examinar a importância relativa dos ganhos de comércio sobre a produtividade, os preços dos insumos e decisões de comércio de forma mais detalhada.

Seus resultados mostraram que as firmas ganham ao exportar por meio do aumento da produtividade tanto em termos de margem intensiva quanto em margem extensiva. Contudo, os ganhos de produtividade são ofuscados parcialmente por um efeito adverso da exportação sobre os preços dos produtos. Em contraste as firmas importadoras ganham positivamente em termos de aumento de produtividade e redução do preço dos insumos ajustado pela qualidade. Por fim, os autores concluem que a ligação entre exportar e importar via produtividade e preço de insumos esclarece a questão do movimento das firmas nas suas decisões de exportar e importar.

A literatura de Comércio Internacional, como podemos observar acima, têm abordado a questão da composição o comércio entre países, seja na forma intensiva, extensiva ou por meio da qualidade dos produtos e insumos comercializados. Portanto, um entendimento mais profundo da composição das exportações dos países é de grande valia tanto para o meio acadêmico quanto para formulação de políticas de comércio. A partir do trabalho de Krugman (1979) podemos perceber a preocupação dos autores em tratar o comércio como mercado de concorrência monopolística, o que permite a inclusão de produtos diferenciados.

Além desta preocupação, a diferenciação dos produtos tanto em variedades quanto em qualidade, é relacionada a diversos fatores como PIB, PIB *per capita*, trabalhadores, ganhos de bem-estar, distribuição de renda e produtividade em nível de firmas. Apesar deste tema estar amplamente difundido na literatura, uma pesquisa que trate da variedade e qualidade dos produtos exportados especificamente para a América Latina ainda não havia sido realizada.



Com isso surgiu a necessidade de compreender qual a composição das exportações dos países latino-americanos para que as estratégias de política comercial destes países sejam traçadas de forma objetiva, visando os ganhos de bem-estar oriundos do comércio.

3. BASE DE DADOS

Os dados foram coletados junto à ONU COMTRADE disponibilizados no sítio comtrade.un.org e se compõem do valor das exportações em dólares e do peso líquido exportado dos países da América Latina no ano de 2014. Os países exportadores tratados neste artigo são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, El Salvador, Suriname, Uruguai e Venezuela. Sendo que dados para Guiana Francesa não estão disponíveis para o ano de 2014. Os dados estão desagregados conforme o método HS ao nível de quatro dígitos. Hummels e Klenow (2005) mostram que um nível de desagregação menor que três dígitos pode alterar significativamente os resultados dos índices calculados, enquanto níveis de desagregação acima de quatro dígitos não afetam significativamente os resultados.

Tabela 1: Número de destinos e valor exportado. 2014. (bilhões de dólares.)

Países Exportadores	Número de Destinos	Valor Agregado	Valor Total	Percentual
Argentina	179	66.13	68.34	0.97
Bolívia	88	12.85	12.86	1.00
Brasil	212	218.15	225.10	0.97
Chile	174	73.54	76.64	0.96
Colômbia	176	53.29	54.79	0.97
Rep. Dominicana	157	9.35	9.93	0.94
Equador	148	25.65	25.73	1.00
El Salvador	57	0.25	5.27	0.05
Guatemala	141	10.65	10.89	0.98
Honduras	105	4.43	4.53	0.98
México	190	305.27	397.10	0.77
Nicarágua	110	4.90	4.97	0.98
Panamá	80	0.76	0.82	0.93
Peru	170	37.96	38.46	0.99
Suriname	82	0.41	1.92	0.21
Uruguai	162	7.48	9.17	0.82

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados coletados junto à UN COMTRADE. Número de destinos é o número de países importadores para cada exportador latino-americano. Valor agregado se refere à soma do valor exportado de cada país para os países de destino considerados neste estudo. Valor total é o valor total exportado por cada país reportado pela UN COMTRADE que diferentemente de Valor agregado incorpora as exportações para zonas livres e áreas não especificadas. Percentual é a razão entre Valor agregado e Valor total.



O ajuste entre as variáveis Valor agregado e Valor total é muito baixo para El Salvador e Suriname e por isso estes países foram excluídos do estudo. Para os demais países a amostra cobre pelo menos 82% de toda a exportação dos países analisados. Isto significa que a amostra obtida representa adequadamente o valor total comercializado. Ressalto que esta diferença se dá devido à exclusão de zonas livres e áreas não especificadas entre os destinos das exportações.

Quanto ao destino das exportações latino-americanas, o principal importador são os Estados Unidos, que importaram em 2014 409,92 bilhões de dólares, seguido por China com 82,27 bilhões de dólares e Brasil com 28,42 bilhões de dólares, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Principais Destinos das Exportações da América Latina. 2014. (bilhões de dólares).

Importadores	Valor Importado	Importadores
EUA	319.45	Arábia Saudita
China	85.01	Indonésia
Brasil	31.17	Emirados Árabes
Holanda	23.58	Egito
Japão	20.67	Turquia
Argentina	19.95	Austrália
Canadá	19.06	Tailândia
Espanha	17.95	Argélia
Alemanha	15.73	Malásia
Índia	15.63	Guatemala
Chile	15.01	Costa Rica
Coreia do Sul	13.81	El Salvador
Venezuela	12.69	Irã
Colômbia	11.51	África do Sul
Itália	10.86	Rep. Dominicana
Peru	9.75	Honduras
Reino Unido	9.41	Nicarágua
México	9.22	Filipinas
Suíça	8.83	Haiti
Bélgica	8.25	Bahamas
Panamá	7.49	Portugal
França	6.99	Polônia
Rússia	6.98	Aruba
Equador	5.44	Israel
China, Hong Kong	5.31	Angola
Paraguai	5.31	Dinamarca
Uruguai	5.07	Santa Lúcia
Bolívia	4.98	Cuba
Vietnã	4.59	Bangladesh
Singapura	4.54	-

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados coletados junto à UN COMTRADE. Principais destinos das importações é o valor exportado pelos países latino-americanos, sendo este o valor obtido após a exclusão das zonas livres e áreas não especificadas da base de dados de código HS em nível desagregado de 4 dígitos.

Lembrando que, das importações americanas, 318,68 bilhões são remetidas pelo México. Fica evidente a dependência do comércio latino-americano em relação à EUA e China e também que os próprios países da América Latina são importantes importadores dos produtos produzidos na região.



4. METODOLOGIA

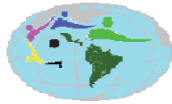
Nesta seção se demonstra como foram calculados os índices de exportação, tanto da margem extensiva, margem intensiva. A decomposição da margem intensiva em índice de preço e de quantidade também será tratada aqui. Para isso, foi utilizada uma metodologia conforme Hummels e Klenow (2005) que compara as variedades importadas de diferentes exportadores em um período. Este método foi adaptado de Feenstra (1994) que compara as variedades importadas por um país ao longo do tempo. Feenstra (1994) desenvolveu um método que incorpora novas variedades, de diferentes exportadores, em um índice de preço de importações para países quando as preferências são do tipo CES. O autor encontrou que o índice de preço de importações se reduz quando o número de variedades importadas aumenta.

Em seu método Hummels e Klenow (2005) argumentam que ao compararmos os preços de exportação para um país j , em relação a um país de referência k é necessário ajustarmos para o tamanho do conjunto de bens exportados por cada país e este ajuste é a margem extensiva. Com isso o cômputo da margem extensiva fica definido como,

$$EM_{jm} = \frac{\sum_{i \in I_{jm}} p_{kmi} X_{kmi}}{\sum_{i \in I} p_{kmi} X_{kmi}}$$

Este é um índice de preços entre exportadores em que I_{jm} é o conjunto de categorias observáveis em cada país j que possui exportações positivas para m , que neste caso correspondem ao padrão HS de 4 dígitos de desagregação. O país de referência, k , neste estudo é representado pelas conjunto de países de toda a América Latina menos o país j . Portanto EM_{jm} é igual soma das exportações do restante da América Latina para cada país m na categoria i no conjunto de categorias do país j , I_{jm} , em relação à soma das exportações do restante da América Latina para cada país m e categoria i em todo o conjunto de categorias I .

A margem extensiva compara a variedade das exportações de um país em relação ao restante da América Latina, portanto ela pode ser tratada como um cálculo ponderado da razão entre número de categorias exportadas por um país e número de categorias exportadas pelos outros países latino-americanos. Se todas as categorias têm a mesma importância, então a margem extensiva é apenas uma razão entre número de variedades. Portanto as categorias



estão ponderadas por seu valor de comércio. Uma vantagem de avaliar a margem extensiva do país j , sem usar o valor das exportações deste país e usar apenas seu conjunto de categorias é que isto previne que uma categoria pareça importante somente porque o país j a exporta em grande quantidade e os outros países não.

A margem intensiva compara as exportações nominais para j , e para o restante da América Latina k em um conjunto de bens em comum. Ela é calculada na forma:

$$IM_{jm} = \frac{\sum_{i \in I_{jm}} p_{jmi} x_{jmi}}{\sum_{i \in I_{jm}} p_{kmi} x_{kmi}}.$$

Em que IM_{jm} é igual às exportações nominais do país j em relação ao restante da América Latina k naquele conjunto de bens em que j exporta para o país m , (I_{jm}).

A razão entre as exportações do país j e as exportações do restante da América Latina é igual ao produto das duas margens, que neste estudo é chamado de margem total de exportação.

$$\frac{\sum_{i=1}^I p_{jmi} x_{jmi}}{\sum_{i=1}^I p_{kmi} x_{kmi}} = IM_{jm} EM_{jm}.$$

Neste caso é comparado a soma do valor exportado por um país j em relação à soma do valor exportado pelo restante da América Latina para o todo o conjunto de bens que cada um exporta.

Seguindo um método adaptado por Hummels e Klenow (2005) a decomposição da margem intensiva em índices de preço e de quantidade é feita da seguinte forma. Primeiro deriva-se um índice de preço para a margem intensiva das importações do país m vindas do país j em relação a k , como em Feenstra (1994):

$$P_{jm} = \prod_{i \in I} \left(\frac{p_{jmi}}{p_{kmi}} \right)^{w_{jmi}}.$$



Em que W_{jmi} é a média logarítmica de S_{jmi} (a participação da categoria i nas exportações de j para m) e S_{kmi} (a participação da categoria i nas exportações de k para m , em que $i \in I_{jm}$):

$$S_{kmi} = \frac{p_{kmi} X_{kmi}}{\sum_{i \in I_{jm}} p_{kmi} X_{kmi}}, \quad W_{jmi} = \frac{\frac{S_{jmi} - S_{kmi}}{\ln S_{jmi} - \ln S_{kmi}}}{\sum_{i \in I_{jm}} \frac{S_{jmi} - S_{kmi}}{\ln S_{jmi} - \ln S_{kmi}}}$$

Seguindo o método apresentado por Hummels e Klenow (2005) foi realizada a decomposição da margem intensiva em um índice de preço P_{jm} e um índice implícito de quantidade X_{jm} .

$$IM_{jm} = P_{jm} X_{jm}$$

As equações apresentadas nesta seção definem a composição das exportações do país j para um dado mercado m em relação às exportações de k , que no caso representa todos os outros países da América Latina que não o país j . Tais equações são todas baseadas na teoria de Feenstra (1994). Por fim para resumir a margem de cada exportador entre todos os destinos primeiro foi separada a exportação do país j para cada mercado $m \in M_{-j}$, em que M é o conjunto de países de destino na amostra. Então calculou-se a média geométrica de cada índice entre os M_{-j} mercados para obter:

$$IM_j = \prod_{m \in M_{-j}} (IM_{jm})^{a_{jm}}, \quad EM_j = \prod_{m \in M_{-j}} (EM_{jm})^{a_{jm}},$$

$$P_j = \prod_{m \in M_{-j}} (P_{jm})^{a_{jm}}, \quad X_j = \prod_{m \in M_{-j}} (X_{jm})^{a_{jm}}.$$

A ponderação a_{jm} é a média logarítmica das participações de m nas exportações totais de j e das exportações totais dos outros países latino-americanos. Entenda a_{jm} como um análogo de W_{jmi} por meio da agregação de cada categoria de produtos exportados $i \in I_{jm}$.



5. RESULTADOS E ANÁLISE

Dentre os países exportadores latino-americanos, o México e Brasil realizaram mais de 60% das exportações da América Latina, figurando-se as duas maiores potências comerciais da região que conjuntamente exportaram mais de 520 bilhões de dólares em 2014. O México é o principal exportador quanto à margem total de exportações, com índice de 0,4834, como apresentado nas tabelas 1, sobre o número de destinos das exportações, e 3, sobre a composição das exportações latino-americanas. Isto significa que o México tem um valor total exportado equivalente a 48,34% de toda a exportação dos outros países da América Latina, ou seja, se somarmos as exportações de todos os outros países latino-americanos, as exportações Mexicanas equivalem a metade deste valor. Além disso o México tem participação de 41,95% no total exportado pela América Latina, com o Brasil sendo o segundo maior exportador. Quanto à margem intensiva o México possui o maior índice, 1,7147, o que significa que o país possui grande volume de exportações e está de acordo com sua importância no comércio da região.

Tabela 3: Composição das Exportações latino-americanas. 2014.

Países	$total_j$	INT_j	EXT_j	$Pind_j$	$Qind_j$
Argentina	0.0780	0.1315	0.5933	1.4140	0.0930
Bolívia	0.0144	0.1114	0.1290	1.3049	0.0854
Brasil	0.2311	0.4229	0.5466	1.6359	0.2585
Chile	0.0708	0.1329	0.5328	1.5358	0.0866
Colômbia	0.0665	0.1026	0.6486	1.4106	0.0727
Rep. Dominicana	0.0173	0.0235	0.7347	0.9210	0.0256
Equador	0.0395	0.0596	0.6634	1.0667	0.0559
Guatemala	0.0218	0.0337	0.6457	0.4997	0.0675
Honduras	0.0066	0.0106	0.6221	0.5568	0.0191
México	0.4834	1.7147	0.2819	0.9516	1.8020
Nicarágua	0.0090	0.0155	0.5777	0.7999	0.0194
Panamá	0.0008	0.0063	0.1219	1.0817	0.0058
Peru	0.0402	0.0599	0.6716	1.3259	0.0451

Fonte: Elaboração do autor com bases coletados junto à ONU COMTRADE para o período de 2014. Composição das exportações latino-americanas refere-se ao cômputo das margens intensiva e extensiva de comércio e da decomposição da margem intensiva de comércio em índice de preço e índice de quantidade. INT_j é a margem intensiva de comércio do país j . EXT_j é a margem extensiva de comércio do país j . $Pind_j$ é o índice de preços do país j que serve de referência para comparar a qualidade dos produtos exportados. $Qind_j$ é o índice de quantidade do país j .

Entretanto, no que diz respeito à variedade de seus produtos, em relação aos demais exportadores da América Latina, o México não possui bom desempenho já que sua margem



extensiva é de apenas 0,2819. Isto significa que o México possui pouca variedade de produtos exportados em comparação ao restante da América Latina. No que diz respeito à qualidade das exportações mexicanas sua colocação entre os países latino americanos é mediana com índice de preço de 0,9516. Seu índice de quantidade vai de acordo com o de margem intensiva e é bem maior que o do restante dos países estudados.

Em comtrade.un.org podemos ver os principais produtos exportados em nível de 2 dígitos de desagregação na metodologia HS de classificação e os principais destinos das exportações mexicanas. Os principais produtos exportados pelo México são veículos e acessórios, máquinas e equipamentos elétricos, eletrodomésticos como televisão, rádio e aparelhos de som e acessórios, reatores nucleares, combustível mineral e outros. O principal destino de suas exportações são os Estados Unidos.

O segundo país em importância comercial na América Latina é o Brasil com margem total de exportações de 0,2311 e possui participação no total exportado de 23,78%, com 225,10 bilhões de dólares em 2014. Quanto à sua margem intensiva, o Brasil também é o segundo colocado em relação aos outros países latino-americanos, mas com índice de 0,4229 que é bem inferior ao do México. Com relação à variedade dos produtos o Brasil possui índice de 0,5466 e está à frente de países como o México, Uruguai, Panamá, Chile e Bolívia, porém o Brasil possui um nível de variedade próximo aos outros países latino-americanos.

No que se refere à qualidade dos produtos brasileiros exportados, o país possui o melhor desempenho entre os países, com índice de preço de 1,6359. Já seu índice de quantidade assim como o México, está de acordo com sua margem intensiva, e é o segundo maior.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são minério de ferro, combustíveis minerais e óleos minerais e derivados, óleo de sementes e frutas oleaginosas, grãos sementes e frutas, plantas medicinais e outros, carnes e derivados, reatores nucleares e semelhantes. Os principais destinos dos produtos brasileiros são China, Estados Unidos, Argentina e Holanda.

Em 2014 o terceiro país que mais exportou entre os países latino-americanos foi o Chile com participação de 8,10% no total de exportações equivalente à 76,64 bilhões de dólares. O Chile possui a terceira maior margem intensiva, com índice de 0,1329, porém não segue a mesma classificação quanto ao índice de quantidade, em que é o quarto colocado com índice de 0,0866, atrás de México e Brasil como esperado, mas também atrás da Argentina. O Chile possui margem extensiva de 0,5328 semelhante à do Brasil. Em relação à qualidade dos produtos chilenos exportados, seu desempenho é o segundo melhor, com índice de preços de 1,5328 e o país tem apenas o Brasil à sua frente.



O próximo país em participação nas exportações latino-americanas é a Argentina com 7,22% e um montante de 68,34 bilhões de dólares em exportações. A margem total de exportação argentina é a terceira com índice de 0,780, à frente da chilena (0,0708), porém sua margem intensiva é a quarta colocada com índice de 0,1329. A Argentina possui uma alta qualidade dos produtos exportados em relação com o restante da América latina, com índice de 1,4140.

6. CONCLUSÕES

A composição do comércio dos países tem sido abordada de diversas formas como em competição monopolística e em ambientes com produto ou insumos diferenciados na forma horizontal ou vertical. Os estudos aplicados têm sido feitos com base em dados para países ou em nível de firma, mostrando a diversificação metodológica para a abordagem empírica nesta área de pesquisa. A literatura de Comércio Internacional tem estudado a questão da composição o comércio entre países, seja na forma intensiva, extensiva ou por meio da qualidade dos produtos e insumos comercializados. A partir do trabalho de Krugman (1979) podemos perceber a preocupação dos autores em tratar o comércio como mercado de concorrência monopolística, o que permite a inclusão de produtos diferenciados.

Além desta preocupação, a diferenciação dos produtos tanto em variedades quanto em qualidade, tem sido relacionada a diversos fatores como PIB, PIB per capita, trabalhadores, ganhos de bem-estar, distribuição de renda e produtividade em nível de firmas. Apesar deste tema estar amplamente difundido na literatura, uma pesquisa que trate da variedade e qualidade dos produtos exportados especificamente para a América Latina ainda não havia sido realizada. Com isso surgiu a necessidade de compreender qual a composição das exportações dos países latino-americanos para que as estratégias de política comercial sejam traçadas de forma objetiva, visando os ganhos de bem-estar oriundos do comércio.

Neste trabalho foi utilizada uma metodologia conforme Hummels e Klenow (2005) que compara as variedades importadas de diferentes exportadores em um período, tal método foi adaptado de Feenstra (1994) que compara as variedades importadas por um país ao longo do tempo. Este autor desenvolveu um método que incorpora novas variedades de diferentes



exportadores em um índice de preço de importações para países quando as preferências são do tipo Elasticidade de Substituição constante (CES, sigla em inglês) e além disso o índice de preço de importações se reduz quando o número de variedades importadas aumenta.

Dentre os países exportadores latino-americanos, o México e Brasil realizaram mais de 60% das exportações da América Latina, figurando-se as duas maiores potências comerciais da região que conjuntamente exportaram mais de 520 bilhões de dólares em 2014. O México é o principal exportador quanto à margem total de exportações. O México é o país com maior volume exportado, 397,10 bilhões de dólares. O país com maior margem extensiva de comércio é a República Dominicana. O Brasil é o país com maior índice de qualidade entre os exportadores latino-americanos. México e Brasil são os principais exportadores em volume comercializado, mas isso não necessariamente significa que exportam grandes variedades de produtos ou produtos de alta qualidade. O México, por exemplo é o maior exportador, porém o de menor variedade de produtos quando comparado aos demais países latino-americanos e figura entre os países com índice de qualidade abaixo da unidade. Já o Brasil apesar de ser o segundo colocado em termos de participação no total exportado e de margem intensiva de comércio é o país com melhor índice de preços, o que significa que seus produtos ter uma qualidade relativa elevada frente aos produtos da mesma categoria exportados por outros países.

Então fica evidente a diversidade da composição das exportações latino-americanas e o fato de que os termos das composições das exportações não necessariamente possuem relação positiva entre si, ou seja, países com grande margem intensiva não necessariamente possui muita variedade dos produtos ou que seus produtos sejam de elevada qualidade. Com isso os formuladores de políticas comerciais que pretendam elaborar regulações referentes ao comércio entre países latino-americanos devem se atentar à composição das exportações e importações de cada país, pois para diferentes composições de comercialização existem diferentes efeitos para as mesmas políticas adotadas.



REFERÊNCIAS

- AGOSIN, M. R.; ALVAREZ, R.; BRAVO-ORTEGA, C. Determinants of Export Diversification Around the World: 1962–2000. **The World Economy**, v. 35, n. 3, p. 295–315, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9701.2011.01395.x/abstract>>. Acesso em: 26/1/2016.
- ARKOLAKIS, C.; DEMIDOVA, S.; KLENOW, P. J.; RODRIGUEZ-CLARE, A. Endogenous Variety and the Gains from Trade. **American Economic Review**, v. 98, n. 2, p. 444–50, 2008. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/aea/aecrev/v98y2008i2p444-50.html>>. Acesso em: 25/1/2016.
- BRODA, C.; WEINSTEIN, D. E. Globalization and the Gains From Variety. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 121, n. 2, p. 541–585, 2006. Disponível em: <<http://qje.oxfordjournals.org/content/121/2/541>>. Acesso em: 26/1/2016.
- CHOI, Y. C.; HUMMELS, D.; XIANG, C. Explaining import quality: The role of the income distribution. **Journal of International Economics**, v. 77, n. 2, p. 265–275, 2009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eee/inecon/v77y2009i2p265-275.html>>. Acesso em: 25/1/2016.
- FAJGELBAUM, P.; GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Income Distribution, Product Quality, and International Trade. **Journal of Political Economy**, v. 119, n. 4, p. 721–765, 2011. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/ucp/jpolec/doi10.1086-662628.html>>. Acesso em: 25/1/2016.
- FEENSTRA, R. C. New Product Varieties and the Measurement of International Prices. **The American Economic Review**, v. 84, n. 1, p. 157–177, 1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2117976>>..
- FEENSTRA, R. C.; ROMALIS, J. International Prices and Endogenous Quality*. **The Quarterly Journal of Economics**, p. qju001, 2014. Disponível em: <<http://qje.oxfordjournals.org/content/early/2014/02/05/qje.qju001>>. Acesso em: 26/1/2016.
- FLAM, H.; HELPMAN, E. Vertical Product Differentiation and North-South Trade. **The American Economic Review**, v. 77, n. 5, p. 810–822, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1810210>>..
- GRIECO, P. L. E.; LI, S.; ZHANG, H. Multi-Dimensional Effects of International Trade: The Experience of Chinese Manufacturers. **The 13th annual International Industrial Organization Conference**, p. 37, 2015.
- GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Trade, Innovation, and Growth. **The American Economic Review**, v. 80, n. 2, p. 86–91, 1990.
- HELPMAN, E.; MELITZ, M.; RUBINSTEIN, Y. Estimating Trade Flows: Trading Partners and Trading Volumes. **Quarterly Journal of Economics**, v. 123, p. 441–487, 2008.



HUMMELS, D.; KLENOW, P. J. **The Variety and Quality of a Nation's Trade**. Working Paper, National Bureau of Economic Research, 2002.

HUMMELS, D.; KLENOW, P. J. The Variety and Quality of a Nation's Exports. **The American Economic Review**, v. 95, n. 3, p. 704–723, 2005.

KRUGMAN, P. R. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. **Journal of International Economics**, v. 9, n. 4, p. 469–479, 1979. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/inecon/v9y1979i4p469-479.html>. Acesso em: 25/1/2016.

SARAIVA, D.; VOIGTLÄNDER, N. Imported Inputs, Quality Complementarity, and Skill Demand., p. 49, 2012. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2264417>..

STOKEY, N. L. The Volume and Composition of Trade Between Rich and Poor Countries. Discussion Paper, Northwestern University, Center for Mathematical Studies in Economics; Management Science, 1989.

Recebido em 19/04/2018
Aprovado em 07/06/2018



APRENDENDO COM OS POVOS TRADICIONAIS E COM A NATUREZA: da sanidade vegetal à sanidade dos agroecossistemas

LEARNING WITH TRADITIONAL PEOPLES AND WITH NATURE: from plant sanity to sanity of agroecosystems

Renata Rocha Gadelha*

RESUMO

Estudos revelam que a sanidade vegetal depende do meio no qual a planta está inserida, das relações de cooperação do agroecossistema como um todo, e não da planta isolada em si. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo trazer a perspectiva da sanidade vegetal a partir da sanidade do agroecossistema: seu equilíbrio dinâmico a partir do incremento de biodiversidade gerando o controle biológico. A sanidade do agroecossistema estaria de acordo com as próprias estratégias dos agricultores tradicionais que no decorrer de sua vida aprenderam quais eram as melhores formas de manejo dentro do ecossistema no qual estavam inseridos, gerando, com isso, o processo de coevolução definido por Eduardo Sevilla Guzmán. E o exemplo que trazemos, de manejo do ecossistema, que acreditamos ser o mais complexo e que mais propicia sustentabilidade ambiental é o das agroflorestas sucessionais biodiversas. Este sistema também proporciona sustentabilidade social, já que busca a autonomia dos/as agricultores/as fazendo com que o maior insumo utilizado nesse sistema seja o conhecimento e não pacotes tecnológicos oriundos do mercado globalizado.

Palavras-chave: saberes tradicionais; sanidade vegetal; agroflorestas; coevolução.

ABSTRACT

Studies show that plant health depends on the environment in which the plant is inserted, on the cooperative relations of the agroecosystem as a whole, and not on the isolated plant itself. Thus, the present article aims to bring the perspective of plant health from the sanity of the agroecosystem: its dynamic balance from the increase of biodiversity generating biological control. The sanity of the agroecosystem would be in accordance with the strategies of the traditional farmers who in the course of their life learned the best forms of management within the ecosystem in which they were inserted, thus generating the coevolution process defined by Eduardo Sevilla Guzmán. And the example that we bring, of ecosystem management, which we believe to be the most complex and most conducive to social and environmental sustainability is that of biodiverse successive agroforestry. This system also provides social sustainability, as it seeks the autonomy of farmers, making the greatest input used in this system is knowledge and not technological packages from the globalized market.

Keywords: traditional knowledge; plant health; agroforestry; coevolution.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Graduada em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: regadelha@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente artigo foi produzido como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Sanidade Vegetal e Plantas Bioativas, ministrada no curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* de Laranjeiras do Sul/PR. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre as discussões sobre sanidade vegetal e as pesquisas sobre os sistemas agroflorestais sucessionais biodiversos.

Este artigo teve como objetivo trazer a perspectiva da sanidade vegetal a partir da sanidade do agroecossistema: seu equilíbrio dinâmico a partir do incremento de biodiversidade gerando o controle biológico. A sanidade do agroecossistema estaria de acordo com as próprias estratégias dos agricultores tradicionais que no decorrer de sua vida aprenderam quais eram as melhores formas de manejo dentro do ecossistema no qual estavam inseridos. Dessa forma, as agroflorestas destacam-se como sendo os manejos mais eficientes para a promoção da sanidade e sustentabilidade dos locais produtivos.

Foram utilizadas, como embasamento teórico para esta discussão, a teoria da trofobiose, a teoria sobre as agroflorestas sucessionais biodiversas e a perspectiva agroecológica de Eduardo Sevilla Guzmán.

A AGROECOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DE AGROECOSSISTEMAS SOCIAL E ECOLÓGICAMENTE SAUDÁVEIS

Guzmán nos diz que a “ciência precisa ter a humildade de campesinar-se” (GUZMÁN, 2011, p. 114). Ou seja, a ciência precisa ter humildade para reconhecer o saber desenvolvido ancestralmente pelos povos tradicionais, dentre eles os camponeses, que aprenderam através da prática o manejo dos agroecossistemas e a captar seus princípios ecológicos, de forma que sua ação no meio tende sempre a gerar mais vida e propiciar o



equilíbrio dinâmico. Diferentemente da ciência moderna que gerou um conhecimento voltado para o campo visando à maximização dos lucros, sem atentar para o empobrecimento da vida, das relações sinérgicas, da biodiversidade, do agroecossistema.

Por um lado, compreendemos essa afirmação de Guzmán como a sua própria proposta do que agroecologia deveria ser:

o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. E isto mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encerrar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária, e o resto dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno da dimensão local, aonde se encontram os sistemas de conhecimento (local, campesino e/ou indígena) portadores de potencial endógeno que permite aumentar a biodiversidade ecológica e sociocultural (SEVILLA; WOODGATE, *apud* GUZMÁN, 2011, p. 13) [tradução nossa].

Por outro lado, o avanço do capitalismo no campo tem gerado a descampenização com a saída das pessoas da área rural, assim como, a supressão de seus conhecimentos tradicionais pela imposição dos saberes científicos desenvolvidos na Revolução Verde e impostos aos agricultores por meio da extensão rural. Nesse sentido, a ciência hoje não teria também o dever de auxiliar essas populações rurais, e as que voltam ao campo com a reforma agrária, a resgatarem esses saberes e até mesmo desenvolverem outros?

A agroecologia afirma ter como meta unir saberes científicos com os tradicionais. Sendo assim, seria possível, por um lado, buscar resgatar os conhecimentos de produção ecológicos que ainda existem sobre os agroecossistemas, com os diferentes povos ao redor do mundo e, por outro lado, ir desenvolvendo novos saberes e práticas nos institutos de pesquisa que poderiam auxiliar esses camponeses, em seus manejos produtivos diários, a partir das especificidades da cada local e de forma coletiva e participativa com os agricultores.

E é nesse momento que surge a dúvida de qual é o papel real que o pesquisador em agroecologia, hoje, vem desenvolvendo. O que ele está pesquisando? Para quê ele está pesquisando? E, sobretudo, para quem ele está pesquisando?



Essas dúvidas surgem, pois vemos surgir diversas pesquisas no âmbito da bioquímica, da fisiologia vegetal, da alelopatia, na produção de bioherbicidas, biofungicidas, bionematicidas, que não parecem contribuir para a emancipação dos camponeses, mas sim, pela continuidade de sua dependência de pacotes tecnológicos a serem produzidos e comercializados por grandes corporações multinacionais que lucram imensamente em cima da relação de dependência que se estabelece.

Compreendemos que, para que haja autonomia e independência do agricultor do mercado de insumos, as técnicas a serem desenvolvidas e pesquisadas devem ir no sentido do aumento da biodiversidade do sistema para que o mesmo possa, com o tempo, gerar o seu próprio equilíbrio biológico dinâmico prescindindo do uso de herbicidas, fungicidas, etc. Compreendemos, também, que em um processo de transição para esse sistema de maior complexificação e biodiversidade, as técnicas que fossem desenvolvidas nos centros de pesquisa deveriam ser técnicas que pudessem ser facilmente replicadas pelos agricultores no campo.

Dessa forma, seria preciso que os pesquisadores em agroecologia realmente mudem a forma de olhar para o mundo, realizem uma verdadeira mudança de paradigma. Deixem de ver a planta como uma mercadoria a ser comercializada, e passem a vê-la como um ser vivo, dentro de um sistema no qual ela está interligada com outros organismos e cumprindo uma função, exercendo um papel transformador naquele sistema, naquele momento. Ou seja, é preciso olhar para o sistema como um todo, não só para as partes que imediatamente lhes interessam.

Nesse sentido, precisaríamos introduzir o conceito de sucessão ecológica. Toda e cada planta que surge espontaneamente em um ambiente está, ao mesmo tempo, cumprindo uma função e nos indicando algo sobre este ambiente. Quando a guanxuma (*Sida ssp*) nasce em um solo, ela ao mesmo tempo está descompactando o solo e nos dizendo que aquele solo está compactado (PRIMAVESI *apud* MEIRELLES; RUPP, 2005). Quando a samambaia (*Pteridium aquilinum*) surge, ela nos diz que o ambiente está com excesso de alumínio e que ela mesma já está ali tratando de consumi-lo e tornando o solo menos ácido (PRIMAVESI



apud MEIRELLES; RUPP, 2005). Essas plantas ao fazerem isso estão tornando o ambiente propício para que outras espécies de plantas germinem e cresçam, espécies mais exigentes, que necessitam de um ambiente mais elaborado e fértil para se desenvolverem. Em geral, são as espécies mais exigentes aquelas que interessam economicamente ao ser humano.

Todavia, o ser humano quando não olha para o agroecossistema como um todo, mas apenas para as partes que lhe interessa, não compreende que em determinado ambiente ainda não é possível introduzir determinadas espécies com valor econômico; que, antes, seria preciso criar as condições para o seu bom desenvolvimento. Ao invés disso, ao insistir na introdução desses cultivos em ambientes impróprios, essa produção vai competir com diversas outras herbáceas, sofrerá ataques de fungos/bactérias/nematóides/vírus, justamente por não estarem no ambiente próprio a elas e, com isso, não conseguindo se nutrir e desenvolver adequadamente.

A COEVOLUÇÃO: o homem aprendendo com a natureza, transformando-a e coevoluindo

A partir do ponto de vista dos Yanomamis, nas florestas:

[...] As folhas e as flores das árvores caem e acumulam-se no chão. É o que dá cheiro e fertilidade à floresta. Esse perfume desaparece quando a terra se torna seca demais, e os riachos se retraem nas suas profundezas. É o que acontece quando se corta e queima grandes árvores, como a castanheira, as sumaúmas e os jatobás. São elas que atraem a chuva. Só tem água na terra quando a floresta está com boa saúde. Quando ela está nua, desprotegida, Mothokari, o ente solar, queima os igarapés e os rios. Ele os seca com sua língua de fogo e engole seus peixes. E quando seus pés se aproximam do chão da floresta, ele endurece e fica ardendo. Nada mais pode brotar nele. Não tem mais raízes e sementes na umidade do solo. As águas fogem para muito longe. Então, o vento que as seguia e nos refrescava como um abano se esconde também. Um calor escaldante paira em todos os lugares. As folhas e flores que ainda estão no chão ressecam e encolhem. Todas as minhocas da terra morrem. O perfume da floresta queima e desaparece. Nada mais cresce. A fertilidade da floresta vai para outras terras. (...) É assim. A floresta está viva. Não a ouvimos quando ela se queixa, porém ela sofre, como os humanos. Ela sente dor quando está sendo queimada e geme quando suas árvores caem. É por isso que não queremos



deixar que ela seja desmatada. Queremos que nossos filhos e netos possam crescer achando nela seus alimentos. Nossos antepassados foram cuidadosos com ela, por isso está até hoje em boa saúde. Desmatamos muito pouco para abrir nossas roças. Plantamos bananeiras, mandioca, cana-de-açúcar, inhames e taioba. Depois, deixamos a floresta crescer de novo (KOPENAWA *apud* KRASUCKI, 2014, p. 1).

Na Amazônia são encontrados os chamados quintais agroflorestais que são manejados, sobretudo, por mulheres. O manejo possui baixo padrão tecnológico, “compatível com a realidade da agricultura familiar camponesa amazônica, e emprego da força de trabalho familiar, de que todos os membros participam” (QUARESMA, 2015, p. 38). Quaresma (2015) afirma que nesses quintais a produção é variada e distribuída ao longo do ano. Isso propicia a diversificação de produtos para uso da família, a segurança alimentar, sem utilização de venenos e fertilizantes sintéticos.

Existem pesquisas¹ que também comprovam o importante papel das comunidades tradicionais e indígenas no melhoramento genético de sementes, assim como sua dispersão. Um exemplo disso é a pesquisa de Borsuk (2015) que pesquisou o manejo da goiaba serrana (*Acca sellowiana*) pelos indígenas e quilombolas e comprovou o processo de seleção de genótipos superiores realizado por estes povos.

Além disso, temos diversas experiências, tanto no Brasil (faxinais paranaenses, cabucas nordestinas, etc.) como no mundo todo, de manejos dos povos tradicionais nas florestas, realizando consórcios entre espécies desejadas e as espécies nativas.

Essas formas de produzir com a natureza são exemplos do que Guzmán quer significar com o termo coevolução. São saberes que surgem da observação e da prática cotidiana desses povos que a partir de suas necessidades materiais objetivas aprendem a ler os sinais do ambiente e desenvolvem formas ecológicas de produção. Sendo assim, tanto a realidade desses povos, suas condições materiais objetivas e, com isso, a própria natureza, se transformam, gerando um processo de evolução mútua, onde seres humanos e natureza evoluem conjuntamente.

¹ Além da pesquisa de Borsuk (2015), é possível encontrarmos diversas pesquisas sobre conhecimentos tradicionais no livro organizado pela Embrapa, o qual contém 43 artigos que relatam diferentes pesquisas sobre os conhecimentos dos povos tradicionais do Brasil (DIAS; EIDT; UDRY; 2016).



Guzmán traz uma das reflexões de Marx sobre a sociedade, para buscar explicar a coevolução social e ecológica, na qual o homem, ao transformar o meio, transforma-se a si mesmo:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O homem enfrenta à matéria natural mesma como um poder natural. Põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apoderar-se dos recursos naturais de uma forma útil a sua própria vida. Ao operar por meio desse movimento sobre a natureza exterior a ele e transformá-la, transforma a sua própria natureza (MARX, *apud* GUZMÁN, 2011, p. 88) [tradução nossa].

Nesse sentido, o autor busca enfatizar como o campesinato, os povos indígenas e tradicionais, têm uma forma de relacionarem-se com a natureza, onde eles se consideram como sendo parte dela. Com isso, configurou-se um modo de uso dos recursos naturais que manteve as bases de reprodução biótica desses recursos e gerou processos de coevolução social e ecológica trazendo benefícios para todos (GUZMÁN, 2011).

Sendo assim, o que gostaríamos de frisar aqui é a importância em se valorizar e buscar resgatar esses conhecimentos tradicionais, pois são conhecimentos que levaram anos para se desenvolverem, partem das realidades e necessidades locais, e são capazes de captar a complexidade da totalidade, logo, os mais adequados para resolver os problemas que surgem em cada local. Assim como, são saberes que buscam soluções locais, com os meios locais existentes, com isso, prescindindo do uso de insumos externos que além de prejuízos ambientais causam a dependência do(a) agricultor(a).

DA SANIDADE VEGETAL À SANIDADE DO AGROECOSSISTEMA

Percebemos que existem duas visões distintas de como cuidar dos cultivos, uma que está protegendo o tempo todo “os filhos” e não os deixa se desenvolverem e aprenderem a se proteger por si só, ou seja, serão sempre dependentes do “pai” e outra que busca a



emancipação dos cultivos, que estes se fortaleçam, desenvolvam resiliência e possam se proteger com seus próprios meios.

A primeira dessas visões é exemplificada no artigo de Stangarlin et al. (2011), onde estes autores propõe o uso de alternativas que substituam os agrotóxicos, através dos estudos na indução de resistência das plantas que ativam os mecanismos de defesa vegetal para o controle de pragas e doenças. Esses estudos se dedicam a compreender as especificidades entre patógenos e hospedeiros.

A segunda visão colocada é a que nos apresenta Boff (2007):

A busca exclusiva **de insumos externos** para problemas internos ao sistema produtivo, diverge dos princípios da Agroecologia que se apóiam na promoção **da resiliência** (SOULE, 1992). As tecnologias assim implementadas não resultam em efeito esperado sobre as lavouras trabalhadas, **mesmo que sejam de manejo orgânico** (Paulo A. S. Gonçalves, info. Pessoal) [...] Portanto, discutir saúde vegetal é propor **mudanças de concepções**, transpondo os limites disciplinares da relação **parasita/patógeno versus planta** para uma abordagem de sistema aberto e comportamento dinâmico. (grifos meus)

Boff (2007) fala que é preciso que façamos o redesenho do agroecossistema em busca da otimização da produtividade, através do incremento da diversidade, complexidade e resiliência. Estes serão os responsáveis pela manutenção do equilíbrio dinâmico que será capaz de evitar/aliviar impactos/distúrbios, que podem ocorrer no desenvolvimento das plantas. O autor enfatiza que é preciso considerar as “relações solo-planta-agroecossistema de modo a potencializar os pressupostos de cooperação, complementariedade, transdisciplinaridade e o saber cuidar com futuras gerações, a partir de ações no presente” (BOFF, 2007, p. 549).

Vemos que se trata de visões distintas, embora ambas dentro de esferas que defendem a agroecologia. E pensando no âmbito social dos problemas que a modernização agrícola causou, a visão de Stangarlin et al. (2011) não parece corroborar para a sua superação, pois a substituição de agrotóxicos por outros insumos externos, mesmo que estes sejam naturais, no manejo produtivo, não leva à autonomia do/a agricultor/a.



Sendo assim, abordaremos a seguir a teoria da trofobiose que enfatizará a importância do agroecossistema como um todo, para gerar o equilíbrio nutricional da planta, logo, sua sanidade.

A TEORIA DA TROFOBIOSE E A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA PARA A SANIDADE VEGETAL

Francis Chaboussou, em 1970, revelou-nos sua teoria da trofobiose. A partir da coletânea de diversas pesquisas relacionando as condições nutricionais das plantas e as doenças e parasitas que as atacavam, assim como, sobre os aspectos dos elementos básicos da alimentação desses parasitas/predadores, chegou à conclusão que: as plantas ficam doentes, não por que são atacadas, mas são atacadas, porque estão com alguma deficiência nutricional. Ele clama para que os pesquisadores revejam a concepção “do equilíbrio das espécies e da limitação das pragas apenas pelo processo da predação e do parasitismo”, enfatizando a necessidade do controle biológico (CHABOUSSOU, 2006, p. 322).

A teoria da trofobiose postula que uma planta saudável é aquela que consegue realizar a proteossíntese, ou seja, a síntese de proteínas. O contrário disso, a proteólise, seria uma incapacidade de realizar essa síntese deixando os aminoácidos livres em seu organismo, dessa forma, disponíveis na forma que os diferentes parasitas/predadores têm condições de se alimentar.

Os parasitas não atacam as plantas cujos sistemas nutricionais estejam equilibrados. Isto porque, os parasitas têm uma particularidade fisiológica: seu equipamento enzimático digestivo é carente ou insuficiente em enzimas proteolíticas, isto é, enzimas que desdobram as proteínas em substâncias mais simples, como os aminoácidos, assimiláveis pelos organismos. A questão fundamental na proteção das plantas à ação dos parasitas é desenvolver um processo produtivo que permita à planta chegar a um ótimo de proteossíntese, ou seja, à formação de substâncias mais complexas, como as proteínas, que demandam a ação de enzimas para serem desdobradas e utilizadas (PINHEIRO MACHADO, L. C. 2006, p. 11).



Chaboussou explica que quando os açúcares solúveis e os aminoácidos livres dos tecidos vegetais estão em excesso surge um desequilíbrio metabólico no vegetal, tornando este susceptível ao ataque de parasitas. “Os fungos parasitas são organismos osmotróficos que se nutrem, como os insetos e os ácaros sugadores de seiva, de açúcares e aminoácidos livres dos tecidos vegetais” (CHABOUSSOU, 2006, p. 21).

Este autor pontua que a resistência das plantas não advém, conforme afirma a teoria clássica, da existência de substâncias antagônicas nos seus tecidos que seriam tóxicas/repulsivas aos parasitas. Ou seja, não são os princípios ativos das plantas, produzidos no metabolismo secundário, que seriam responsáveis pela defesa do vegetal, mas, antes, a sua própria nutrição equilibrada que seria o princípio fundamental de sua defesa e que permitiria a produção dessas substâncias.

Não é devido a qualquer efeito tóxico dos compostos fenólicos que se exerce a resistência, mas sim como consequência de uma carência de elementos nutricionais solúveis. A própria carência é resultante de um estímulo da proteossíntese, que é acompanhada da produção de fenóis. [...] A planta ou, mais precisamente, o órgão será atacado somente na medida em que seu estado bioquímico, determinado pela natureza e pelo teor em substâncias solúveis nutricionais, corresponda às exigências tróficas do parasita em questão (CHABOUSSOU, 2006, pp. 74-75).

O autor nos diz que, para que ocorra a síntese de proteínas, é preciso que haja um equilíbrio nutricional entre os diversos elementos essenciais das plantas, tanto os macros como os oligoelementos (Cu, Fe, Zn, Mo, Mn, Li, B, etc.), pois é a partir deles que ocorre esta síntese. Adubos nitrogenados geram desequilíbrios nutricionais, pois levam a um excesso de nitrogênio. A carência de potássio gera acúmulo de aminoácidos livres. O cálcio trocável surge como de extrema importância para a estimulação da proteossíntese, e sua presença está relacionada com o teor de matéria orgânica no solo. O boro por sua vez seria capaz de manter o cálcio sob forma solúvel.

Nesse ponto, entra também a importância dos fatores bióticos e abióticos para que a planta realize a síntese de proteínas e se torne resistente às doenças e parasitas. A luminosidade e a disponibilidade de água são uns desses fatores. O metabolismo do cálcio na



planta pode ser afetado pelo solo seco ou com regas sucessivas e também devido a altas temperaturas, que acabam inibindo a proteossíntese. O autor traz alguns estudos que comprovam isso em seu texto (CHABOUSSOU, 2006).

Sendo assim, o solo rico em matéria orgânica se apresenta como sendo o mais propício para que as plantas adquiram um equilíbrio nutricional.

O mecanismo de proteção é pouco conhecido, mas, seguramente, é desencadeado a partir de fatores bióticos, nos quais os microrganismos do solo desempenham papel preponderante. E, seguramente, é através desse mecanismo que o solo se desintoxica, se equilibra e passa a ser um *integrante ativo* no processo (PINHEIRO MACHADO, 2006, p. 12).

Chaboussou afirma que a matéria orgânica propicia maior retenção de água no solo, melhorando também a microflora deste. Enaltece a adubação orgânica por proporcionar os alimentos minerais ao solo com todos os elementos essenciais à planta.

A teoria da trofobiose nos indica que, para que tenhamos plantas saudáveis, não é possível olharmos apenas para suas doenças ou seus parasitas, assim como, não é possível que nos detenhamos apenas em suprir artificialmente os nutrientes essenciais das plantas, mas, sim, que atentemos para o agroecossistema como um todo, com todos os seus fatores interligados, um cooperando com o outro, para podermos cultivar um sistema equilibrado e saudável. Nesse sentido, apresentaremos a seguir a teoria das agroflorestas sucessionais biodiversas, como um manejo produtivo que nos força a mudar nossos olhares para o agroecossistema, tonando-o ambientalmente e socialmente mais sustentável.

AGROFLORESTAS COMO SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS AMBIENTAL E SOCIALMENTE

Os sistemas agroflorestais são uma forma de produzir que se encontrava e encontra em diversas comunidades tradicionais distintas, desde os indígenas, os caboclos, quilombolas,



caixaras e seus descendentes (MAY; TROVATTO, 2008). Todavia, foi o suíço Ernst Gostch que, ao tornar-se agricultor no Brasil, desenvolveu as chamadas agroflorestas sucessoriais biodiversas, que serão abordadas neste artigo².

Embora, dentro da agroecologia, as agroflorestas sejam apresentadas apenas como mais uma forma de produção entre outras, os seus princípios e formas de manejo têm muito que nos ensinar sobre sustentabilidade.

Muito além de ser apenas uma forma de produção, as agroflorestas nos permitem transformar o nosso olhar sobre o mundo, sobre nossas relações com a natureza, logo, na forma como manejamos nossos sistemas produtivos.

Costuma-se definir agroflorestas como consórcios entre árvores e culturas agrícolas. Todavia, as agroflorestas são um tanto quanto mais complexas que essa simples e reduzida definição. Pois, primeiramente, o olhar daquele quem faz uma agrofloresta deve voltar-se, antes de tudo, para o local onde ela será implementada e se perguntar: que vegetação existia/existe aqui? Ou seja, no caso do Brasil, qual floresta existia/existe neste ambiente? Dessa forma, saberemos qual é o tipo de formação vegetal que naturalmente já se desenvolveu e se adaptou àquele ambiente, temperaturas, altitude, regime de chuvas, etc. E, a partir disso, buscar aprender com as lições que aquela floresta fornece (VIVAN, 1998).

Nesse processo, surgirão questões como: “o cuidado com o manejo da luminosidade, da produtividade primária, da sucessão natural, da reciclagem de nutrientes e das relações ecológicas” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p.7).

Sendo assim, o(a) agricultor(a) estará dialogando com a natureza, observando quais são os seus sinais, para poder trabalhar com ela, compreender seu fluxo para segui-lo. E não

² Embora tenha sido Ernst quem desenvolveu a teoria e a prática de agrofloresta que abordamos mais especificamente neste artigo, por ser o modelo mais complexo e mais similar às florestas, não podemos aqui deixar de enfatizar a importância dos conhecimentos dos povos tradicionais no desenvolvimento de suas agroflorestas específicas. Se os modelos de agroflorestas desses povos não era/é tão denso e biodiverso como o modelo de Ernst, isso é compreensível pelo fato desses povos já estarem rodeados de florestas, logo, colhendo os benefícios de estar cultivando em clareiras de florestas densas e biodiversas (solos férteis, diversidade de espécies gerando equilíbrio biológico, banco de sementes, etc.). Todavia, em suas práticas, esses povos mantinham os princípios da floresta, trabalhando com o consórcio de diferentes espécies e com a sucessão natural (sombreamento – embora não da forma densa e complexa da floresta nativa), mantendo o solo coberto, etc.



dizendo para a natureza como ela deveria ser, segundo seus desejos, trabalhando contra ela (VIVAN, 1998). E, isso, talvez, seja o mais próximo que possamos chegar do que se chama sustentabilidade em termos ecológicos.

Na agrofloresta, não se trata de artificializar as condições para a germinação e crescimento das espécies de interesse, mas de potencializar os processos naturais para a otimização da produção, tanto das espécies de interesse quanto da biodiversidade como um todo. Götsch (1995) propõe que “uma intervenção é sustentável se o balanço de energia complexificada e de vida é positivo, tanto no subsistema em que essa intervenção foi realizada quanto no sistema inteiro, isto é, no macrororganismo planeta Terra; sustentabilidade mesmo só será alcançada quando tivermos agroecossistemas parecidos na sua forma, estrutura e dinâmica ao ecossistema natural e original do lugar da intervenção (...)” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 8).

Steenbock e Vezzani (2013) afirmam que, segundo Lovelock, a evolução dos organismos está articulada com a dos ambientes nos quais eles estão inseridos e com a própria evolução física e química destes ambientes. Logo, as evoluções, tanto dos organismos, como dos ambientes, seriam um único processo evolutivo e autorregulador.

Estes autores explicam que isso se dá, pois todos os sistemas vivos são abertos do ponto de vista energético e material, pois precisam captar energia/matéria exteriores a si mesmos para sobreviverem e, da mesma forma, excretam energia e matéria, elaboradas de outra forma, continuamente no ambiente onde vivem. Este processo de consumir e excretar definiria o lugar de cada ser na rede alimentar e nos processos de cooperação do sistema. Nesse sentido, o ambiente seria produto dos próprios organismos vivos que habitam nele, assim como, os organismos seriam o resultado desse ambiente.

Um ponto importante de se destacar dos sistemas abertos, a partir da teoria da termodinâmica, é que esses sistemas, por estarem sempre recebendo e expelindo energia de si, nunca atingem o equilíbrio, a um estado estacionário, onde não ocorreriam alterações nas concentrações dos reagentes nem dos produtos. E seria, justamente, o não equilíbrio que permitiria a auto-organização e produção de novas estruturas e ordens, ou seja, a evolução (ibid).



Qualquer mensagem recebida em algum ponto desse sistema irá percorrer toda a rede de relações, e o sistema irá se auto-organizar em função dessa nova mensagem recebida. Num primeiro momento, a energia e a matéria recebidas pelo sistema dissipam-se entre a rede de relações e causam uma instabilidade; porém, é com essa mesma energia e matéria que o sistema se auto-organiza em outro estado de ordem em diferente nível de complexidade, evoluindo e desenvolvendo-se dependendo das características do fluxo de energia e matéria. Se a magnitude do fluxo de energia e matéria que passa através das relações não lineares entre os elementos aumenta, emergem espontaneamente novas estruturas e formas de comportamento em níveis energéticos sucessivamente mais elevados, que se caracterizam pela crescente diversidade e complexidade da estrutura e das suas formas de comportamento, resultado de relações complexas entre os elementos e da alta quantidade de energia e matéria retida (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 18).

Estes autores afirmam que, na medida em que aumenta a complexidade, aumenta também a diversidade e maior quantidade de matéria e energia é fixada no ambiente. Eles introduzem a ideia de nicho ecológico: “um espaço onde a luz, a temperatura, a umidade, a relação com outras espécies e tantas outras condições são adequadas a ela [a espécie]” (ibid, p. 27). Dentro desses nichos cada espécie coopera com outras ao liberarem determinadas substâncias no meio.

Para implantar uma agrofloresta o/a agricultor/a precisa observar alguns elementos chaves nesse processo: a eficiência fotossintética, o solo como um sistema vivo, a sucessão ecológica e a biodiversidade.

Já é largamente conhecido que quase a totalidade de energia que existe na terra advém do sol. Sendo assim, quanto mais o sistema for capaz de “guardar o sol” em si mesmo, mais energia (biomassa) ele produzirá e propiciará mais vida e diversidade. Todavia, para se ter a eficiência fotossintética não basta um maior número de plantas por m², é preciso que haja água, gás carbônico e luz em quantidades adequadas (ibid).

Nesse sentido, deve-se ter uma preocupação grande com a manutenção da água no ambiente. O solo coberto, como ocorre e nos ensina as florestas, propicia a maior conservação da água impedindo sua rápida evaporação caso o solo estivesse exposto diretamente ao sol. As copas das árvores executam essa função com maior eficiência, pois bloqueiam mais ainda a penetração do sol no solo. O aumento da temperatura do solo, logo, do ambiente, faz com que



as plantas fechem seus estômatos interrompendo o processo de fotossíntese (STEENBOCK; VEZZANI, 2013).

Em relação à sucessão ecológica ela ocorre através das sucessões de nichos que surgem “na medida em que o espaço vai sendo ocupado por diferentes espécies” (ibid, p. 41). Quando aumenta a energia no sistema, surgem novas informações e, com isso, surgem novas e mais relações, aumentando a biodiversidade. Nesse sentido, a sucessão caminhará sempre em direção à abundância.

Na sucessão ecológica costuma-se dividir as etapas/plantas, geralmente, em três: pioneiras, secundárias e clímax. As pioneiras seriam aquelas plantas que crescem rapidamente, produzem muitas sementes e que saem rápido sistema, embora suas sementes durem por muito tempo no solo; as secundárias surgem quando o ambiente já foi melhor “trabalhado” pelas pioneiras, já está mais rico em energia e matéria. As secundárias, por sua vez, deixam o ambiente ainda melhor para as espécies clímax, que são um tanto mais exigentes, requisitando ambientes bem mais complexos, “são espécies que vivem em ambientes mais sombreados e onde o solo apresenta maior quantidade de matéria orgânica” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 44).

Todavia, é evidente que as pioneiras que vão surgir em uma clareira de uma floresta nativa, não serão as mesmas que surgiriam em uma área que já foi amplamente degradada. Dentre as pioneiras existem aquelas que são mais rústicas e as que são mais exigentes. E, geralmente, o próprio ambiente, se lhe for permitido descansar e deixar que a própria natureza trabalhe no local, vai informar quais são as espécies pioneiras certas para que aquele local se recupere e volte a ser um ambiente de abundância.

Ernst Götsch (*apud* STEENBOCK; VEZZANI; 2013, p. 51) conta que ao tentar recuperar o ambiente com algumas espécies pioneiras que ele escolheu, não teve muito sucesso. Todavia, ao deixar que as espécies pioneiras nativas crescessem, essas cumpriram a função de melhorar o solo (retirou as gramíneas, herbáceas e trepadeiras que já haviam amadurecido) e foram boas companheiras com as plantas cultivadas.



Muitas plantas espontâneas nativas são, se bem manejadas, excelentes plantas companheiras. Quando jovens, elas estimulam o crescimento das espécies cultivadas e afastam pragas e doenças. Elas também protegem e melhoram o solo, ou indiretamente, corrigem o seu pH. Além disso, estas espécies aumentam a matéria orgânica do solo, constituindo uma fonte valiosa de substâncias fertilizantes (Götsch, 1992). Em outras palavras, a ocorrência natural das populações de espécies pioneiras nativas, na área de cultivo, favorece a complexificação das relações interespecíficas e a formação de novos nichos ecológicos, propriedades emergentes nos sistemas agroflorestais. Nessas relações e nichos, as espécies cultivadas podem participar, aproveitando o benefício mútuo da complexificação da auto-organização do sistema (*ibid*, p. 51).

Contudo, Ernst observou que as agroflorestas necessitam do manejo da poda para possibilitar o cultivo das culturas alimentícias desejadas, pois ele percebeu que após dois anos da germinação de árvores e arbustos, estes passaram a inibir o crescimento das culturas. Mas, ao realizar a poda dessas espécies pioneiras, elas revigoraram intensamente o ambiente.

Sendo assim, podemos observar, que se pararmos para observar nossos ecossistemas nativos, como eles funcionam, e buscarmos replicar suas estratégias em nossos manejos produtivos teremos mais chances de ter sucesso, pois estaremos trabalhando em consonância com os ciclos naturais daquele local e não contra eles. Sendo assim, este manejo, por prescindir do uso de insumos externos, se apresenta como o mais sustentável em termos sociais, pois gera maior autonomia para os agricultores/as.

Pensando sobre a sanidade das plantas, observamos que a preocupação com o sistema como um todo acaba gerando por si só o cuidado com cada indivíduo que lhe pertence. Ou seja, não devemos olhar para os sistemas, ou mesmo florestas, como sendo um conjunto de árvores, mas sim, como um conjunto de relações. E quanto mais indivíduos eu tiver em meu sistema, mais relações haverá também. Dessa forma, maiores oportunidades de cooperação surgirão gerando os sinergismos necessários para a manutenção e abundância da vida.

Quando tenho muitas plantas e de diversas espécies num ambiente, está certo que teremos o solo desse ambiente coberto. O solo coberto permite uma infinidade de benefícios para todos os organismos que vivem nesse sistema: manutenção da água, da umidade, matéria orgânica que alimentará diversos microrganismos que disponibilizarão nutrientes essenciais às



plantas, assim como, criarão a estrutura do solo que permitirá a passagem tanto de ar como de água, evitando também, com isso, as erosões.

A diversidade e abundância de plantas atrairão uma infinidade de insetos, fungos, bactérias, nematóides, etc., que nessa mistura propiciarão o controle biológico, pois teremos convivendo juntos os predadores dos predadores de determinadas espécies, dessa forma gerando um equilíbrio dinâmico.

Da mesma forma, essa diversidade e abundância de plantas estarão cooperando entre si, tendo em vista que cada uma requer mais ou menos de nutrientes específicos, disponibilizando outros que podem ser utilizados por outras plantas. Essas são apenas algumas das vantagens e relações que se estabelecem quando trabalhamos com a diversidade com o foco no sistema como um todo. Quando trabalhamos pensando na sanidade do sistema, estamos, conseqüentemente, promovendo a sanidade vegetal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo trazer a visão de que buscar a saúde das plantas é algo que merece a atenção do sistema como um todo. E como a agrofloresta seria a forma produtiva, que melhor atenderia aos requisitos desse olhar mais abrangente para o todo. As pesquisas que continuam focadas apenas nas partes dos sistemas, sem terem ligação com o todo, dificilmente trarão respostas satisfatórias aos problemas que surgem na complexidade da totalidade.

Sendo assim, acreditamos que as pesquisas na área da sanidade vegetal devem levar constantemente em consideração a relação do ambiente como um todo, assim como, da ação da sucessão ecológica interferindo no meio e dos conhecimentos tradicionais já desenvolvidos sobre o manejo dos recursos naturais.



REFERÊNCIAS

- BOFF, P. Saúde Vegetal e a Ciência das Doenças e Pragas. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Resumos do V CBA- Sociedade e Natureza. Vol. 2, Nº 2, pp. 547-550, out. 2007.
- BORSUK, L. J. **Avaliação da diversidade genética e morfológica da goiabeira-serrana (*Acca sellowiana* (O. Berg) Burret) em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas e em Unidades de Conservação no Sul do Brasil e acesso ao conhecimento tradicional associado ao uso e manejo da espécie**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- DIAS, T; EIDT, J. S; UDRY, C. (editoras técnicas). **Diálogos de Saberes: relatos da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa, 2016.
- GUZMÁN, E. S. **Sobre los Orígenes de la Agroecología en el Pensamiento Marxista y Libertário**. La Paz: AGRUCO, 2011.
- KRASUCKI, L. B. **Cultivando a Floresta: sistemas de conhecimento e agroflorestas em Barra do Turvo – SP**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2014.
- MAY, P. H; TROVATTO, C. M. M. (coord.) **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2008.
- MEIRELLES, L. R; RUPP. L. C. D. (coord.) **Agricultura Ecológica: princípios básicos**. Centro Ecológico. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- PINHEIRO MACHADO, L. C. Apresentação. In: CHABOUSSOU, F. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- QUARESMA, A. P. Mulheres e Quintais Agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, K; REZENDE, M; MACEDO, G. (Orgs.). **Prêmio Margarida Alves – Mulheres e Agroecologia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- STANGARLIN, J. R; KUHN, O. J; TOLEDO, M. V; PORTZ, R. L; SCHWAN-ESTRADA, K. R. F; PASCHOLATI, S. F. A Defesa Vegetal Contra Fitopatógenos. **Scientia Agraria Paranaensis**. Vol. 10, Nº 1, pp. 18-46, 2011.
- STEENBOCK, W; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta**. Aprendendo a produzir com a natureza. Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 59

VIVAN, J. **Agricultura e Florestas**: princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998.

Recebido em 17/04/2018

Aprovado em 11/06/2018



A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, À LUZ DA TEORIA DE BASE DA EXPORTAÇÃO

LA CONTRIBUCIÓN DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA USINA HIDRELÉCTRICA DE ITAIPÚ EN EL DESARROLLO REGIONAL DE LA CIUDAD DE FOZ DEL IGUAZU, A LA LUZ DE LA TEORÍA DE BASE DE EXPORTACIÓN

Carla de Oliveira Monsores*
Zaira Carvalho Cornélio Braga**

RESUMO

O presente artigo se propõe a evidenciar os impactos causados pela construção da Itaipu Binacional no desenvolvimento e crescimento econômico do município de Foz do Iguaçu, no período na construção dessa obra, bem como seus reflexos até a atualidade, destacando os elementos propulsores de transformação desta região. Apresenta a teoria da base de exportação, relacionando-a com o desenvolvimento de Foz do Iguaçu desencadeado pela construção da Itaipu. O município em questão sofreu transformações profundas com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, aumentando sobremaneira seu contingente populacional e mudando sua atividade econômica, que inicialmente era agrícola para serviços, fixando o turismo como sua base de exportação. Apresentam-se as contribuições da construção da usina de Itaipu para esse desenvolvimento. A metodologia empregada para fundamentar as questões apresentadas foi do tipo exploratória, pesquisa bibliográfica e documental, baseada em materiais já elaborados, tais como livros, testes, dissertações e artigos, além de documentos de órgãos oficiais.

Palavras chave: Desenvolvimento Regional; Itaipu Binacional; Foz do Iguaçu.

RESUMEN

El presente artículo se propone a evidenciar los impactos causados por la construcción de la Itaipú Binacional en el desarrollo y crecimiento económico del municipio de Foz do Iguaçu, en el período en la construcción de esa obra, así como sus reflejos hasta la actualidad, destacando los elementos propulsores de transformación de esta región. Presenta la teoría de la base de exportación, relacionándola con el desarrollo de Foz do Iguaçu desencadenado por la construcción de Itaipú. El municipio en cuestión sufrió transformaciones profundas con la implantación de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú, aumentando sobremanera su contingente poblacional y cambiando su actividad económica, que inicialmente era agrícola para servicios, fijando el turismo como su base de exportación. Se presentan las contribuciones de la construcción de la usina de Itaipú para ese desarrollo. La metodología empleada para fundamentar las cuestiones presentadas fue del tipo exploratorio, investigación bibliográfica y documental, basada en materiales ya elaborados, tales como libros, pruebas, disertaciones y artículos, además de documentos de órganos oficiales.

Palabras clave: Desarrollo Regional; Itaipu Binacional; Foz del Iguazu.

* Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD/UNILA). E-mail: carlamonsores@gmail.com

** Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD/UNILA). E-mail: zairacornelio@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

De acordo com o JIE (2017), no ano de 2016 a Itaipu Binacional ultrapassou 100 milhões de megawatts-hora (MW/h) de geração anual, superando o recorde de 98,8 milhões de MW/h estabelecido pela chinesa Três Gargantas, em 2014, recuperando com esta marca o primeiro lugar mundial em produção anual de energia limpa e renovável¹. No ano seguinte, em 2017, no dia 21 de novembro, a Itaipu alcança um novo recorde e comemora um importante marco de sua existência, a produção de 2,5 bilhões de megawatts-hora (MW/h) de energia limpa e renovável, em quase 34 anos, respondendo por cerca de 17% do consumo elétrico brasileiro e 90% do paraguaio².

Contudo, por trás deste marco há uma história a ser contada: a história de Foz do Iguaçu, cidade sede deste grande empreendimento, que, sem sombra de dúvidas, sofreu os impactos de uma obra dessa magnitude, tendo toda a sua estrutura socioespacial e econômica reconfigurada com alterações importantes na sua dinâmica.

Entre os anos 1930 a 1970, vários países latino americanos, entre eles o Brasil, viviam um período próspero de crescimento, denominado ‘nacional desenvolvimentismo’, em que se formulavam estratégias de desenvolvimento com uma política de proteção das indústrias nacionais, inibição das importações, desenvolvimento da industrialização e promoção forçada de poupança por meio do Estado, que nesse período, representava o principal instrumento da ação coletiva, cujo objetivo era o de fortalecer o mercado, com intuito de criar um cenário que estimulasse as empresas a fazer investimentos (BRESSER PEREIRA, 2009).

Na sequência surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-1974) que elaborou estratégias para promover o crescimento e a expansão do mercado, com grandes programas de investimentos, entre eles o Programa Básico de Energia Elétrica, donde surge o projeto Itaipu, para sustentação do modelo desenvolvimentista brasileiro (BRASIL, 1971).

A construção da Itaipu Binacional se iniciou no ano de 1974 com a chegada das primeiras máquinas ao futuro canteiro de obras na cidade de Foz do Iguaçu. Entre os anos de

¹ <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>

² JIE- Jornal de Itaipu Eletrônico, edição de 22/11/2017



1975 e 1978 mais de nove mil moradias foram construídas nas duas margens para abrigar os trabalhadores brasileiros e paraguaios. Nesse período, Foz do Iguaçu contava com duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes, com uma atividade predominantemente agrícola de subsistência e pouquíssimo comércio. Em dez anos sua população passou de 20.000 para 101.447 habitantes. Em 1980 o transporte de materiais para a Itaipu Binacional mobilizou 20.113 caminhões e 6.648 vagões ferroviários. Os consórcios de empresas mobilizavam uma imensa quantidade de pessoas em busca de trabalho³.

A movimentação em torno da construção dessa grande obra alterou profundamente o espaço socioeconômico desta cidade, modificando a base de exportação da economia da cidade, inicialmente agrícola (setor primário) para o setor terciário, com a necessidade da prestação de serviços. Mas de que forma ocorreram estas transformações? Qual foi o papel da Itaipu Binacional no processo de crescimento e desenvolvimento de Foz do Iguaçu? Que fatos ocorreram que transformaram nas quatro últimas décadas uma cidade pequena e pacata em uma cidade internacionalmente conhecida por suas belezas naturais e por sediar uma grande obra da construção civil, que é a hidrelétrica Itaipu Binacional?

Tais questões pretendem ser abordadas neste trabalho, no qual são demonstrados quais os fatores relacionados à construção da Itaipu Binacional que influenciaram o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, usando como instrumento de explicação a Teoria de Base de Exportação e sua relação com o desenvolvimento das regiões.

A metodologia empregada neste artigo foi do tipo exploratória, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, (GIL, 2008), que foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, tais como livros, testes, dissertações e artigos científicos, sítios eletrônicos e documentos de órgãos oficiais. Analisou-se, por meio dessas fontes secundárias, um grande número de informações que levaram às considerações exploradas neste trabalho.

Finalmente, esse trabalho está estruturado em quatro seções. Após a introdução, na segunda seção é abordado a teoria da base de exportação como fator para o desenvolvimento regional, bem como busca-se demonstrar sua relação com o desempenho econômico de Foz do Iguaçu. Na terceira seção apresenta-se os principais resultados obtidos, consistentes na

³ <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>



contextualização do projeto Itaipu, com a caracterização do município de Foz do Iguaçu na década de 1970 e o cenário encontrado nos dias atuais. Na última seção são traçadas as considerações finais do trabalho.

2. A TEORIA DE BASE DE EXPORTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU

A abundância dos recursos naturais hídricos em Foz do Iguaçu fez com que surgisse inicialmente uma base de exportação originada da indústria da geração de energia elétrica, para em seguida, fomentar ainda mais as atividades turísticas que passaram a ser outra fonte de base para exportação nos dias atuais, e assim, conseqüentemente o município diversificou sua base de exportação entre duas potências econômicas, a usina hidrelétrica e o turismo, que passaram a desencadear um aumento considerável de efeitos multiplicadores na região.

De acordo com Schartzman (1973), as atividades econômicas de uma cidade são de dois tipos: as básicas, que produzem bens negociados além de suas fronteiras e as não básicas (ou residenciais) que servem de apoio às atividades básicas. Segundo o autor, o crescimento de uma economia estará atrelado ao desenvolvimento das atividades básicas, que induz o crescimento das atividades não básicas. Desta forma, as atividades básicas, consideradas como base da exportação, seriam a força motriz que desencadeia o crescimento de uma determinada região.

A base de exportação, isto é, as atividades básicas, é que determina o nível e renda de uma região. Assim, a região de Foz do Iguaçu tem sua base de exportação pautada na usina hidrelétrica de Itaipu a qual acabou contribuindo com o crescimento interno da região em questão, além de proporcionar o desenvolvimento de uma segunda atividade de exportação.

A Teoria de Exportação tende a avaliar os fluxos de bens e serviços ofertados entre a região que desenvolve a atividade básica (de exportação) e as atividades que são desencadeadas a partir da mesma, no mercado local. Portanto, a teoria evidencia a dicotomia



existente entre as atividades de exportação e as atividades do mercado local, diante do contexto da atividade total da região.

Assim, através desta teoria podemos entender tal significância do desenvolvimento acarretado em Foz do Iguaçu com a implantação da Usina Itaipu, pois através desta foram suscitadas várias ramificações ditas não básicas, tais como, notadamente as referidas atividades correlatas ao turismo serviços públicos, construção civil, desenvolvimento do comércio local, entre outras, que acabaram fomentando um crescimento econômico da cidade. Assim, de acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento, edição 2014, as atividades correlacionadas com atividades não básicas, como por exemplo, o turismo, fomenta a ofertar de mais empregos na região oeste do Paraná.

North (1977), ressalta, ainda, que tanto a teoria da localização, assim como, a teoria do crescimento regional acabam articulando uma sequência típica de estágios em que as regiões percorrem para o seu desenvolvimento. Inicialmente, as regiões desenvolvem a fase da economia de subsistência, em que existe pouco investimento e comércio, e as atividades são basicamente agrícolas para autossubsistência. À medida que ocorrem investimentos em infraestrutura a região passa a desenvolver o comércio e a especialização local, pois estes investimentos acabam fomentando toda a economia local, melhorando a mobilidade no fluxo de mercadoria, assim como alavancando a criação de empregos e aumentando os benefícios em relação às condições sociais.

A Itaipu Binacional surge como uma indústria classificada como motriz, conforme a Teoria do Crescimento Polarizado, de Perroux (1967), que também parte do pressuposto que o ponto de partida para desencadear o processo de crescimento é a inserção de uma unidade produtiva chave na região, a qual passa a desencadear efeitos positivos ou negativos na mesma. Desse modo, para o autor a atividade motriz passa a ser um polo propulsor da economia da região.

Schartzman (1973, p. 32) destaca que as exportações exercem seus efeitos sobre a região por meio do efeito multiplicador, que consiste em três partes, quais sejam: o efeito direto, que se trata das compras efetuadas pela base de todas as indústrias da região; efeito



indireto, que são as compras efetuadas pelas indústrias que vendem para a “base”, que por sua vez também fazem compras; efeito induzido, que são as despesas efetuadas pelos receptores de renda em cada setor.

O efeito direto são as compras efetuadas pela base de todas as indústrias da região, que no caso em estudo, consideramos toda a aquisição de insumos, equipamentos, material de construção adquiridos no município de Foz do Iguaçu. O efeito indireto trata-se das compras das indústrias que vende, para a “base”, tendo em vista que estes fornecedores para a Itaipu também fazem compras no município, e por fim o efeito induzido que são as despesas efetuadas pelos receptores de renda em cada setor, ou seja, o consumo da população local. Todos esses efeitos são capazes de alavancar o desenvolvimento regional. (SCHARTZMAN, 1973 p. 35,36)

Blumenfeld (1955), em contraponto à teoria de que as atividades de exportações são o motor de crescimento, propõe que as atividades não básicas ou locais é que devam ser consideradas como verdadeira base econômica das cidades. Justifica essa ideia com o entendimento de que com o crescimento das cidades, as pessoas empregadas nas atividades “básicas” reduzem e as atividades locais vão se desenvolvendo e passam a apoiar as atividades de exportação (BLUMENFELD, 1955 *apud* SCHARTZMAN 1973, p. 11).

O autor demonstra os casos das minas de ouro de Denver, que, quando esgotadas, deram lugar à cidade-fantasma. Do mesmo modo, a cidade Oshkosh, que vivia das atividades de serraria, que posteriormente desapareceram, mas em razão da grande quantidade de mão de obra existente, atraiu as indústrias de moagem. Para ele, a capacidade de substituir as exportações, ou mesmo expandi-las ou sustentá-las depende da capacidade das atividades locais, consubstanciadas em força de trabalho de várias especialidades, serviços comerciais, inclusive transportes e mercado local e regional (SCHARTZMAN 1973, p. 12).

Atualmente, a cidade de Foz do Iguaçu possui outra base de exportação, o turismo, que conta com as Cataratas do Iguaçu, Parque das Aves, Marco das Três Fronteiras, Usina de Itaipu Binacional, Templo Budista, Ecomuseu, compras em *Ciudad Del Este* (Paraguai) e em *Puerto Iguazu* (Argentina), além de outros pontos turísticos, acarretando um efeito



multiplicador, como: geração de empregos, tanto diretos como indiretos, sustentação das atividades de transportes e de alimentação, além das atividades desencadeadas nas hotelarias.

A variação do Produto ou Renda da região será diretamente proporcional a variação das atividades de exportação da região, as quais sofreram reflexos acarretados pelo efeito multiplicador, que ampliará as demais atividades da região.

3. OS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU EM FOZ DO IGUAÇU

A região de Foz do Iguaçu, localizada ao oeste do Paraná, é a cidade de fronteira entre dois países latino-americanos, Paraguai e Argentina, caracterizada por ter recursos híbridos fartos e com o rio Paraná correndo sobre suas terras, onde se localizavam as sete quedas⁴.

As sete quedas do Rio Paraná se tornaram uma das principais atrações de Foz do Iguaçu e conseqüentemente uma das principais potências turísticas durante a sua existência. A partir deste desfecho, deu-se origem à cidade de Guaíra, em 1940, que se desenvolveu rapidamente através do turismo e atingiu cerca de 40 mil habitantes. A cidade acabou dando outra denominação ao Salto de Sete Quedas, que a partir de então, passou a ser conhecida, por todo mundo, como Salto de Guaíra.

Todavia, desde o século XVII, Brasil e Paraguai disputavam a posse das terras que compunham o Salto de Sete Quedas, tendo a Guerra do Paraguai reaberto essa polêmica. O ‘Tratado de Paz de 1872’ previa que os territórios deveriam se dividir pelo Rio Paraná até o Salto de Sete Quedas e pelo cume da Serra de Maracaju. A partir de 1969, entretanto, com a descoberta do grande potencial hidrelétrico do Rio Paraná, os dois países entraram novamente em rota colisão, exacerbando a disputa pelas Sete Quedas.

Porém, os dois países decidiram unir forças e após intensas negociações decidiram estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em conjunto aos dois países. Portanto, as pesquisas que visavam à utilização dos Saltos das Sete Quedas de Guaíra formaram iniciadas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), portanto, o projeto teve sua gênese durante o governo de Jânio Quadros, em 1961. Então, foi durante o regime da ditadura militar, o qual se encontravam os dois países, Paraguai e Brasil que se iniciaram as negociações da construção da futura Usina Hidrelétrica de Itaipu.

⁴ As sete quedas localizavam-se em um local exíguo de cadeias de montanhas do rio Paraná, em Foz do Iguaçu, que eram constituídas por 19 cachoeiras divididas em 7 grupos respectivamente. Estas tinham o seu volume de água em aproximadamente 75 mil metros cúbicos por segundo, com uma velocidade que girava em torno de 150 km por hora. Assim, as características naturais da região proporcionaram de forma impar a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica de grande magnitude.



Em 22 de junho de 1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e Paraguai assinaram a Ata de declaração conjunta em que manifestavam o interesse nos estudos e exploração do potencial hídrico pertencente em comunhão aos dois países. No ano de 1974, as negociações foram oficializadas, dando início à construção da barragem, que se concluiu em outubro de 1982, segundo Catta (2003), com isso origina-se a Itaipu Binacional, estruturada como empresa internacional para gerenciar a construção da usina⁴.

O cenário da construção da Itaipu se destacava por um período de prosperidade econômica, considerado como o “Milagre Econômico Brasileiro”, o qual decorria de uma situação favorável em que as políticas de industrialização e aceleração do crescimento no Brasil elevavam as taxas do PIB.

Para sustentação do processo desenvolvimentista brasileiro, com a forte expansão industrial, a hidroelétrica surge como uma nova fonte de energia limpa e renovável (ROSEIRA, 2006). O Estado passa a atuar como promotor de intervenção do processo industrial para consolidar o processo de industrialização, com gigantescos investimentos a cargo do sistema Petrobrás, Siderbrás, Embratel, Eletrobrás e de outras empresas públicas, que eram parte integrante do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, em especial no sentido de suprir uma demanda emergente de energia elétrica, diante da crise de energia que poderia afetar o desenvolvimento industrial. (SOUZA, 1998, p.21)

No período de 1951 a 1956 o país vivenciou uma grande estiagem, refletindo diretamente na produção de energia provocando transtornos e um pesado racionamento de energia. Nesse período, o Brasil contava com 3.500 megawatts-hora de potência instalada, sob o controle do capital privado, que investia pouco e pressionava o governo para o aumento de tarifas. O choque do petróleo, ocorrido em outubro de 1973, provocou uma crise energética mundial, buscando o Brasil, por meio das diretrizes formuladas no II PND, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis (SOUZA, 2011).

É nesse cenário que se inicia a construção da Itaipu, cujo objetivo seria o aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia, se constituindo em uma alavanca indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso (SOUZA, 2011).

Diante destas citações, percebe-se que a fase do “milagre econômico” foi uma meta no processo de substituição de importações pelas exportações. Nesta época, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) defendia uma política de desenvolvimento das economias do Terceiro Mundo, que passassem pela legitimação da política de substituição de importações. Esta política permitiria a concentração de capitais internos que poderiam realizar um processo de desenvolvimento permanente e autossustentável.

Nesta ótica, o Estado foi primordial ao desenvolvimento do Brasil através dos investimentos feitos nas empresas estatais. Desta forma, percebe-se que a busca pelo



desenvolvimento brasileiro passa primordialmente pela imprescindibilidade de energia elétrica.

3.1 Foz do Iguaçu: antes e depois da Construção da Itaipu

Foz do Iguaçu, situada na mesorregião oeste do Paraná, na tríplice Fronteira, faz divisa com o Paraguai e Argentina, e é um importante centro turístico do estado do Paraná, em pleno desenvolvimento, cuja economia se volta para atividades relacionadas ao turismo e geração de energia elétrica.

O município, inicialmente denominado Vila Iguaçu, criado em 14 de março de 1914, pela Lei 1383 e instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano passou a denominar-se “Foz do Iguaçu”, em 1918.⁵ A partir desta data, o vilarejo tomava contornos de cidade, e em 1920, a estrada que liga Foz do Iguaçu a Curitiba, embora precária e cheia de obstáculo já existia. A partir de 1965, o município já contava com a estrada asfaltada que cortaria o Paraná de leste a oeste, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá. Neste mesmo ano foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade que ligava Brasil e Paraguai e inauguração da BR 277, ligando Foz do Iguaçu a Curitiba e litoral.

Até a construção de Itaipu a economia do município era de extração de madeira e cultivo da erva mate⁶, mas os fatores supracitados aceleraram o desenvolvimento do município, que intensificou o seu comércio, principalmente com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Cidade de Leste).⁷ Entretanto, o maior impacto ainda estava por vir: a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, iniciada na década de 70, que aumentou consideravelmente o contingente populacional do município. A expansão populacional, concentração fundiária e o crescimento econômico, baseado na modernização agrícola da região, bem como as ações do governo militar, resultou em uma grande influência política e econômica do Brasil sobre o Paraguai (ROSEIRA, 2006).

No final da década de 1950, o oeste paranaense passou por grandes investimentos estruturais, com grandes obras viárias construídas, a rodovia BR 277 e a Ponte Internacional da Amizade, de grande importância para a integração territorial brasileira conduzindo o Brasil para uma posição geopolítica de potência continental, consolidando sua posição sobre a Argentina, que perdeu sua hegemonia política e econômica na bacia do Prata e sobre o Paraguai, que não possuía acesso ao Oceano Atlântico. (ROSEIRA, 2006).

Cascavel e Foz do Iguaçu se tornaram os primeiros polos urbanos da região a partidas décadas de 60, 70 e 80, assumindo uma liderança regional de forma diferenciada. Cascavel se

⁵ <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007>

⁶ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu em 2011, disponível em <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>

⁷ <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1007>



concentrou no desenvolvimento das atividades agrícolas e Foz do Iguaçu destacou-se principalmente pelo crescimento de suas atividades turísticas (ROSEIRA, 2006).

Foz do Iguaçu, que já se tornara conhecida mundialmente em razão de suas belezas naturais, ampliou sua projeção com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que se iniciou em 1973 sendo concluída em meados da década de 80. Não somente ficou conhecida internacionalmente, mas a construção da Usina atraiu trabalhadores de várias regiões do Brasil que emigraram em busca de oportunidades de trabalho. (ROSEIRA, 2006, p.67).

A construção de Itaipu apresentou-se como mais uma oportunidade emprego, de ganhos econômicos, assim como de outras obras congêneres, tais como: a cidade de Brasília, barragens, a estrada dos imigrantes, para as populações migrantes como uma alternativa a melhores condições de vida, caracterizada e associada a um trabalho assalariado, normalmente. É neste sentido, que se pode conceituar Itaipu como um elo da região característico aos fluxos migratórios.

Desse modo, verificou-se a mudança de uma base agrícola para uma base de serviços, com orientação para o desenvolvimento econômico sustentado, em torno da base econômica que é a prestação de serviços turísticos. Tal fato pode ser constatado quando se analisa os dados estatísticos da cidade em que são evidenciados no material elaborado pelo município denominado Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu- 2011.

Tabela nº 01 – Ciclos Econômicos de Foz do Iguaçu

Acréscimo de habitantes em função dos ciclos econômicos		
Período	Ciclo econômico	Acréscimo Populacional
1870 / 1970	Extração da Madeira e Cultivo da Erva Mate	33.966
1970 / 1980	Construção da Usina de Itaipu	102.355
1980 / 1995	Exportação e Turismo de Compras	74.861
1995 / 2008	Comércio, Turismo de Compras e Eventos	108.007

Fonte: PMFI/DPII

Fonte: Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011

Verifica-se que o primeiro ciclo econômico do município foi voltado para a extração da madeira e cultivo da erva mate (1870-1970), seguido pelas atividades relacionadas com a construção de Itaipu, período em que se observa um acentuado aumento populacional (1980-1980). Os períodos seguintes se relacionam com as atividades de exportação e turismo, e, atualmente a atividade de comércio, turismo de compra e eventos são as mais fortes, associada à atividade de geração de energia elétrica.



Desse modo, a economia contemporânea da cidade está voltada para a geração de energia elétrica por Itaipu e de algumas atividades associadas ao turismo, principais fontes endógenas de emprego, com elevada participação dos serviços no PIB municipal desde o início da série em 1970 (PMFI, 2014, p. 24, 25). Assim, Foz do Iguaçu segue na especialização produtiva nos segmentos de serviços, com ênfase no Turismo e Lazer, Logística, Serviços Públicos Básicos de saúde e Educação, Administração Pública e Segurança. (PMFI, 2014, p. 30)

3.2 Fatores decorrentes da construção de Itaipu que contribuíram no crescimento do município de Foz Do Iguaçu

A construção da hidrelétrica de Itaipu, iniciada na década de 1970, aumentou consideravelmente o contingente populacional da cidade. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e 33.970 em 1970. Na década de 70 houve uma explosão demográfica que promoveu um aumento populacional na ordem 401,3% em relação à população existente. Tal fato foi constatado quando o IBGE promoveu o censo de 1980 e registrou uma população existente de 136.320 pessoas, registrando um crescimento de 385% consistente em um aumento de 102.350 habitantes (PMFI, 2011, p. 3), e para 2017, 264.044 habitantes, conforme estimativas do IBGE.

A construção da hidrelétrica movimentou um contingente de mão-de-obra e agregados que chegou a ser maior que a população original de 1970; demandou a especialização de serviços indiretos que, associados à exploração do turismo, foram os principais fatores do crescimento populacional e de atividades econômicas que ali se deu a partir da década de 70. Estes fatos motivaram a ampliação do quadro urbano, o que solicitou esforços extraordinários do Poder Municipal para atender a demanda crescente no campo da infraestrutura e social. (PDDI-FI,1992, vol. II, p.21)

Estudo realizado pelo IPARDES (1977, p. 208) aponta a evolução do quantitativo da população de Foz do Iguaçu entre os anos de 1970 e 1985, período de construção da obra.



Tabela nº 02 – Evolução do número de habitantes

(em nº de habitantes)

ANOS	"Normal" 1	Instantânea (Turismo)2	Dir./Indir. Const. Itaipu 3	TOTAL
1970	18.605	2.084	-	20.689
1971	19.982	2.560	-	22.542
1972	21.462	3.130	-	24.592
1973	23.050	3.650	-	26.700
1974	24.757	3.840	-	28.597
1975	26.589	4.400	6.240	37.229
1976	28.558	5.050	34.050	67.658
1977	30.672	5.780	36.635	73.059
1978	32.942	6.550	37.475	76.967
1979	35.381	7.350	38.515	81.246
1980	38.000	8.200	39.360	85.560
1981	40.862	9.050	40.350	90.262
1982	43.941	9.800	41.390	95.081
1983	47.249	10.600	43.830	101.679
1984	50.811	11.400	44.970	107.181
1985	54.639	12.150	45.805	112.594

* Dados do PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu (1974)

Fonte: IPARDES, (1977, fls. 208)

O crescimento populacional decorrente desta obra alterou o quadro urbano do município acarretando uma elevação na demanda de serviços públicos e privados, seja para satisfação das necessidades dos trabalhadores emigrantes e suas famílias ou para o atendimento às necessidades da construção da obra, acarretando o desenvolvimento da região (SOUZA, 1998).

Os primeiros trabalhadores brasileiros e paraguaios a chegarem no município de Foz do Iguaçu com a finalidade de trabalhar na Itaipu Binacional foram contratados, independente se tinham qualificação ou não. No entanto, devido a um imenso contingente de pessoas que desembocaram na cidade, cerca de 25% a 30% dos indivíduos que chegaram, aqui permaneceram mesmo sem conseguir emprego, conforme atrelado por Sotuyo (1988).



Com o início das obras os consórcios das construtoras UNICON e CONEMPA contrataram 35.158 funcionários, dos quais, 23.252 brasileiros e residentes em Foz do Iguaçu, para prestarem serviços diretamente na construção de Itaipu. No entanto, profissionais liberais, comerciantes, prestadores de serviços de outras regiões vislumbraram a construção da obra como uma oportunidade de alavancar seus empreendimentos, gerando com isso mais empregos indiretos (THAUMATURGO, 2012 p.109).

O aumento demográfico repentino causou grande impacto no município, o qual não estava preparado com infraestrutura urbana, moradias e equipamentos públicos para atender a todo esse contingente, o que fez com que as pessoas menos favorecidas ocupassem áreas da periferia em moradias improvisadas e favelas. Já os trabalhadores contratados pela Itaipu ocupavam as residências e alojamentos construídos pela Itaipu. (THAUMATURGO, 2012, P.122)

Entretanto, com a finalização da conclusão da primeira fase da obra, grande parte dos operários foram dispensados, muitos dos quais retornaram para seus estados de origem e outras regiões em busca de novas oportunidades, havendo reflexos na população, que reduziu seu quantitativo.

3.2.1 Fomento ao Turismo com a criação de novos aparatos

A indústria de base de Foz do Iguaçu, através da prestação de serviços vinculados à atividade turística, transformou estruturas inicialmente construídas pela Itaipu, para suporte às suas atividades, pesquisas e proteção ao meio ambiente, em pontos de atrações turísticas, atualmente, explorados comercialmente; o que gera renda ao município. Entre eles, destacam-se a própria obra de engenharia da Itaipu Binacional, que permite a realização de visitas turísticas tanto panorâmicas como mais detalhadas, podendo o turista adentrar em suas a das próximas catedrais de concreto e observar a atividade do rotor de uma das unidades geradoras. Há ainda, o Refúgio Biológico, unidade de proteção, criado para preservar a fauna e a flora durante a formação do reservatório da Usina, o qual contorna o Canal da Piracema; o



Ecomuseu, onde conta com um grande acervo histórico da região, dos seus povos e da construção da usina, com fotografias, peças e objetos da época ajudam a contar a rica história da Itaipu Binacional. Uma enorme maquete de 76 metros quadrados reproduz toda a região trinacional. O Polo Astronômico, dentro do complexo de Itaipu, é possível observar o espaço e se aproximar de estrelas, planetas e outros corpos celestes⁸.

O Lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu, formado em 1982, proporcionou à região inúmeras alternativas de exploração econômica, como lazer e turismo, que passou a ser uma importante fonte de renda para os municípios da região, os quais viviam anteriormente da exploração agrícola. (SOUZA, 1998, p.15)

Foto nº 01 - Praias artificiais do Lago de Itaipu.



Fonte: globo.com⁹

De acordo com Nodari (2007), a expansão turística acarreta aumento na demanda por produtos agrícolas, mobiliários, transportes, construção civil, entre outros, contribuindo para a aquisição de produtos e serviços na localidade fomentando a elevação do número de empregos, geração de receitas, arrecadação tributária. Esta atividade gera um efeito multiplicador de renda, produção e emprego como consequência do gasto turístico.

⁸ <https://www.turismoitaipu.com.br/pt>

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2015/noticia/2015/01/praias-artificiais-do-lago-de-itaipu-estao-proprias-para-banho-diz-iap.html>



Assim, a contribuição da Itaipu nesta atividade passa a ser relevante na medida em que disponibiliza novos aparatos que possam ser explorados pela atividade turística.

3.2.2 Desenvolvimento do Setor de Construção Civil e investimentos em infraestrutura

Por conseguinte, como consequência natural desta imensa obra, um dos setores da economia que mais se beneficiou foi o setor da construção civil, que, imediatamente, passou a ser requisitado para diversos empreendimentos, para a usina e para o município, propriamente dito.

Adiante, este setor possui diversas nuances de atividades com funções diversificadas e complexas e, ainda, um número significativo de atividades ligadas ao insumo da construção, assim sendo, este setor possuiu um grande índice de absorção de mão de obra, assumindo um grau de importância referente ao nível de emprego dentro do município.

Concomitantemente, o solo urbano do município passou a ser mais especulado e o setor imobiliário necessitou realizar novos planos de expansão, que foram amparados por recursos da Itaipu, do Governo Estadual e do Governo Federal, por meio do Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná – PRODOPAR.

Esta demanda de crescimento pode ser constatada pelos aumentos dos alvarás de construção e pelo crescimento da área total licenciada fornecidos pela Prefeitura. Conforme o quadro a seguir, observa-se um crescimento substancial a partir de 1972 da área licenciada.

Tabela nº 03 – Área total licenciada pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – índice de 1970 a 1976

ANO	ÍNDICE	% ANUAL
1970	100,0	-
1971	88,5	- 11,5
1972	173,2	95,6
1973	297,3	171,7
1974	334,4	- 12,5
1975	512,6	153,3
1976*	772,2	50,6

* valores estimados para o 1º semestre do ano de 1976

Fonte: IPARDES (1977)



A construção de Itaipu trouxe grandes esperanças para o povo de Foz do Iguaçu, pois estes acreditavam que os investimentos decorrentes deste imenso empreendimento espelhariam em toda a cidade. Adiante, com a possibilidade de trabalho na usina, diversas pessoas de todas as regiões do Brasil desembarcaram na cidade com a esperança de serem contratadas.

Com a migração acima do esperado, Foz do Iguaçu não estava preparada e adequada através de infraestrutura básica e social capazes para dar suporte a esta gama de indivíduos, ocasionando uma alteração no espaço urbano da cidade. Assim sendo, estas alterações espaciais, sendo por uma reestruturação de uma atividade que já esteja funcionando ou por início de uma nova, nestes casos, estes objetos configuram alterações no significado dos lugares (SANTOS, 2008).

Para solucionar o problema de moradia, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu aprovou a criação de 85 loteamentos no período de 1975 a 1985. Entretanto, o crescimento da malha urbana ocorreu de forma desordenada, sem um planejamento adequado (THAUMATURGO, 2012 p.126)

De acordo com Thaumaturgo (2012, p. 89), embora Foz do Iguaçu não constasse com um plano de desenvolvimento elaborado, em razão do crescimento explosivo da cidade o Governo Federal realizou alguns investimentos na infraestrutura urbana para minimizar o impacto causado no município pela Itaipu.

Além dos investimentos realizados pelo Governo Federal, a Itaipu Binacional proporcionou a construção de vilas atribuídas à residência de seus trabalhadores, além de toda a infraestrutura básica necessária, tais como saúde, educação e segurança. Assim, foram edificadas três conjuntos residenciais, totalizando 5.215 casas, divididas de acordo com as funções exercidas pelos trabalhadores na Itaipu, corroborando as diferenças sociais existentes no País à época. Logo, para os trabalhadores de maior importância, de nível universitário e de nível médio, respectivamente, foram criadas a Vila B, com 221 casas e a Vila A com 2.094 moradias, o que proporcionou um melhor padrão de vida, com melhoria da infraestrutura.



Sabe-se que a binacional empregou como maior parte dos trabalhadores os da classe operária e, para eles, foi criada a Vila C, próxima ao canteiro de obras, com 2.900 casas. Construída de forma oposta às demais vilas, as casas da Vila C eram geminadas e de menor metragem. O número de residentes nas três vilas aproximou-se a 35.000 habitantes, representando cerca de 35% da população urbana de Foz do Iguaçu, o que mostra o tamanho da representatividade da usina no cenário municipal. (ITAIPU, 1980).

Como forma de visualizar os empreendimentos construídos pela Itaipu, seguem algumas fotografias.

Foto 02: Vista do hospital localizado na Vila A de Itaipu: 1978.



Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu.

Foto 03: Vista do Clube Floresta, localizado na Vila A de Itaipu:1980.



Fonte: Acervo Fotográfico de Itaipu



Foto 04: Vista do Colégio Anglo-Americano, localizado na Vila A de Itaipu: 1980.



Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Foto 05: Vista de uma casa da Vila A de Itaipu: 1978.



Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu.

3.2.3 Aumento da arrecadação pública – *royalties*

Os royalties tratam-se de uma compensação financeira pagas aos governos brasileiro e paraguaio pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a



produção de energia elétrica na Itaipu, pagos mensalmente desde março de 1985, data em que a Itaipu passou a comercializar energia. O valor de repasse a ser pago, referente aos royalties, varia de acordo com a geração de energia produzida em cada mês e é proporcional à área alagada dos municípios, sendo a porcentagem definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo Oliveira (2008), os recursos dos royalties são significantes para os municípios, pois além de auxiliar nos investimentos dos serviços públicos importantes para sociedade local (educação, saúde, segurança, infraestrutura), auxiliam no crescimento da economia da região.

Os royalties da usina hidrelétrica de Itaipu acarretam efeitos sobre os indicadores sociais e econômicos dos municípios beneficiados. Segundo Iwake (2005, p.25), os royalties de Itaipu deixam os municípios beneficiados entre "os detentores dos orçamentos mais ricos do Paraná". Esses recursos são suficientes para suprir todas as necessidades da administração pública.

A Itaipu efetuou um repasse de royalties ao Tesouro Nacional no valor de US\$ 11 milhões, em 10 de agosto de 2016, sendo que foi destinado para o Governo do Paraná e aos 15 municípios um valor equivalente de US\$ 8,3 milhões (ITAIPU, 2016), conforme tabela 4.

No Brasil, de acordo com a Lei dos Royalties, os municípios recebem 45% dos valores destinados a esse fim, sendo que 8% desse valor são repassados aos municípios atingidos diretamente pelo reservatório da usina¹⁰. Para os municípios beneficiados, este recurso passa a ser um fator propulsor de desenvolvimento, na medida em que os governos municipais passam a utilizar tais recursos em investimento no município.

¹⁰ <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>



Tabela 4 - Repasses atual e acumulado de royalties de Itaipu

Município	Repasso Atual	Repasso Acumulado
Foz do Iguaçu	US\$ 814,3 mil	US\$ 338,5 milhões
Santa Terezinha de Itaipu	US\$ 169 mil	US\$ 70,2 milhões
São Miguel do Iguaçu	US\$ 366,7 mil	US\$ 164,9 milhões
Itaipulândia	US\$ 725 mil	US\$ 289 milhões
Medianeira	US\$ 4,7 mil	US\$ 1,9 milhão
Missal	US\$ 161,6 mil	US\$ 67,2 milhões
Santa Helena	US\$ 1.064,1 mil	US\$ 442,4 milhões
Diamante do Oeste	US\$ 22,7 mil	US\$ 9,4 milhões
São José das Palmeiras	US\$ 7,8 mil	US\$ 3,2 milhões
Marechal Cândido Rondon	US\$ 226 mil	US\$ 100,8 milhões
Mercedes	US\$ 77,9 mil	US\$ 31 milhões
Pato Bragado	US\$ 189,9 mil	US\$ 75,6 milhões
Entre Rios do Oeste	US\$ 132,7 mil	US\$ 52,9 milhões
Terra Roxa	US\$ 6,4 mil	US\$ 2,6 milhões

Fonte: Revista da UNIFEBE, ISSN, v. 1, n. 21, mai/ago. 2017.

É importante detalhar a quantia recebida anualmente por Foz do Iguaçu, entre o período de 1996 a 2017, que teve seu valor total de R\$ 756.987.705,07 (setecentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinco reais, sete centavos), segundo dados extraídos do sítio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em Foz do Iguaçu, os valores recebidos a título de *royalties* representaram cerca de 9% do total da receita líquida do município nos anos de 2015 e 2016, conforme evidenciado na tabela 6.

Esses recursos injetados na economia do município, tratam-se de mais um fator propulsor de desenvolvimento, na medida em que a administração pública aplica em investimentos e serviços públicos destinados à sociedade, fomentando a economia. A Lei nº 7990/89, que criou a compensação financeira, proíbe a aplicação de recursos no abatimento de dívidas, a não ser que o credor seja a União e suas entidades, e no pagamento do quadro permanente de pessoal. Em 2001, com a Lei nº 10.195, passou a ser permitido o uso dos recursos para a capitalização dos fundos de previdência dos estados e municípios¹¹.

¹¹ http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/cartilha_compensacao_financeira_2.pdf



Portanto, se torna perceptível que a receita originária dos royalties passou a fazer parte da receita dos municípios de maneira a torná-los altamente dependentes desse valor, de forma a manter suas obrigações.

Tabela 5 – Distribuição de Royalties para Foz do Iguaçu, por ano

Distribuição Compensação Financeira –	
Ano	Royalties:
1996	R\$ 11.316.247,44
1997	R\$ 15.021.758,12
1998	R\$ 15.962.684,99
1999	R\$ 25.143.655,41
2000	R\$ 26.745.959,57
2001	R\$ 33.448.027,94
2002	R\$ 41.422.979,21
2003	R\$ 41.942.943,83
2004	R\$ 38.894.903,74
2005	R\$ 31.885.829,34
2006	R\$ 31.189.019,98
2007	R\$ 29.581.125,90
2008	R\$ 29.014.391,65
2009	R\$ 33.876.698,06
2010	R\$ 27.581.923,16
2011	R\$ 27.229.103,79
2012	R\$ 35.195.137,75
2013	R\$ 40.730.083,48
2014	R\$ 43.373.566,47
2015	R\$ 58.242.088,24
2016	R\$ 64.654.920,07
2017	R\$ 54.534.656,93

Fonte: Elaborados pelos autores com bases nos dados da ANEEL

Tabela 6 – Contribuição dos Royalties na Receita Líquida de Foz do Iguaçu

ANO	RECEITA	ROYALTIES	CONTRIBUIÇÃO DOS
	LÍQUIDA		ROYALTIES NA RECEITA
			LÍQUIDA
2015	619.998.138,00	R\$ 58.242.088,24	9%
2016	687.167.900,00	R\$ 64.654.920,07	9%

Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados da ANEEL e PMFI¹²

¹² <http://www.pmf.pr.gov.br/>



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs estudar os fatores que desencadearam o crescimento e desenvolvimento de Foz do Iguaçu com a construção da hidrelétrica de Itaipu. Realizou-se um levantamento do referencial teórico das teorias da base de exportação correlacionando ao desenvolvimento obtido por Foz do Iguaçu.

Verificou-se que a construção da hidrelétrica de Itaipu foi o motor que desencadeou o crescimento e desenvolvimento desta cidade, que no período de 1870 a 1970 viviam o ciclo econômico de extração de madeira e cultivo da erva mate, e com o início desta obra, a economia passou a girar em torno das atividades de construção, para em seguida se voltar para atividades ligadas ao turismo.

Os principais resultados evidenciam que o Município de Foz do Iguaçu passou por uma grande transformação nos últimos 45 anos, consistente em um elevado aumento populacional, mudança da base econômica agrícola para o setor de prestação de serviços, grande processo de urbanização e infraestrutura.

Schwartzman (1973) destacava que para haver o desenvolvimento é necessário haver a difusão do dinamismo da base para outros setores da região, ou seja, o desenvolvimento de outros setores para que a distribuição de renda atinja o maior número de pessoas possível e eventualmente surja uma nova base de exportação.

É o que se observou em Foz do Iguaçu. De início, a base de exportação no município foi a usina hidrelétrica de Itaipu, que, ao longo do tempo, conseguiu se consolidar e difundir para outros setores, principalmente para as atividades ligadas ao turismo. Restou evidente que o turismo, como nova base de exportação surgida após esse período, se integrou à base já existente (Itaipu Binacional), o que justifica o expressivo desenvolvimento neste período, comprovado por uma significativa ampliação dos aparatos turísticos, aumento da infraestrutura urbana e serviços públicos.



Por fim, as constatações evidenciam a capacidade de desenvolvimento que uma indústria pode alavancar em uma região, através da movimentação tanto das atividades básicas quanto das não básicas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. Brasília, 1971.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição: o Novo Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier:75-94 Cap. 3, 2009. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Papers-cursos/Cap.3-Novo_desenvolvimentismo.pdf acessado em 12/11/2017.
- CATTA, L. E. **A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira** (Foz do Iguaçu / 1964 – 1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.
- CONTE, C. H. **Do Milagre Econômico à Construção de Itaipu: Configurando a Cidade de Foz do Iguaçu/PR**. Vol.12 nº 2. Revista Economia & Desenvolvimento - UFPB, 2013.
- Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011**. Disponível em www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501. Acesso em 10/01/2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IPARDES. **Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná**. Curitiba: 1977.
- ITAIPU Binacional. **Resumo do Projeto Itaipu**. Curitiba: 1980.
- ITAIPU Binacional. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>. Acesso em 20/12/2017.
- IWAKE, SHIGUERA. **Análise das modificações na estrutura orçamentária dos municípios Lindeiros recebedores de royalties da ITAIPU**. Diálogo Econômico. Paraná: CORECON, nº 3, p.24-25, Fevereiro,2005. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2016.
- JIE - Jornal de Itaipu Eletrônico, edição de 22/11/2017. Disponível em <http://jie.itaipu.gov.br/>. Acesso em 15/12/2017.
- NODARI, Maria Zeneide Ricardi. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu**. UFPR, Curitiba, 2008. Dissertação de mestrado. disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/15157> acessado em 12/11/2017.



NORTH, D. **Teoria da localização e crescimento econômico regional** In: J. Schwartzmann (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Universidade Federal de Minas Gerais, ps. 333-343, Belo Horizonte: 1977.

OLIVEIRA, LEOVERALDO CURTARELLI DE. **ECONOMIA, Instituições e Royalties: o caso dos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu Binacional no Oeste Paranaense**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Toledo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

REVISTA DA UNIFEBE, ISSN 2177-742X, Brusque, v. 1, n. 21, mai/ago. 2017.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

SCHARTZMAN, Jacques. **O desenvolvimento da teoria da base da exportação como uma teoria de crescimento**. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1973 (Dissertação mestrado)

SOUZA, E. B. C. **Estado: Produção da Região do Lago de Itaipu – Turismo e Crise Energética**. 2002. 332 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2002.

SOUZA, Edson Belo Clemente. **A Geopolítica da Produção do Espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional**. Revista Geografares, nº9, p.141-167, jul./Dez., 2011, disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/geografares>, acesso em 09/11/2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SOTUYO, P. C. G. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1998.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu. PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, 1992. Disponível em <http://www.pmfi.pr.gov.br> Acesso em 10/01/2018.

Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu. Diagnóstico. PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu: 2014. Disponível em <http://territoriopaiva.com.br/producao-teorica/consultorias/estrategias-de-desenvolvimento> . Acesso em 10/01/2018.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, np. 221-246, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Nov. 2017.



THAUMATURGO, L. R. Y. **A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu.** 2012. 149 f. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá: 2012.

VBRACK, ISMAEL. **Trinta anos da morte das sete quedas...** 09/04/2012, disponível em <https://riouruguaivivo.wordpress.com/2012/04/09/30-anos-da-morte-das-sete-quedas>.

*Recebido em 15/01/2018
Aprovado em 07/06/2018*



GESTÃO LOGÍSTICA: O CASO DA EMPRESA “SANTOS BRASIL”

LOGISTIC MANAGEMENT: THE CASE OF THE COMPANY "SANTOS BRASIL"

Wilson Alvares dos Santos*
Guillermo Díaz Villavicencio**

RESUMO

Este artigo é um registro empírico que busca refletir sobre as estratégias adotadas pelos operadores logísticos para se manterem atuantes diante dos riscos e incertezas do mercado em um mundo globalizado. Essas corporações, ao deixarem o atendimento de balcão, se reestruturaram e se adaptaram às novas exigências do mercado, identificaram as mudanças em andamento, decorrentes da abertura econômica do final da década de 1970 e início de 1980. Desta forma, absorveram inovações estratégicas e tecnológicas, que permitiram-lhes continuar operando em um mercado que se tornava cada dia mais competitivo. Assim, são abordados de forma conceitual os seguintes temas: estratégia, inovação, logística e operadores logísticos. Será visto o caso da empresa, Santos Brasil, que oferece serviços logísticos, buscando mais qualidade e mais valor a seus clientes.

Palavras-chave: Gestores Logísticos; Inovações Tecnológicas; Estratégias.

ABSTRACT

This article is an empirical record that seeks to reflect on the strategies adopted by logistic operators to stay abreast of the risks and uncertainties of the market in a globalized world. These corporations, when they left the counter service, were restructured and adapted to the new demands of the market, identified the changes in progress, arising from the economic opening of the late 1970s and early 1980s. In this way, they absorbed strategic and technological innovations, which allowed them to continue operating in a market that became increasingly competitive. Thus, we will approach in a conceptual way the following themes: strategy, innovation, logistics and logistics operators. It will be seen the case of the company, Santos Brasil, which offers logistics services, seeking more quality and more value to its customers.

Keywords: Logistic Managers; Technological Innovations; Strategies.

* Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bacharel em Ciências Contábeis e em Geografia. E-mail: alvares65@gmail.com

** Doutor em Economia de Empresas pela Universitat de Barcelona (2009). E-mail: guillermo.diaz@unila.edu.br



INTRODUÇÃO

Com este trabalho busca-se realizar uma reflexão sobre os operadores logísticos, tendo como estudo de caso a empresa Santos Brasil, uma operadora logística portuária, e para isso, foram abordados conceitos de inovação, estratégia, logística e operador logístico, segundo alguns pesquisadores, tais como: Michael Porter, Antônio Galvão Novaes, Joe Tidd, John Bessant, Keith Pavitt, entre outros. Os dados desta pesquisa estão pautados em uma revisão bibliográfica a partir de fontes secundárias, tal como: livros, revistas, teses, artigos e sites.

A logística está relacionada com as atividades militares a muito tempo. O exército persa utilizou uma marinha de grande escala em 481 a.C., com 3.000 navios de transporte para sustentar seu exército. Alexandre o grande, teve seu sucesso relacionado a sua forma de organização militar, realizou planejamentos abrangendo terrenos de batalha, tecnologias de armamento, gerenciamento do sistema logístico, objetivando agilizar o deslocamento das tropas. Já em épocas mais avançadas, a logística ficou adormecida por algum tempo, no entanto, com o advento da 2ª guerra mundial toma notório destaque através dos militares americanos (OLIVEIRA e FARIAS, 2010).

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a abertura econômica, trouxe consequências que afetaram as estruturas econômicas e as sociedades comercialmente desenvolvidas e industrializadas. Acarretando, de um lado, um desenvolvimento acentuado da tecnologia da informação e da comunicação, com impactos pronunciados na gestão empresarial e no mercado financeiro. De outro, constatou-se a crescente concorrência entre as empresas, em nível global (NOVAES, 2007).

Para Oliveira (2010), a logística trata de todas atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria prima até o consumidor final. A gestão da logística e o fluxo de informações em toda a cadeia permitem aos executivos avaliar os pontos fortes, e os pontos fracos na cadeia de



fornecimento, de forma que possam melhor planejar a redução de custos, e o aumento da qualidade, se tornando mais competitiva ao agregar diferenciais em relação a concorrência.

Neste contexto, Trevisan e Silva (2012), ressaltam que a logística empresarial se destaca como um fator de fundamental importância para a circulação do capital e, conseqüentemente, para a competitividade do circuito espacial produtivo dos grandes agentes corporativos, apesar de sua emergência ocorrer tardiamente no território brasileiro.

A logística empresarial diz respeito à ação de uma empresa gerir seu estoque, processar os pedidos de produtos e transportar estes até o consumidor final. É uma das principais funções dentro da empresa e que pode acarretar em grande vantagem competitiva caso bem administrada, ou em prejuízo caso não tenha sua importância levada em conta (FREITAS e CALEFFI, 2016).

Desta maneira, nosso trabalho se divide em uma discussão dos conceitos de estratégia, inovação, logística e operadores logísticos onde vemos os pontos fortes e fracos das variáveis, logo, vemos o caso da empresa “Santos Brasil”, que realiza o serviço de logística *Porto à Porto*, com os seguintes diferenciais: agilidade, rapidez, segurança, desempenho e responsabilidade social e ambiental, em seguida apresentamos uma conclusão, terminando com a bibliografia.

ESTRATÉGIA

Quando se pensa em estratégia, logo se faz uma analogia que nos remete a pensar em guerra, ou seja, a utilização de formas de vencer o oponente, mas, este termo também pode ser utilizado para descrever as relações empresariais, econômicas e políticas, que se dão no mundo dos negócios.

Para MacCrimmon (1993), as estratégias não são apenas um conjunto de ações coordenadas para o alcance de objetivos, mas também, ações coordenadas e articuladas que envolvem em certo contexto, espaço e tempo, estão condicionadas ao ambiente de atuação das empresas e as ações de outros agentes e as várias interações que existem entre essas ações.



Segundo Ponchirulli e Fialho (2005, p.133), estratégia é “a forma como uma empresa administra os seus recursos, as suas capacitações e competências para alcançar os seus objetivos, considerando uma interação dinâmica com o ambiente”.

Já Porter (1996, p.10) define a estratégia como “a criação de uma posição ímpar e valiosa, envolvendo um conjunto diverso de atividades”. Segundo este autor, se houvesse somente uma adequada posição, a estratégia seria desnecessária, uma vez que as empresas enfrentariam uma única prescrição: ganhar a disputa para descobri-la e mantê-la.

Neste contexto podemos dizer que estratégia está associada a utilização dos recursos disponíveis de uma organização, com vistas a melhorar a produtividade e seus resultados diante dos desafios e riscos inerentes do mercado. A estratégia empresarial possui uma forte aliada, a tecnologia, esta passou por diversas transformações no decorrer da história de nossa sociedade, as etapas do desenvolvimento das inovações tecnológicas, são assim descritas por Milton Santos em seu livro, “*A natureza do espaço*”:

- a) mecanização, de 1770 a 1840;
- b) máquina a vapor e estrada de ferro, de 1830 a 1890;
- c) eletricidade e engenharia pesada, de 1880 a 1940;
- d) produção fordista de massa, de 1930 a 1990;
- e) informação e comunicação, de 1980 ... (SANTOS, 1997, p.139).

INOVAÇÃO

Inovar é trazer algo de novo, que agrega um valor social, trazendo assim, vantagem competitiva, porém, a inovação sozinha não é garantia de sucesso, fatores econômicos, políticos e sociais têm sua parcela de contribuição, para o êxito ou o fracasso.

As inovações são movidas pela habilidade de estabelecer relações, detectar oportunidades e tirar proveito das mesmas, de ser capaz de fazer algo que ninguém mais pode, ou fazê-lo melhor do que outros, ou seja, uma vantagem competitiva. Mas a inovação não consiste apenas na abertura de novos mercados, pode também significar novas formas de servir a mercados já estabelecidos e maduros. No lado oposto da balança tecnológica, há espaço para a melhoria de um produto já antigo, para varejistas pela Internet, como a



Amazon.com, que mudaram as formas como produtos tão diferentes como música, livros e viagens são vendidos, enquanto empresas como a *e-Bay* trouxeram o leilão para dentro de casa (TIDD, BESSANT e PAVITT, 2008).

Ainda segundo estes autores, a inovação pode ser dividida em quatro categorias:

- a) Inovação de produto – mudanças nas coisas (produtos/serviços) que uma empresa oferece;
- b) Inovação de processo – mudanças na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues;
- c) Inovação de posição – mudanças no contexto em que produtos/serviços são introduzidos, e
- d) Inovação de paradigma – mudanças nos modelos mentais subjacentes que orientam o que a empresa faz.

Por ser ampla, a inovação é vista de diversas formas pelos estudiosos nos diversos campos da ciência, no quadro 1 abaixo, seguem alguns conceitos, conforme estes estudiosos.

Quadro 1. Conceitos de inovação

AUTORES	CONCEITOS
Chris Freeman (The economics of industrial innovation, 1982)	A inovação industrial inclui técnica, design, fabricação, gerenciamento e atividades comerciais pertinentes ao marketing de um produto novo (ou incrementado) ou do primeiro uso comercial de um processo ou equipamento novo (ou incrementado).
Gary Hamel (Strategos)	Inovação é um processo estratégico de reinvenção contínua do próprio negócio e da criação de novos conceitos de negócios.
Joseph Schumpeter (economista)	O que conta é a concorrência pelo novo bem de consumo, nova tecnologia, nova fonte de fornecimento, novo tipo de organização, concorrência que, não atinge a margem dos lucros e dos resultados das empresas existentes, mas os seus fundamentos e suas próprias vidas.
Steve Jobs (Ex-CEO na Apple)	A inovação só conhece um limite: a imaginação. Quem quiser ganhar um lugar de destaque tem que pensar de forma original, além dos quatro cantos do seu escritório. A inovação não precisa ser tecnológica, pode ser um novo meio de fazer as coisas, com mais simplicidade e eficiência, uma abordagem diferente em relação ao cliente, uma linha de design mais elegante.

Fonte: Simantob e Lippi (2003), Tidd, Bessant e Pavitt (2008), Davila, Epstein e Shelton (2007), FINEP (2011) e Trías de Bes e Kotler (2011), In Martins (2011).

Desta forma podemos dizer que inovação é a invenção de um produto inédito ou o



aperfeiçoamento de um já existente, na atualidade vemos constantemente ocorrer inovações tecnológicas, que facilitam a vida do homem na sociedade.

LOGÍSTICA

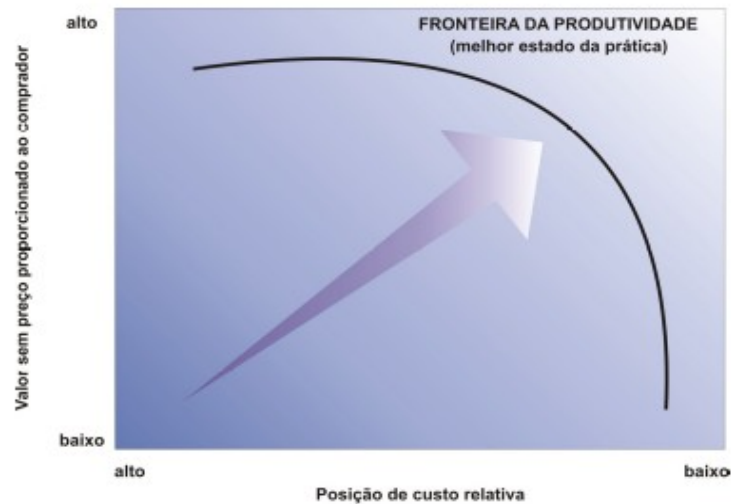
Para Stenger e Moacir (2006), o conceito de logística ultimamente vem sendo compreendido de forma distorcida, percebe-se empiricamente, que as empresas transformaram o termo logística, em jargão, que vem sendo utilizado como sinônimo de transportes, tendo em vista que grande parte das empresas de transporte de carga agregam a seu nome fantasia a palavra logística.

Este conceito está intrinsecamente relacionado, com a busca por uma fatia maior do mercado, a competição não se manifesta apenas na figura dos outros participantes, os clientes, os fornecedores, os entrantes em potencial, e os produtos substitutos, são também concorrentes em potencial. A velocidade de propagação da informação, torna a vantagem competitiva uma variável temporária, e segundo Porter (1999, p.46): “De acordo com o novo dogma, os rivais são capazes de copiar com rapidez qualquer posição de mercado, e a vantagem competitiva é, na melhor das hipóteses, uma situação temporária”. Assim, se destacará no mercado a empresa que conseguir proporcionar a seus clientes um produto com menor custo, conforme ilustra a figura 1 abaixo (PORTER, 1999).

Assim, o planejamento estratégico aliado a inovação tecnológica, com vistas a diminuição de custos e a melhora na prestação de serviços ao consumidor, pode ser resumido como logística.



Figura 1. Eficácia operacional X posicionamento estratégico



Fonte: Porter, 1999.

OPERADORES LOGÍSTICOS

A abertura econômica brasileira, ocorrida nas décadas de 80 e 90, expôs as empresas nacionais de logística frente ao mercado internacional, constituído por empresas mais competitivas, obrigando-as a se reestruturarem, desta forma, inovaram em estratégia logística e em tecnologias da informação, se tornando mais eficiente no atendimento a seus clientes, cumprindo prazos de entrega, e não danificando os produtos (TREVISAN e SILVA, 2012).

Este movimento surgiu por volta dos anos de 1980, nos serviços de varejo na rede de supermercados *WalMart*, em que foi realizada uma parceria com fornecedores na reposição de mercadorias no menor tempo possível, buscando maior eficiência nas operações de redução de estoques e custos de armazenamento, com vistas a disponibilizar os produtos no momento em que o consumidor desejar. Outro motivo, envolve as exigências impostas pela Cadeia de Suprimentos, *Supply Chain Management*, como tecnologia de ponta e pessoal qualificado. Esta cadeia envolve uma interação entre todos os componentes, desde a fabricação até o consumo. Assim, a gestão da cadeia logística consiste numa série de aproximações utilizadas



para integrar eficazmente fornecedores, fabricantes e lojas, para que a mercadoria seja produzida e distribuída nas quantidades ideais, na localização certa e no tempo correto, com o objetivo de satisfazer o nível de serviço e diminuir os custos ao longo do sistema (OPERADORES-LOGISTICOS, 2012).

Segundo Novaes (2007), um operador logístico, de acordo com a definição mais específica, é o prestador de serviços logísticos que tem competência reconhecida em atividades logísticas, desempenhando funções que podem englobar todo o processo logístico de uma empresa cliente ou somente parte dela.

Diversas atividades podem ser ofertadas pelos operadores logísticos, a saber: transporte, armazenagem, manipulação de produtos, embalagem, identificação; operações industriais de montagem final, testes de qualidade; operações comerciais, como recebimento e tratamento de pedidos, de pagamentos, realização de propagandas; serviços informacionais, como administração de estoques, rastreamento de veículos; consultoria em engenharia e administração logística (OPERADORES-LOGISTICOS, 2012).

Diante do exposto, operador logístico será um prestador de serviços logísticos que integre (transporte, armazenamento, estocagem, informação e assessoria técnica), de forma a atender com qualidade e eficiência as necessidades de seus clientes, desde o ponto de origem (local de produção), até o ponto de consumo.

ESTUDO DE CASO: A EMPRESA “SANTOS BRASIL”

Antes de entrar no estudo de caso, é preciso definir o que são portos. “Os portos são os principais nós da rede de transporte marítimo. A sua existência é vital e estratégica para a cadeia logística e, para isso, eles devem poder oferecer serviços rápidos, flexíveis e seguros para o comércio internacional e as linhas marítimas”. (FAZ, 2016, p.28).

A Santos Brasil, é prestadora de serviços portuários e logísticos do porto à porta, opera o Tecon (terminal de contêiner) e o Terminal de Veículos (TEV), ambos no Porto de Santos (SP), além dos terminais em Vila do Conde (PA) e em Imbituba (SC), onde também



está localizado o Terminal de Carga Geral. Em 1981, a Santos Brasil, inaugurou o primeiro terminal brasileiro construído especialmente para movimentar contêineres. Em 1995, lança o projeto Santos 2000, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), para tornar o Porto de Santos mais moderno e competitivo (ver: www.santosbrasil.com.br).

Em 2015, o governo federal autorizou o investimento de R\$ 1,3 bilhão no terminal de contêineres da Santos Brasil, no Porto de Santos (SP). Este investimento possibilitou a antecipação da renovação do contrato da empresa, prevista somente para 2022, por mais 25 anos, em troca de um conjunto de obras e compra de equipamentos para aumentar em 20% a capacidade do terminal, considerado o maior em movimentação anual do país até o ano de 2014. Com isso, a empresa terá direito a explorar a área até 2047 (INVESTE, 2015).

Esta empresa, possui clientes nos mais variados segmentos, como os da indústria química, farmacêutica, alimentícia, autopeças, eletroeletrônicos e bens de consumo, suprindo importantes diferenciais de pontualidade, rapidez e segurança. Empresa de capital aberto, negocia suas ações na *Bolsa de Valores de São Paulo* (Bovespa), já investiu cerca de R\$ 3 bilhões em qualificação de mão de obra, tecnologia e modernização da infraestrutura portuária nos locais onde seus terminais estão estabelecidos. Suas unidades contam com sistemas de posicionamento global (GPS), e monitoramento eletrônico de contêineres refrigerados. Promove educação profissional para jovens das comunidades onde atua e alinha-se com boas práticas de preservação ambiental (ver: www.santosbrasil.com.br).

A influência da função logística nos portos sobre a competitividade do comércio exterior de um país é muito alta, por isso eles devem fazer parte das cadeias logísticas de produção, transporte e distribuição, e não desenvolver suas atividades de forma independente (FAZ, 2016).

Clientes que lidam com peças extras pesadas e com grandes dimensões, que normalmente não cabem em um contêiner, poderão contar com portos que servem de *gateways* em quase todo o território brasileiro, além de guindastes de grande capacidade e a vasta experiência da Santos Brasil em operações logísticas e portuárias. Em 2013, a



consultoria *Standard & Poor's* elevou o *rating* da organização para "brAAA", nível mais alto da Escala Nacional Brasil (GUIAINVEST, 2014).

A produtividade do Tecon Santos é a mais alta do Brasil: média mensal superior a 100 MPH (movimentos por hora). Em abril de 2015, a companhia superou o recorde de produtividade mensal no Porto de Santos, com média de 110,65 MPH, este *record* foi possível graças ao uso do guindaste RTG denominado *Twin Lift*, que proporciona o atendimento de trens dentro de um espaço menor de tempo. Com o *Twin Lift*, uma composição com 50 contêineres de 20 pés é operada em aproximadamente uma hora e meia, o que antes demorava, em média, três horas (TECNOLOGISTICA, 2016).

Nos terminais de contêineres se realizam operações de carregamento e de descarregamento de contêineres, armazenamento temporário para troca posterior entre modais de Transportes (rodoviário e ferroviário), de forma a transferir o produto ou mercadoria a seu consumidor final (GARCÍA, 2016:6).

Para Oliveira (2010), por meio das informações obtidas através da cadeia de suprimento, se é possível elaborar estratégias que tragam vantagens competitivas, isto é, a empresa executar uma ou mais de suas atividades de maneira especial, que a coloque em vantagem diante de seus concorrentes.

OS NÚMEROS

No quadro 2, são apresentados alguns dados da empresa Santos Brasil. Estes dados se referem a estrutura dos terminais, dos centros de distribuição, dos portos secos, dos números de funcionários, bem como informações sobre a movimentação de contêineres e os dados financeiros que representam a realidade deste operador logístico que é referência na operação de contêineres na América do Sul.



Quadro 2. Dados que representam o desempenho operacional da empresa Santos Brasil.

Estrutura	Movimentação	Dados Financeiros
5 terminais (3 de contêineres, 1 de veículos e de carga)	7,5% de movimentação de contêineres na América Latina	Mais de R\$ 4,4 bilhões investido desde 1997 em aquisições, expansões, melhorias e novos equipamentos
2 centros de distribuição	15,6% da movimentação brasileira de contêineres	* Lucro líquido consolidado de R\$ 1,9 milhões 1T 2017
2 portos secos	1.016.394 contêineres movimentados em 2016 nos 3 terminais	* Receita líquida consolidada de R\$ 217,6 milhões 1T de 2017
3.200 funcionários	155.586 contêineres armazenado em 2016	* EBITDA ou LAJIDA-Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização-R\$ 32,8 milhões 1T 2017

Fontes: <https://www.santosbrasil.com.br/imprensa/numeros.asp>
<http://www.santosbrasil.com.br/relacao-com-investidores.asp>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que em todas as reflexões sobre logística haja uma constante preocupação com a eficiência, dando ênfase a capacidade de melhor atender os clientes nas quantidades, no local, no tempo e na qualidade contratada, para que estes objetivos sejam alcançados se faz necessário que os serviços de transportes sejam confiáveis e eficazes em respostas às adversidades existentes no mercado.

Desta forma, um fato de relevância deve ser observado, para se alcançar eficiência e qualidade logística se faz necessário uma avaliação constante de todo o processo, a fim de se detectarem falhas ou se a atividade em questão não adiciona valor considerável, devendo-se neste caso, avaliar a necessidade de excluí-la do processo.

Assim, com o objetivo de se reduzir custos operacionais, de estoques e garantir qualidade na prestação de serviço, os operadores logísticos necessitam se manterem atualizados, investindo em frota, tecnologia de informação, equipamentos de gestão de risco, na gestão de recursos humanos, sem se esquecer da responsabilidade social e ambiental, como visto no caso da empresa Santos Brasil.



Pode-se observar com esta pesquisa, que os operadores logísticos procuram adotar o *Just-in-Time* (de maneira genérica), eliminando perdas e buscando contínua melhoria de produtividade, redução de estoque, de peças defeituosas, de tempo, ou seja, eliminando os gargalos da produção de forma a reduzir custos e aumentar o nível de satisfação e confiança dos consumidores.

Podemos concluir, que na atualidade as estratégias adotadas por um operador logístico com vistas a atender com qualidade e eficiência seus clientes, devem ser permeadas de inovações e até mesmo de certa flexibilidade na utilização dos recursos disponíveis, de forma a reduzir os custos operacionais, tornando a empresa mais competitiva, neste mercado que se encontra cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS

- FAZ, David Romero. Evaluación y organización de la seguridad en terminales portuarias. **Revista Transporte y Territorio**. Num. 14. 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/2427/2085>>. Acesso em Jul. 2017.
- FREITAS, Francielle Torres de Carvalho e CALEFFI, Felipe. **A Logística Empresarial Como Ferramenta Estratégica Para Vantagem Competitiva**. 2016. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2016/36/2016_36_12698.pdf>. Acesso em: Ago. 2017.
- GARCÍA, Tomás Rodríguez. Aplicaciones tecnológicas en la logística de transportes portuarios. Las terminales de contenedores. **Revista Transporte y Territorio**. Num. 14. 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/2426/2084>>. Acesso em: Mai. 2017.
- HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 1045. 1986.
- MACCRIMMON, Kenneth R. Do firm strategies exist? **Strategic Management Journal**, v.14, Winter. p.113-130. 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2486500>>. Acesso em: Jun. 2017.



MARTINS, Paula Salomão. **Estudo da Relevância de Práticas de Inovação: um comparati universidade-empresa**. TCC - 2011. Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2007.

OLIVEIRA, Éder Marcos de; FARIAS, Fausto Luiz. **Histórico e Evolução da Logística**. UTFPr – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2010. Curso de Especialização em Métodos de Melhoria da Produtividade. Engenharia de Produção. Disponível em: <http://www.pb.utfpr.edu.br/daysebatistus/sintese_3.pdf>. Acesso em: Jun. 2017.

OLIVEIRA, Silvio Assunção de. **Gestão da cadeia de suprimentos para a obtenção de vantagem competitiva**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/gestao-da-cadeia-de-suprimentos-para-a-obtencao-de-vantagem-competitiva/44998/>>. Acesso em: Ago. 2017.

PONCHIROLLI, Osmar e FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Gestão estratégica do conhecimento como parte da estratégia empresarial. In: **Revista da FAE**, Curitiba (PR), v.8, n.1, jan/jun. 2005. p.127-138. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/381>>. Acesso em: Jun. 2017.

PORTER, Michel Eugene. What is strategy? *Harvard Business Review*, v.74, n.6, Nov./Dec. 1996. 17p. Disponível em: <http://www.bureausapientia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/What_is_Strategy_Traduzido.pdf>. Acesso em: Ago. 2017.

PORTER, Michel Eugene. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1999. Rio de Janeiro. Campus.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec. 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

SANTOS, Milton. Guerra dos lugares: áreas inteiras do Brasil têm sido retiradas do controle do país. **Folha online**. 8 de agosto de 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_5.htm>. Acesso em: Jun. 2017.

STENGER, Elisete Aparecida Ferreira; MOACIR, Moacir Francisco. Definição de logística sob a ótica dos dirigentes de empresas transportadoras de cargas e operadores logísticos do Oeste Catarinense. **III SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. abril. 2006. Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)-SC, Brasil.



Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/881_Artigo_Percepcao_SEGET_Resende_RJ.pdf>. Acesso em: Mai. 2017.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão para inovação**. Cap. 1. 3ª ed. 2008. Porto Alegre: Bookman. Disponível em: <<https://nc400.files.wordpress.com/2012/02/tidd-bessant-e-pavit-2001-cap-1.pdf>>. Acesso em: Ago. 2017.

TREVISAN, Leandro; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. A Moderna Logística no Território Brasileiro: contribuição à pesquisa. **Ciência Geográfica** - Bauru - XVI - Vol. XVI - 2: Janeiro/Dezembro. 2012. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_2/agb_xvi2_versao_internet/AGB_xvi2_09.pdf>. Acesso em: Ago. 2017.

Sites Consultados

<http://abolbrasil.org.br/associados>. Acesso em: Jun. 2017.

<http://guiainvest.com.br/publicacao/default.aspx?publicacao=190557>. Acesso em: Jun. 2017.

<http://www.investe.sp.gov.br/noticia/santos-brasil-renova-concessao-e-destrava-ampliacao-de-r-1-3-bi/-out-2015>. Acesso em: Jun. 2017.

<http://logisticalog.webnode.com.br/operadores-logisticos/melhores-operadores-logisticos-do-brasil/>. Acesso em: Jun. 2017.

<http://operadores-logisticos.blogspot.com.br/2012/05/conceito-operador-logistico-como-se.html>. Acesso em: Jun. 2017.

http://www.santosbrasil.com.br/servicos/operacoes_logisticas.asp. Acesso em: Jun. 2017.

<http://www.tecnologistica.com.br/portal/noticias/73614/santos-brasil-dobra-productividade-em-ramais-ferroviarios-no-tecon-santos/> - no 2016. Acesso em: Jun. 2017.

<http://www.santosbrasil.com.br/relacao-com-investidores.asp>. Acesso em: Ago. 2017.

<https://www.santosbrasil.com.br/imprensa/numeros.asp>. Acesso em: Ago. 2017.

Recebido em 15/01/2018

Aprovado em 07/06/2018



AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC’S, COMO FACILITADOR NO AMBIENTE ESCOLAR

LAS TECNOLOGÍAS DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN - TIC'S, COMO FACILITADOR EN EL AMBIENTE ESCOLAR

Ageu Tavella Goncalves *

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo verificar e analisar a Aplicação e Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na Educação escolar para fins pedagógicos em sala de aula. Sabemos que as TIC's assumiram nos últimos anos um papel imprescindível na Educação. Assim sendo, a principal meta das TIC's é a utilização da informação disponível no ambiente virtual como suporte às práticas pedagógicas. Acreditando na presente e constante evolução o uso das TIC's para fins pedagógicos, serve de apoio para atender as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação no ambiente escolar. Nesse contexto, na busca por uma maior qualidade e para tornar o ambiente escolar mais atraente, torna-se essencial a realização de aplicação de recursos voltados para que os alunos tenham um ensino de maior qualidade e que viabilize e potencialize a melhoria contínua do desempenho escolar no país.

Palavras-chave: Evolução digital na educação; Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; Proinfo.

RESUMEN

El presente estudio tiene por objetivo verificar y analizar la aplicación y uso de las tecnologías de información y comunicación (TIC) en la educación escolar para fines pedagógicos en el aula. Sabemos que las TIC han asumido en los últimos años un papel imprescindible en la Educación. Así, la principal meta de las TIC es la utilización de la información disponible en el ambiente virtual como soporte a las prácticas pedagógicas. Creciendo en la presente y constante evolución el uso de las TIC's para fines pedagógicos, sirve de apoyo para atender las exigencias por agilidad, flexibilidad, efectividad e innovación en el ambiente escolar. En este contexto, en la búsqueda de una mayor calidad y para hacer el ambiente escolar más atractivo, resulta esencial la realización de aplicación de recursos orientados a que los alumnos tengan una enseñanza de mayor calidad y que viabilice y potencie la mejora continua del desempeño escolar en el país.

Palabras clave: Evolución digital en la educación; Uso de las Tecnologías de Información y Comunicación; Proinfo

* Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: ageu.goncalves@unila.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar a Aplicação e Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na Educação escolar para fins pedagógicos em sala de aula. Sabemos que as TIC's assumiram nos últimos anos um papel imprescindível na Educação. Assim sendo, a principal meta das TIC's é a utilização da informação disponível no ambiente virtual como suporte às práticas pedagógicas, já que estamos vivendo a Evolução Digital na Educação.

Acreditando na presente e constante evolução o uso das TIC's para fins pedagógicos, pois serve de apoio para atender as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação no ambiente escolar. Nesse contexto, na busca por uma maior qualidade e para tornar o ambiente escolar mais atraente, torna-se essencial a realização de aplicação de recursos voltados para que os alunos tenham um ensino de maior qualidade e que viabilize e potencialize a melhoria contínua do desempenho escolar no país.

É sabido que não é necessário que os professores dominem as TIC's no ambiente escolar, mas que, pelo menos, tenham o conhecimento suficiente para repassar aos alunos, e que eles não sejam apenas treinados como “meros” usuários de computadores, pois para obter o sucesso na implementação das TIC's no ensino, os professores têm que ter o conhecimento sobre as possíveis maneiras e as modalidades de sua utilização e implementação.

Para termos uma qualidade na formação dos professores frente as novas tecnologias, é necessário o investimento na formação deles.

2 BREVE HISTÓRICO DO PROINFO

Em 1989, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Informática na Educação (Proninfe) que em 1997, o MEC mudou o nome do programa para Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) para promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na rede pública de ensinos Fundamental e Médio.

Trata-se de um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Levando às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

A partir daí, o Proinfo deu ênfase à implementação de laboratórios de informática nas escolas de Ensino Médio e, atualmente, concentra seus esforços para implementação de



laboratórios de informática em escolas de Ensino Fundamental de áreas rurais e urbanas que ainda não dispõem deste tipo de infraestrutura.

[...]só haverá, porém, uso efetivo dessa tecnologia na escola se, professores, alunos, diretores de escolas, pais de alunos, fornecedores de hardware e software, prestadores de serviços, professores e pesquisadores universitários e governantes compreenderam os seus benefícios potenciais, mas também suas limitações. (PROINFO, 1997, p. 17)

Com o desenvolvimento das TIC's tivemos uma contribuição para a redução do tempo, houve uma aceleração no acesso aos conteúdos, produtos e serviços. O mundo em que vivemos hoje, é rodeado de constantes transformações, fazendo que cada pessoa possa guardar, reciclar seu "estoque" de informação. Portanto, hoje qualquer profissional precisa manter-se atualizado, ao passo que ele não atualiza-se, ele fica obsoleto, ultrapassado para o mercado de trabalho.

A constante presença das TIC's no dia a dia, no ambiente escolar, quer seja elas celulares, smartphones, tablets, notebooks, iPads e kindles, faz com que os docentes busquem novos meios de tornar as aulas, atividades mais atrativas e interessantes aos alunos, visto que esta nossa massa de usuários tende a dispersar suas atenções rapidamente devido ao uso das TI.

Para Masetto (2007), o surgimento de novas formas de se construir o conhecimento e produzir trabalhos monográficos e relatórios científicos; proporciona a integração de movimento, luz, som, imagem, filme, vídeo em novas apresentações de resultados de pesquisa e assuntos e temas para as aulas. Ainda conforme o autor, isto possibilita a orientar os alunos em suas atividades não apenas nos momentos de aula, mas nos períodos "entre aulas" também; tornando possível, ainda, o desenvolvimento da criticidade para se situar diante de tudo o que se vivencia por meio do computador, da curiosidade para buscar coisas novas, da criatividade para se expressar e refletir, da ética para discutir os valores contemporâneos e os emergentes em nossa sociedade e em nossa profissão.

Para o professor é um tanto trabalhoso, tendo em vista que a maior parte dispõe de apenas um quadro branco/verde, livro didático, materiais que muitas vezes são fotocopiados, isto sem falar quando existe disponibilidade para compartilhamento deste material com os alunos e a sua preciosa voz. Em contrapartida, os alunos têm à sua inteira disposição o mundo virtual, muitas vezes na palma de sua mão, acessando de qualquer lugar aonde estiverem.

Assim sendo o avanço tecnológico e a troca de informações facilitou o acesso ao conhecimento variado, tornando os alunos independentes incentivando o próprio conhecimento. Conforme cita Gabriel,



Se analisarmos a situação tecnológica atual das instituições de ensino brasileiras, temos diversos tipos de defasagens entre as públicas e as privadas, além de também estarmos em estágios diferentes se nos compararmos a países estrangeiros. No entanto, parece que o fator “tecnologia da informação” em si não é definitivo para a educação na era digital – ele só é diferencial positivo se contar com a participação efetiva do professor e dos planos pedagógicos. O professor deve deixar de ser um informador para ser um formador; caso contrário, o uso da tecnologia da informação terá apenas aparência de modernidade. (GABRIEL 2013, p. 109)

3 QUAIS OS ATORES ENVOLVIDOS?

Considerando alguns aspectos importantes o aluno e o professor, a gestão e a infraestrutura tecnológica como atores importantes para podermos elaborar um índice que contribua para o apoio para gestores escolares, administradores públicos e demais pesquisadores interessados em medir o uso das TIC's no ambiente escolar após a implantação do programa Proinfo.

Tais atores têm um papel diferenciado para o bom desempenho das TIC's, sendo que:

- A Gestão: está relacionada ao uso das TIC's no planejamento escolar e ao apoio do Estado e Município frente ao uso das TIC's;
- A Infraestrutura: relacionada aos recursos tangíveis de TIC dentro das escolas;
- E o professor e aluno: relacionam-se com o uso das TIC's dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Uma vez que, com o crescimento da sociedade e o expressivo aumento das TIC's no presente século, faz-se necessária a ampliação das Políticas Públicas do Estado para dispor de meios de investimento voltadas ao investimento das TIC's para a educação, contudo é necessário que todos os atores (gestores, professores, alunos) envolvidos neste contexto contribua de alguma maneira para a aplicação e desenvolvimento destas políticas e que o Estado disponibilize a infraestrutura necessária para a aplicação e uso de tal recurso voltado para a educação.

Segundo Marchiori et al. (2011) reduzir a dispersão é fundamental para o sucesso na aprendizagem e que o uso de uma TIC é favorável nesse aspecto. Sabendo que as TIC's têm um grande potencial de novas maneiras e formas de aprendizado, é necessário que o professor e aluno utilizem tais artefatos tecnológicos. (BITTAR, 2010)

4 A UTILIZAÇÃO DAS TIC's NO AUXILIO DO ENSINO

Segundo Almouloud (2007), o professor que pretende atingir seus objetivos educacionais utilizando tecnologias, em particular os softwares, não pode se esquecer de orientar-se em questões como entraves na utilização que o software impõe ao aluno/usuário,



quais comportamentos induz e que ensino permite e quais os efeitos que o software educativo pode provocar no processo de ensino – aprendizagem em sala de aula.

Segundo Valente (2003), um software educacional pode estar inserido em algumas categorias:

- Sistemas tutoriais: Os tópicos a serem ensinados são divididos em pequenas partes ou módulos, que apresentam animações, som, vídeo, etc.
- Sistemas de exercícios e práticas: Usados para revisar o conteúdo ensinado em sala de aula e envolvem principalmente memorização e repetição. Neste tipo de software, o aluno coloca a sua resposta e depois verifica se está certa, refletindo sobre a mesma.
- Simulações: Oferecem a possibilidade do aluno desenvolver hipóteses, testá-las, analisar resultados e refinar os conceitos.
- Jogos educacionais: A proposta defende que as crianças aprendem melhor quando ela é livre para descobrir relações em vez de ser ensinada.

Portanto, podemos dizer que a escola, como qualquer outra instituição inserida na sociedade, tem a necessidade e o papel de atuar no seu tempo e está cheio das novas TIC's.

Assim sendo, é um formador de novas gerações;

O acesso à Informática deve ser visto como um direito e, portanto, nas escolas públicas e particulares o estudante deve poder usufruir de uma educação que no momento atual inclua, no mínimo, uma “alfabetização tecnológica”. Tal alfabetização deve ser vista não como um Curso de Informática, mas, sim, como um aprender a ler essa nova mídia. Assim como o computador deve estar inserido em atividades essenciais, tais como aprender a ler, escrever, compreender textos, entender gráficos, contar, desenvolver noções espaciais etc. (BORBA e PENTEADO 2001, p. 17)

Essa afirmação nos traz um questionamento relevante sobre a área educacional. Por que a Educação, ao contrário das outras áreas de atividade humana, demora tanto para incorporar as inovações tecnológicas? Sendo que a legislação oficial define a utilização dessas inovações - “acompanhar criticamente o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, tomando contato com os avanços das novas tecnologias nas diferentes áreas do conhecimento para se posicionar frente as questões de nossa atualidade”. (BRASIL, 2002, p. 117-118)

Para que o uso das tecnologias seja eficaz no processo ensino-aprendizagem da escola se faz necessário que os professores estejam adequadamente capacitados para a utilização na sala de aula.

Dessa forma, Kenski (2012, p. 78) afirma que os professores, treinados insuficientemente, o aproveitamento também será mínimo e como resultado será a insatisfação de ambas as partes (professores e alunos) e um sentimento de impossibilidade de uso dessas tecnologias para (essas) atividades de Ensino.



5 QUAL A POSTURA REQUERIDA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DOS PROFESSORES?

Como as TIC's estão presentes com maior frequência no ambiente escolar, é requerido das instituições de ensino e dos professores novas posturas frente ao processo de ensino e de aprendizagem. Moran (2009, p. 27, *apud* Peixoto, 2006) diz que:

As tecnologias nos ajudam a realizar o que já fizemos ou desejamos. Se somos pessoas abertas, elas nos ajudam a ampliar a nossa comunicação; se somos fechados, ajudam a nos controlar mais. Se temos propostas inovadoras, facilitam a mudança.

Assim, com o uso das TIC's nosso sistema de ensino tenderá a estimular a criatividade e a dinâmica no processo de ensino-aprendizagem dos alunos na prática escolar, tornando o ambiente escolar mais estimulantes e interativos. O desenvolvimento do ambiente escolar da sociedade depende, hoje, da capacidade de gerar, transmitir, processar, armazenar e recuperar informações de maneira eficiente. Por isso, a população escolar precisa ter oportunidades de acesso a esses instrumentos e adquirir capacidade para produzir e desenvolver conhecimentos utilizando a TIC's.

Segundo Moran (2000, p.17-18), afirma que:

As mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas.

Muitos veem nas TIC's a perspectiva transformadora e determinante para melhorar a educação, mas deve-se considerar que há muitos problemas ainda associados à incorporação de tecnologias nas escolas. É um desafio para os professores mudar sua forma de conceber e pôr em prática o ensino, através de uma nova ferramenta. Para Imbérnom (2010, p. 36):

Para que o uso das TIC's signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.



O uso das TIC's nas escolas como novos meios de aprendizagem devem ser aplicados em todos os aspectos do currículo. Hoje as TIC's são utilizadas em trabalhos extracurriculares, ou em disciplinas como complemento didático. É sabido que o uso do computador ainda não é considerado um recurso do cotidiano para criação e pesquisa. É preciso começar a pensar no que realmente pode ser feito a partir da utilização dessas novas tecnologias, no processo educativo.

As tecnologias disponibilizam aos alunos um novo meio para que eles construam seus saberes a partir da comunicabilidade e interação com um mundo de pluralidades, no qual não há limitações geográficas, culturais e a troca de conhecimentos e experiências é constante e imediata.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das constantes transformações que vêm ocorrendo na nossa sociedade, principalmente no que concerne à presença das TIC's, os professores têm sido desafiados a repensar sobre suas práticas pedagógicas. Dentre essas modificações, que se desdobram em novas formas de apreensão espaço temporal, no surgimento de novos postos de trabalho, na crise do conhecimento, na digitalização da informação, um mundo onde somos influenciados pelo uso das Tecnologias constantemente.

Mesmo com o investimento em TIC's na educação pelo Estado em nosso país, é preciso melhorar a gestão desses recursos nas áreas educacionais que tem uma grande carência, tanto de investimentos em infraestrutura, como em pessoal qualificado e com habilidades para operar tais recursos disponíveis.

Também se faz necessário a capacitação e uma atualização periódica dos professores para que eles possam utilizar e aplicar tais ferramentas e softwares no processo de ensino e aprendizagem.

É de suma importância que o Estado procure aprimorar o Proinfo, para que os investimentos em TIC's previsto nele, possam ser repassados e aplicados de forma a atender as demandas educacionais existentes em nosso país. Pois é sabido que muitas vezes a quantidade de software e hardware disponíveis para uso dentro das escolas não é suficiente e/ou já estão obsoletos.

Por fim, para que as TIC's impactam positivamente no processo de ensino-aprendizagem, é preciso que a gestão, disponibilize a infraestrutura e a apropriação das tecnologias. Pois elas têm sido um excelente complemento motivador a desempenhar as atividades e a prática docente no ambiente escolar, bem como dentro do contexto educativo e social dos professores e alunos, embora faltem ainda a capacitação e informação por partes dos professores para melhor usá-las em suas atividades docentes.



REFERÊNCIAS

- BRASIL, Secretaria de Educação a Distância. (1997) **Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo**(diretrizes. Brasília: MEEC/SEED.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Coletânea de normas técnicas elaboração de TCC, Dissertação e Tese**. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ALMOULOUD. S. A. **Informática e Educação Matemática**. São Paulo: PUC – SP, 2007
- BITTAR, Marilena. **A incorporação de um software em uma sala de Matemática: uma análise segundo a abordagem instrumental**. Prelo, 2010.
- BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e Educação Matemática. 2ed. Coleção Tendências em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BORGES, M. F. V. **Inserção da Informática no Ambiente Escolar: inclusão digital e laboratórios de informática numa rede municipal de ensino**. XXVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), Workshop de Informática na Escola (WIE). 2008.
- ELIA, M. F. **O papel do professor diante das Inovações Tecnológicas**. XXVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. 2008.
- FAGUNDES, L. C.; VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. **Linguagem, educação e recursos midiáticos: quem mexeu na minha escola?** Em: PESCADOR, C.; SOARES, E. M. S.; NODARI, P. C. (Org.). **Ética, Educação e Tecnologia: pensando alternativas para os desafios da educação na atual idade**. Curitiba: CRV, 2010.
- FIRPO, S. P.; DE PIERI, R. G. **Avaliando os efeitos da introdução de computadores em escolas públicas brasileira**. Revista Brasileira de Inovação, v. 11, p. 153-190, jul. 2012. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/528>>.
- GABRIEL, M. **Educar - A (r) evolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&escr=s&source=web&cd=4&ved=0ahUKEwj6uYLDsfVAhVDeCYKHYYQgBTQQFgg5MAM&url=http%3A%2F%2Fppgpcm.ensinodeciencias.net%2Fprodutos%2Fflydianne%2Fpdf%2FT7.pdf&usq=AFQjCNGD5aO0mfpqsrHADkRM8VjWkh_F-g> Acesso em: 08 de agosto de 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, **indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 7, p. 73-90. 2011.



- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9ªed. Campinas: Editora Papirus, 2012.
- MASETTO, M.T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia**. Em: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas : Papirus. 2010.
- MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- MARCHIORI, L. L. de M.; MELO, J. J.; MELO, W. J. **Avaliação docente em relação às novas tecnologias para a didática e atenção no ensino superior**. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 16, n. 2, p. 433-443, 2011.
- VALENTE, J. A. **O uso inteligente do computador na Educação**. *Pátio Revista pedagógica*. Editora: Artes Médicas Sul, ano 1, no1, pp.19-21, 1997.
- PEIXOTO, R. J. V. **A informática na educação**. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Aberta, Lisboa 2006.
- UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **MANUAL DE CITAÇÃO E NOTAS DE RODAPÉ**, Foz do Iguaçu – 2014.

Outras Fontes Pesquisadas:

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO**. Download. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 08 de agosto de 2017.
- BARBOSA, A.F.; BARBOSA, E.F.; MOURA, D.G. **Inclusão das tecnologias de informação e comunicação na educação através de projetos**. Congresso anual de Tecnologia da Informação - CATI, São Paulo. Anais do Congresso Anual de Tecnologia da Informação, v. 1, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi6iNT87cfVAhXI4yYKHfBCCr0QFggTMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.tecnologiadeprojetos.com.br%2Fbanco_objetos%2F%257BC36C8E12-B78C-4FFB-AB60-C428F2EBFD62%257D_inclus%25C3%25A3o%2520das%2520tecnologias.pdf&usg=AFQjCNHCFARNCLcdd_DiuSmY6ZlkISJwz> Acesso em 08 de agosto de 2017.
- CGI. **TIC Educação 2013. Pesquisa sobre uso das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em <<http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2013/>> Acesso em 08 de agosto de 2017.



IDIE. Indicadores qualitativos da integração das TICs na educação: proposições.

Documento para debate, dez. 2008. Disponível em :

<www.ibertic.org/evaluacion/sites/default/files/biblioteca/3a_integraciontic_idie_documento_previo.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e o tempo docente**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

LEITE, W. S. S.; RIBEIRO, C. A. N. A inclusão das TICs na educação brasileira:

problemas e desafios. Revista Internacional de Investigación En Educación, Javeriana,

Colombia, v. 5, n. 10, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281024896010>> Acesso em 08 de agosto de 2017.

MAIA, D. L., BARRETO, M. C. Tecnologias digitais na educação: uma análise das

políticas públicas brasileiras. Educação, Formação & Tecnologias, v.5, n.1, 2012.

Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/213/156>>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>> Acesso em 21 de junho de 2017.

E-PROINFO. Disponível em [http://e-](http://e-proinfo.mec.gov.br)

[proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/interativo/acessar_espaco_sistema/acessar.htm](http://e-proinfo.mec.gov.br/e-proinfo/interativo/acessar_espaco_sistema/acessar.htm). Acesso em 21 de junho de 2017.

DIA A DIA DA EDUCAÇÃO PROINFO NO PARANÁ. Disponível em

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/>. Acesso em 21 de junho de 2017.

*Recebido em 06/04/2018
Aprovado em 28/06/2018*



A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NOS MUNICÍPIOS: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PARTICIPATIVE DEMOCRACY IN MUNICIPALITIES: PUBLIC HEARINGS AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL PARTICIPATION

Bruna Ramos Calegario*
Exzolvildres Queiroz Neto**

RESUMO

Este trabalho trata sobre a democracia participativa nos municípios, com enfoque nos instrumentos de participação social, especificadamente, nas audiências públicas. Tem como objetivo analisar o que dificulta o processo de participação social, nas audiências públicas, para que esta participação ocorra de forma efetiva. Será abordado sobre os instrumentos de participação social existentes nos Municípios e, ao final, especificar sobre as audiências públicas, demonstrando a sua efetividade. A pesquisa tem como base a Constituição Federal, Leis infraconstitucionais, doutrinas e artigos científicos. Ao final demonstram-se alguns exemplos de Municípios que utilizam das audiências públicas, como instrumento efetivo de participação social. No entanto, as dificuldades existentes na participação social, ainda, são muitas e a sociedade, como um todo, em conjunto com o governo, precisa adotar a participação social como uma forma de efetivar a democracia participativa e atingir, um dos fins, do Estado Democrático de Direito.

Palavras chave: democracia participativa. Audiências Públicas. Participação Social. Efetividade.

ABSTRACT

This research is about the participative democracy in municipalities, focus in gon instruments of social participation, specifically in public hearings. The objective is to analyze what makes the process of social participation difficult, in public hearings, so that this participation occurs in an effective way. It will be discussed about the in struments of social participation existing in the municipalities and specify about the public hearings, demonstrating their effectiveness. The research is based on the Federal Constitution, Laws, doctrines and scientific articles. At theend, some examples of Municipalities that use public hearings are shown as an effective instrument of social participation. However, the difficulties in social participation are real, and society to get her with the government, must adopt social participation as away to achieve participative democracy and achieve the rule of law.

Keywords: participative democracy; public hearings; social participation; effectiveness.

* Especialista em Direito Constitucional pela UNIDERP. Graduada em Direito pela UNIFOZ. E-mail: bruna.r.calegario@hotmail.com

** Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor do PPGPPD/UNILA. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br



INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da democracia participativa nos Municípios, especificadamente, sobre as audiências públicas como instrumento de participação social efetivo, através do qual a cidadania é exercida.

O tema delimita-se na análise do que consiste a democracia participativa, quais são os instrumentos de participação social existentes nos Municípios, e, demonstrar, especificadamente, sobre as audiências públicas, abordando as dificuldades em participar ativamente.

A relevância do tema justifica-se, vez que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, no qual, a democracia é participativa, exercida através dos instrumentos de participação social. Estes instrumentos existem, são previstos na legislação, no entanto, a participação social não ocorre de forma efetiva. Há uma escassez da população na participação.

As audiências públicas, são um instrumento de participação social, talvez, o que mais aproxime o cidadão do governo, no entanto, a participação de fato, não é como deveria ser. Por conta disso, se faz pertinente demonstrar o processo de participação, as dificuldades em participar ativamente, as possíveis soluções e trazer exemplos de locais em que se utiliza das audiências públicas como meio de participação social efetivo.

Assim, para tratar deste tema, será feita uma abordagem sobre a democracia, a democracia participativa, os instrumentos de participação social e, por fim, sobre as audiências públicas, o processo de participação, as dificuldades na participação, as possíveis soluções e as audiências públicas na prática, como meio efetivo de participação social.

1 DEMOCRACIA

A palavra democracia, de origem grega, é formada por dois vocábulos gregos, que implicam em uma concepção singular de relações entre governados e governantes. Isto é, “demos”, que significa povo ou muitos e “kracia”, que significa governo ou



autoridade¹. Portanto, o conceito de democracia, em Athenas, ficou entendido como aquele em que há o autogoverno dos cidadãos.

Para Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino, é na democracia que se tem a participação dos destinatários das normas e políticas públicas na escolha dos titulares de cargos políticos, na produção do ordenamento jurídico e no controle das ações governamentais, formando o governo de baixo para cima - governo do povo, isto é, que se tem a participação social, dos cidadãos. Para estes autores, no sistema de governo democrático é que prevalece a vontade da maioria mesmo que haja o reconhecimento e a proteção dos direitos das minorias².

Percebe-se que a democracia é um regime de governo e/ou sistema político em que o poder emana do povo, que pode ser exercido de diferentes formas direta, indireta ou representativa, e democracia semidireta ou participativa, mas sempre em proveito do povo e para o povo.

A democracia direta, segundo Jose Afonso da Silva, é aquela em que o povo exerce, por si só, os poderes governamentais, fazendo leis, administrando e julgando. Já na democracia indireta ou representativa o povo transfere/outorga as funções de governo aos seus representantes, elegendo-os periodicamente³.

No que tange a democracia semidireta ou participativa, objeto deste trabalho, a qual será melhor esmiuçada no tópico seguinte, é entendida como aquela em que o povo exerce as funções de governo, pode-se dizer, diretamente, através de alguns institutos de participação social⁴.

¹ Democracia Verbete. Informação postada no site **Nupps,USP**. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/relatorio/Anexo_02_Democracia-verbete.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017. pg. 01.

² PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2015. pg. 298 e 299.

³ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª. ed. rev. e. atual. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. 2005. pg 136.

⁴ *Ibid.*



2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

José Afonso da Silva acentua que a democracia participativa e/ou princípio participativo caracteriza-se pela participação direta e pessoal da cidadania na formação dos atos de governo⁵. Significa dizer que através desta modalidade é que o cidadão participa ativamente da gestão pública. Assim, pode-se entender por democracia participativa:

[...] a participação pode ser entendida como interações sociais (uma única partida ou um caminho mais complexo): a) em que os cidadãos estão envolvidos, ou representantes de grupos / associações de algum tipo e as autoridades responsáveis pelo assunto discutido; b) que são baseados no uso da palavra (e não o confronto físico), c) que são abordados de alguma forma para resolver uma situação percebida como problemática ou tomada de uma decisão de interesse coletivo. (LEWANSKI, 2007 *apud* DIEGUES, 2012. pg. 370)

A democracia participativa é aquela em parte-se de uma democracia representativa, utilizando mecanismos que possam proporcionar ao povo uma aproximação das questões políticas, através de uma participação direta⁶. Ou seja, é a possibilidade de a sociedade exercer os seus direitos e deveres, assegurados constitucionalmente, pois nesta modalidade de democracia o cidadão, enquanto detentor do poder, pode participar, fiscalizar, discutir, a gestão dos entes federativos.

No âmbito Municipal, pode-se dizer que a participação social, que a democracia participativa é exercida de forma mais efetiva, pois no Município os cidadãos estão mais próximos do governo. Existe uma possibilidade maior de identificar os problemas, captar novas demandas, denunciar, reivindicar, propor argumentar, persuadir e influir. Os indivíduos tornam-se atores sociais no espaço em que vivem, e o espaço local por excelência é o município (COPATTI, 2010 *apud* DIEGUES, 2012).

Portanto, a participação democrática na gestão pública é exercida através dos instrumentos de participação social previstos constitucionalmente e nas demais legislações. A

⁵ *Ibid.* pg. 141.

⁶ SELL, 2006 *apud* MEDEIROS, Alexsandro M. Democracia Participativa. Informação postada no site **Portal Consciência Política**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativ>>. Acesso em 17 abril 2017.



Constituição Federal em seu artigo 14 dispõe que a soberania popular será exercida mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, no entanto, não são somente estes os mecanismos de participação, existe, ainda, os orçamentos participativos, conselhos municipais e as audiências públicas.

3 INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Conforme demonstrado, para o efetivo exercício da democracia participativa existem os instrumentos de participação social, através dos quais os cidadãos podem participar ativamente de gestão pública, sendo eles, plebiscito, referendo e iniciativa popular, os orçamentos participativos, conselhos municipais e as audiências públicas.

Os referendos, plebiscitos e a iniciativa popular estão previstos no artigo 14 da Constituição Federal. Já os orçamentos participativos, conselhos municipais e audiências públicas, estes não possuem previsão constitucional específica, mas estão de acordo com o ordenamento jurídico e alguns dispositivos constitucionais preveem a possibilidade de implementação.

3.1 Plebiscito e Referendo

Plebiscito e Referendos são consultas formuladas aos cidadãos para que deliberem sobre matéria de acentuada relevância, seja de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. No entanto, o plebiscito é convocado com anterioridade a ato do legislativo ou administrativo, ou seja, a decisão do povo é anterior a formulação legislativa, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha submetido⁷.

⁷ PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2015. pg. 278.



Já o referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a sua ratificação ou rejeição, isto é, versa sobre projetos de leis já aprovados⁸.

3.2 Iniciativa Popular

A iniciativa popular, prevista no artigo 14, III da Constituição Federal, segundo José Afonso da Silva é aquela em que se admite que o povo apresente projetos de lei ao legislativo, desde que subscritos por número razoável de eleitores⁹.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino disciplinam que a iniciativa popular é um dos meios de participação direta do cidadão na vida do Estado, nos atos de governo. É uma iniciativa geral, na qual os cidadãos elaboram um projeto de lei, o qual poderá versar sobre quaisquer matérias, ressalvadas aquelas abrangidas pela iniciativa reservada¹⁰.

No âmbito municipal, estabeleceu a Constituição Federal a possibilidade de iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado (CF, art. 29, XIII). Por fim, cumpre dizer que o projeto de lei de iniciativa popular deverá tratar especificadamente de um assunto, e não poderá ser rejeitado por vício de forma¹¹.

3.3 Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é um mecanismo de participação social que possibilita aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais e governos estaduais, através de processos da

⁸ *Ibid.*

⁹ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25^a. ed. rev. e. atual. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. 2005. pg. 141.

¹⁰ PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2015. pg. 532.

¹¹ *Ibid.* pg. 533.



participação da comunidade. É através do orçamento participativo que a população pode discutir o orçamento e tomar decisões sobre os recursos municipais. (MEDEIROS, 2013).

3.4 Conselhos

Os Conselhos, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, são instrumentos de participação, que possibilitam estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe apenas de ser um direito, mas uma realidade. São espaços públicos, os quais têm como função formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais (Portal da Transparência).

Segundo Alexandre Ciconello, os Conselhos foram criados com o objetivo de operacionalizar os ideais participativos presentes na Constituição Federal, para permitir que a população tenha um maior acesso aos espaços de formulação, implementação e controle social das políticas públicas. Através dos Conselhos é que as decisões governamentais não ficam restritas aos membros do poder executivo e aos gestores públicos, pois passaram a ser compartilhadas com a sociedade civil. (CICONELLO, 2007, pg. 04)

4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas, segundo disposto pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, são mecanismos efetivos de participação direta da sociedade nas decisões de governo e na elaboração das políticas públicas. Nelas, os cidadãos podem opinar, debater, criticar, enfim, se fazer ouvir (Informação postada no site de Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acesso em 07 maio 2017). Nesse sentido:



Audiência pública é um processo de participação aberto à população, para que possa ser consultada sobre assunto de seu interesse e que participando ativamente da condução dos assuntos públicos, venha a compartilhar da administração local com os agentes públicos. Constitui-se em instrumento de legitimação das decisões, através de um processo democrático, onde constantemente a comunidade teria o direito de se manifestar sobre a melhor forma de administração da coisa pública e poderia controlar as ações dos governantes através de prestações de contas. (LOCK, 2004, pg. 06).

As audiências públicas são um instrumento democrático de manifestação de opinião, na qual permite que os cidadãos, representantes de associação, fundações, conselhos, sindicatos, expressem suas opiniões, aprovando ou desaprovando o assunto que está sendo debatido. Os debates são feitos entre estes interessados e o os representantes do governo local e podem formar um posicionamento a ser seguido pelo poder público. (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013)

Os temas a serem discutidos nas audiências públicas são variados, no entanto, devem ser de interesse público. Isto significa que as audiências podem tratar de Assuntos Urbanos; Direitos da Criança e do Adolescente; Meio Ambiente; Transporte e Trânsito; Defesa da Mulher; Direitos dos Animais; Direitos da pessoa com Deficiência; Segurança Pública; Epidemias; Direito à saúde; e Finanças e Orçamentos.

As audiências públicas podem ser instauradas pelos órgãos públicos e suas repartições, Câmara de Vereadores, representantes da sociedade civil, Ministério Público e pela própria população. Existem Leis que trazem a obrigatoriedade de audiência pública, em determinados casos, no entanto, é um mecanismo de participação social que pode ser solicitado e realizado por todos os interessados.

No que tange a possibilidade de tomada de decisão em uma audiência pública, cumpre dizer que não possuem caráter deliberativo, apenas consultivo. No entanto, as opiniões, as discussões e debates realizados nestas audiências são de extrema importância e devem ser levados em consideração para a tomada de decisão. A população irá expressar suas opiniões e caberá ao poder público acatar ou não as propostas, acatar o parecer final da audiência realizada.



O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA desenvolveu uma pesquisa sobre o Potencial de Efetividade das Audiências Públicas do Governo Federal, e, apresentou as características das Audiências Públicas. Dentre as já apresentadas, demonstraram que as Audiências Públicas possuem caráter pontual e são vinculadas a um processo decisório específico, seja a elaboração de um plano, de normas regulatórias, avaliação de uma ação governamental ou a correção de rumos nas políticas públicas. (IPEA, 2013, pg. 15)

Outra característica apontada pelo IPEA é o caráter presencial das audiências públicas, vez que não podem ser realizadas pela internet ou intercâmbio documental. (Soares, 2002; Mattos, 2004 *apud* IPEA, 2013, pg. 15). Ainda, a possibilidade de manifestação oral dos participantes, que não excluem a manifestação escrita.

Definiram como característica de uma audiência pública o fato de que esta possui ou deveria possuir regras específicas para seu funcionamento (Soares, 2002; Mattos, 2004 *apud* IPEA, 2013, pg. 16). Estas regras, deveriam estar presentes em todas as audiências públicas, mas não é o que acontece.

Portanto, toda audiência pública, antes de ser realizada, deve ter data e hora definida, pauta clara, atas de reunião, gravação de vídeo e/ou voz dos debates. Como estes debates devem ser conduzidos, isto é, determinação de quais atores possuem palavra, quanto tempo de fala cada participante possui, se haverá réplicas, tréplicas. E, ainda, regras que visem orientar a opinião dos participantes e a incorporação de suas demandas na política ou na ação, objeto da audiência pública. (IPEA, 2013, pg. 16).

4.1 Processo de Participação

Conforme demonstrado, as audiências públicas são espaços públicos de participação social, nos quais as partes interessadas, poder público, sociedade civil e a população podem discutir, debater sobre assuntos de interesse coletivo.



No entanto, a participação da sociedade, assim como nos outros instrumentos, não ocorre de maneira efetiva ou, pelo menos, não como deveria acontecer. Ademais, o governo local, não utiliza deste mecanismo de forma habitual, são raras as vezes em que são instauradas audiências públicas ou, até mesmo, que se tem conhecimento de sua instauração.

Percebe-se que, o problema surge ao tentar fazer com que as audiências públicas sejam efetivamente influenciadoras das decisões administrativas. (OLIVEIRA, 2017, pg. 12).

Esta não eficácia está atrelada a vários fatores. Existem alguns estudos que foram realizados, por exemplo, este do IPEA, já citado, os quais apresentam o que dificulta esta participação social, a qual acaba não sendo efetiva e, tornando as audiências públicas um instrumento sem eficácia, que não atinge o fim para o qual foi criado, isto é, acaba não sendo um instrumento de discussão entre cidadãos, sociedade civil e governo local.

O que dificulta este processo de participação social efetivo nas audiências públicas seria o desinteresse da Administração Pública em dar vazão aos anseios populares, vez que o governo local ainda é muito refratário às manifestações da sociedade e acaba criando uma distância entre a população e o ente público. (OLIVEIRA, 2017, pg. 12)

A burocracia, a qual as organizações são submetidas, que dificulta o processo de representação e expressão em espaços públicos de participação, neste caso, nas audiências públicas, dos grupos sociais. (CICONELLO, 2007, pg. 10). Ainda, a falta de interesse da população em participar, que neste caso, pode estar atrelada a falta de confiança que a sociedade possui com o poder público. Vejamos:

Tais razões justificam a importância do poder local no processo de construção da democracia participativa, entendida aqui como a restrição do poder representativo sobre assuntos de ordem constitucional, em prol da participação direta dos cidadãos. No entanto, alguns obstáculos precisam ser vencidos para que a experiência brasileira se torne exitosa. Como por exemplo, a desconfiança por parte da população local no compromisso das organizações governamentais em respeitar os procedimentos e resultados de um processo genuinamente participativo, “a cultura centralizadora das administrações públicas nacionais como em razão da passividade cívica da maioria dos cidadãos, que geram meras expectativas de governo e gestão compartilhadas” (ZENI e GONÇALVES, 2010 apud DIEGUES, 2012, pg. 376)



O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, em sua pesquisa, acompanhou as realizações de algumas audiências públicas e apurou o que seria necessário para que uma audiência pública tenha participação social eficaz e seja de fato efetiva. Verificou as dificuldades e demonstrou fatores que podem tornar as audiências públicas um instrumento de participação social efetivo. Estes fatores foram apurados através do acompanhamento da realização de algumas audiências públicas, nas quais os procedimentos, a seguir apresentados, eram observados e a participação da sociedade ocorria efetivamente.

Segundo o IPEA os órgãos públicos devem prever a realização de audiências públicas em seus atos normativos, pois contribui para a transparência do processo participativo, uma vez que garante o acesso aos documentos relevantes e informações importantes sobre a audiência pública que será realizada. Assim, será garantido condições mínimas para a efetividade da participação, no entanto, deve ter cautela nesta previsão, pois poderá engessar o processo e limitar a ação dos gestores. (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013, pg. 09).

O órgão público deve realizar eventos preparatórios, antes da realização de audiências públicas, para preparar os atores sobre o tema que será debatido. Esta preparação pode ser através de reuniões, assembleias. Ocorrendo isso os participantes estarão mais informados para a audiência e se sentirão aptos a debater o tema, estando motivados a participarem. É importante que se tenha um escopo sobre a temática e um recorte do objeto da audiência, de modo que fique claro para os participantes e gestores (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013, pg. 10 e 12)

A infraestrutura, segundo o IPEA, é de suma importância para que ocorra uma participação social efetiva, esta deve ser adequada ao número de participantes ao tipo de audiência, isto é, adequada a temática, deve ser de fácil acesso e um espaço com capacidade para receber os participantes. Ainda, que o órgão público responsável forneça aos participantes e aos interessados uma estrutura interna, no seu governo, voltada para a participação social, ou seja, devem ter funcionários capacitados, que possuem conhecimento para lidar com a



sociedade, assim, o interesse em participar aumenta, pois a sociedade se sentirá mais próxima da gestão (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013, pg. 12 e 13)

O mediador que conduzirá a audiência deve ser extremamente técnico, capacitado e neutro, ou seja, não deve pender para a administração pública ou à sociedade civil ou aos cidadãos, vez que está ali para mediar os debates. Assim, a sociedade se sentirá a vontade para participar, se manifestar e confiar na serenidade da audiência. (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

A metodologia utilizada na audiência deve ser adequada à especificidade dos participantes; à complexidade e abrangência do tema a ser debatido; aos objetivos da AP e ao tempo e recursos disponíveis para a realização do evento. (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013, pg. 15)

Para terminar o andamento da audiência pública de modo que a sociedade se sinta motivada a participar e continuar participando é necessário que o órgão público devolva respostas à sociedade, explicando quais contribuições foram aceitas, quais os caminhos que foram seguidos e quais objetivos foram atingidos. O processo da audiência deve ser transparente, assim, a sociedade se sentirá motivada em participar, pois confiará no procedimento e saberá que obterá resultados, em prol do interesse público. (FONSECA; REZENDE; OLIVEIRA; PEREIRA, 2013).

Percebe-se que o desafio maior é aproximar a sociedade do poder público, é fazer com que a sociedade sinta que pertence aquele espaço, que a sua participação é necessária, para que haja um governo democrático e o interesse público seja priorizado. Nestes termos:

São questões fundamentais no processo de motivar a participação, ou seja, o cidadão estará disposto a participar se sua participação não for simbólica, mas sim, esperada e capaz de exercer influência real sobre as escolhas finais (LEWANSKI, 2007). Portanto, a participação significa compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias (DEMO, 2001). Em síntese, com a participação, “os cidadãos tornam-se protagonistas da sua própria história, deixam de serem objetos das iniciativas de outros e tornam-se sujeitos do seu futuro” (SCHIMIDT, 2006, p. 1774). (LEWANSKI, 2007; DEMO, 2001 e SCHIMIDT, 2006 *apud* DIEGUES, 2012, pg. 370)



O grande desafio é fazer com que, “estes espaços sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato, quanto nos resultados” (JACOBI, 2003, p. 332). Cabendo desta forma, ao governo local pela proximidade com o cidadão e cumprindo seu papel mobilizador, criar mecanismos de educação orientada para a deliberação pública, de forma a criar condições para que os atores sociais possam intervir consistentemente nos processos decisórios de interesse público, legitimando e consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso a informação, e na consolidação de canais abertos para a participação que, por sua vez, são pré-condições básicas para a institucionalização do controle social (JACOBI, 2003), assegurando padrões mínimos de inclusão que considerem as diferenças e especificidade de cada qual, viabilizando o acompanhamento e intervenção popular nas políticas públicas. (DIEGUES, 2012, pg. 376)

Os problemas da participação social são inúmeros, como por exemplo, a falta de vontade política do Executivo em compartilhar o poder, em compartilhar o que é de interesse público; a fragilidade das instituições que compõem a sociedade civil; a falta de incentivo do poder público em fortalecer os grupos sociais; a deficiência na representatividade; a falta de confiança dos cidadãos com o poder público, não confiar que a participação pode atingir um objetivo; e, o desinteresse da população. No entanto, estão surgindo as possíveis soluções, isto é, procedimentos que se forem adotados podem estimular a participação social e, com certeza, aumentar o interesse da população.

4.2 Audiências Públicas na Prática

Muito se falou em audiências públicas, em mecanismos de participação social e a sua efetividade. Para finalizar a temática, se faz importante trazer alguns exemplos de como acontecem as audiências públicas, na prática.

No município de Linhares do Estado do Espírito Santo, existe um Decreto (nº. 468 de 03 de maio de 2011) que regulamenta todo o procedimento de uma audiência pública, dizendo especificadamente o que esta significa, como irá funcionar, quem participa e como será o processo de realização. É totalmente público e qualquer cidadão interessado pode ter acesso.



O IPEA realizou o estudo sobre o Potencial de Efetividade das Audiências Públicas do Governo Federal, foram feitos acompanhamentos em audiências públicas realizadas por órgãos do governo federal: a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); a discussão sobre as minutas do Edital de Licitação e Contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros e o licenciamento ambiental de dois grandes projetos de hidrelétricas – Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará.

O objetivo foi verificar a participação social efetiva, e, constatou-se para a participação ocorrer seria necessário adotar os procedimentos, demonstrados neste artigo, no tópico anterior. Isto porque, algumas das audiências observaram aqueles procedimentos e a participação foi efetiva.

O Município de Foz do Iguaçu-PR realiza algumas audiências públicas na Câmara de Vereadores, sobre temas de interesse público, temas cotidianos, por exemplo: Audiência Pública para debate acerca da violência no trânsito; Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº. 40/2015, que trata das diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual; Audiência Pública para debate acerca da contratação de profissionais de Educação Física no Município, estas audiências foram realizadas no ano de 2015.

No entanto, estas audiências não são informadas a população, a data e hora estão no site da Câmara de Vereadores, poucas pessoas possuem o conhecimento de que neste endereço eletrônico possa ter dias e horários de audiências públicas. Ademais, não existe pauta ou qualquer outra informação aprofundada que possa auxiliar o interessado. Sem contar que, não são devolvidas respostas do que foi apurado na audiência. Este com certeza é problema de muitos outros Municípios.

Por fim, na falta de informações sobre audiências públicas realizadas e que foram eficazes, se faz pertinentes, mesmo que não seja o foco principal deste tema, trazer como as audiências públicas são tratadas na Argentina, pois neste país as audiências públicas são vistas como um instrumento necessário e efetivo.



[...] Sua utilidade prática, na Argentina, segundo o autor, tem demonstrado ser um instituto insubstituível e que obriga as autoridades a ouvir as razões e avaliar alternativas antes de tomar decisões que afetam o meio ambiente ou a comunidade, de qualquer outra forma. Há decisões na jurisprudência Argentina de anulação de atos que prescindiram da audiência pública antes de serem editados. Gordillo afirma que o Judiciário deve conceder medidas cautelares para que se realizem audiências públicas antes de decisões que afetarão direitos dos usuários.

[...] Na audiência pública, a coletividade é parte interessada e ativa, com direitos de natureza procedimental a ser respeitados, direitos de oferecer e produzir provas e controlar as que são produzidas e de fazer alegações. E a falta de sua ocorrência pode ocasionar nulidade da decisão da Administração, como está previsto em algumas leis, especialmente as que dizem respeito a serviços concedidos. Mesmo quando a lei se referir apenas a “audiências”, deve-se ter esta conotação de participação ativa, diz o autor. (GORDILLO *apud* DAL BOSCO, 2004)

Verifica-se que, alguns Municípios brasileiros estão realizando audiências públicas de forma habitual, no entanto, não se tem informações públicas das respostas destas audiências, ou seja, do que foi concluído, se a participação social ocorreu ou não. O caso do Espírito Santo é um exemplo a ser observado, pois o Município começou a se atentar na importância deste instrumento e em informar à sociedade de sua existência, para que serve, como deve ser feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As audiências públicas são um instrumento de participação social que possibilitam à população uma proximidade maior com o poder público, no qual é possibilitado ao cidadão discutir assuntos de seu interesse, sempre em prol da coletividade.

Ocorre que, assim como nos outros mecanismos de participação social, a participação popular não ocorre de maneira efetiva. Neste trabalho buscou-se demonstrar justamente o que dificulta o processo de participação social, nas audiências públicas, para que ela ocorra de maneira efetiva.

Analisando os entendimentos dos estudiosos, verificou-se que esta participação não ocorre por inúmeros problemas. Tais como: a falta de vontade política do Executivo em



compartilhar o poder, em compartilhar o que é de interesse público; a fragilidade das instituições que compõem a sociedade civil; a falta de incentivo do poder público em fortalecer os grupos sociais; a deficiência na representatividade.

Ainda, a falta de confiança dos cidadãos com o poder público, não confiar que a participação pode atingir o objetivo, pode ser melhor para as ações públicas, até mesmo, a falta de interesse da própria população em participar; a falta de infraestrutura, de um local adequado para as audiências públicas; a falta de instrumentos que preveem a instauração das audiências, a metodologia a ser utilizada, o tema a ser debatido, informações sobre a temática, sobre a pauta, ou seja, a falta de informação, de informar ao público, aos gestores, sobre a audiência que será realizada.

Apesar de existirem vários fatores que dificultam a participação social efetiva nas audiências públicas, e, por conta disso, ser difícil apresentar alguma solução. Verifica-se que a base seria a proximidade do poder público com a população, informando os cidadãos sobre a existência das audiências públicas, no que consistem, demonstrando que todos podem participar. Desburocratizar os procedimentos de participação; divulgar os temas a serem debatidos e intimar a população a comparecer, de modo que passe confiança aos cidadãos, de que serão ouvidos e que poderão contribuir com o tema, que a participação não é simbólica.

Existe a possibilidade de tornar a participação social efetiva, mas este processo de efetivação não será fácil é preciso que tanto o poder público como a população queiram efetivar a soberania popular. Como demonstrado, alguns lugares, nos quais o poder público tem interesse em aproximar-se da população, a participação ocorre, ainda é pouca, mas está acontecendo e as audiências públicas estão atingindo o fim para o qual foram criadas.

Cabe, agora, a todos os interessados, poder público, sociedade civil e cidadãos, se conscientizarem que as audiências públicas são um excelente instrumento democrático, no qual deve ser utilizado, para que melhorias ocorram, para que a sociedade sinta que faz parte da gestão pública. E, comecem a utilizar efetivamente este instrumento, estimulando a participação e demonstrando à sociedade os resultados obtidos. Assim, a participação social nas audiências públicas ocorrerá de forma efetiva.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 abril. 2017.

BRASIL. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. GOVERNO FEDERAL. **CONTROLE SOCIAL – CONSELHOS MUNICIPAIS E CONTROLE SOCIAL.** DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.PORTALDATRANSAPRENCIA.GOV.BR/CONTROLESOCIAL/CONSELHOSMUNICIPAISECONTROLESOCIAL.ASP](http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlsocial/conselhosmunicipaisecontrolsocial.asp)>. ACESSO EM 06 MAIO 2017.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.** DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.TCE.PR.GOV.BR/CONTEUDO/AUDIENCIAS-PUBLICAS/226](http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/audiencias-publicas/226)>. ACESSO EM: 08 MAIO 2017.

CICONELLO, Alexandre. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil.** 2007. pg. 04. Disponível em <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/A-Participacao-Social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-Brasil.pdf>. Acesso em 09 maio 2017.

DAL BOSCO, Maria Goretti. **Audiência pública como direito de participação.** Informação postada no site JusBrasil. Disponível em: <<https://oab-ms.jusbrasil.com.br/noticias/1645537/audiencia-publica-como-direito-de-participacao>>. Acesso em: 09 maio 2017.

Democracia Verbete. Informação postada no site **Nupps, USP.** Disponível em: <http://nupps.usp.br/download/s/relatorio/Anexo_02_Democracia-verbete.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

DIEGUES, Geraldo César. O controle social e a participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. Informação postada no site **Periódicos UFBA.** Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/284/247>>. Acesso em: 16 abril. 2017.

FONSECA, Igor Ferraz; REZENDE, Raimor Rodrigues; OLIVEIRA, Marília Silva de; PEREIRA, Ana Karine. **Audiências Públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo Federal.** Informação postada no site IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo_rsp_2013.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2017. 2013.

FIGUEIREDO, Vanusa da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **Transparência e Controle Social na Administração Pública.** Revista Temas de Administração Pública, v.8,



n.1, 2013. In: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6327> Acesso em: 07 jul 2017.

IPEA. **Potencial de Efetividade das Audiências Públicas do Governo Federal**. Informação postada no site IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/relatorio_potencial_efetividade.pdf>. Acesso em: 06 de julho 2017. Brasília, 2013.

LOCK, Fernando do Nascimento, 2004. **Participação Popular no Controle da Administração Pública: Um Estudo Exploratório**. Artigo publicado na Revista Eletrônica de Contabilidade da UFSM. Disponível em: <<file:///C:/Users/bruna/Downloads/5888-26377-1-SM.pdf>>. Acesso em 09 maio 2017. pg. 06).

MEDEIROS, Alexsandro M. Democracia. Informação postada no site **Portal Consciência Política em 2013**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia/>>. Acesso em: 06 maio 2017.

MEDEIROS, Alexandre M. Democracia Participativa. Informação postada no site **Portal Consciência Política em 2014**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa/>>. Acesso em: 15 abril 2017.

MEDEIROS, Alexandre M. Orçamento Participativo. Informação postada no site **Portal Consciência Política**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/or%C3%A7amento-participativo/>>. Acesso em: 06 maio abril 2017.

OLIVEIRA, HerikNesol Franco. **Audiência Pública como instrumento de participação social e legitimação das atividades da Administração Pública**. Informação postada no site Der-MG. Disponível em: <http://www.der.mg.gov.br/images/TrabalhosAcademicos/audiencia-publica-como-instrumento-de-participacao-social-e-legitimacao-das-atividades-da-administracao-publica-herik_oliveira.pdf>. Acesso em 09 maio 2017. pg. 1)

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2015. pg. 93.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª. ed. rev. e. atual. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. 2005. pg 136.

Recebido em 12/12/2017

Aprovado em 19/02/2018



DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS LOJAS DE AUTOPEÇAS DA VILA PORTES NO ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES DE CIUDAD DEL ESTE E PUERTO IGUAZÚ

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES OF VILA PORTES SHOPS IN THE SERVICES OF CONSUMERS OF CIUDAD DEL ESTE AND PUERTO IGUAZU

Fernando Meira Borges^{*}
Talana Bordignon Maria^{**}
Giuliano Silveira Derrosso^{***}

RESUMO

No estudo apresentado busca-se a reflexão e realização da entrevista prática para compreensão dos desafios e oportunidades que os comerciantes que estão inseridos em uma região de fronteira enfrentam. O trabalho acadêmico tem como objetivo geral compreender como o processo cultural dos paraguaios e argentinos pode influenciar na gestão de negócios na cidade de Foz do Iguaçu, estudando o processo cultural e histórico dos países e cidades da Tríplice Fronteira do Iguaçu, verificando como ocorre o atendimento dos clientes paraguaios e argentinos e consequentemente identificando oportunidades e desafios do atendimento a esses clientes. Os métodos de pesquisa e coleta partem do princípio da busca de informações a cerca dos comerciantes da Vila Portes, através de pesquisa qualitativa, com maior aprofundamento na compreensão dos desafios e oportunidades dos comerciantes. O resultado alcançado pelos acadêmicos é de grande valia ao futuro administrador e para os empresários, pois Foz do Iguaçu lida com público estrangeiro, público este que possui culturas e crenças totalmente diferentes dos brasileiros, e com o levantamento de dados dessa pesquisa as empresas poderão melhorar seus processos de atendimento, e se manter atualizada no mercado. Tem como a principal característica, compreender os desafios em relação a câmbio, cultura e idioma, e buscar entender quais seriam as possíveis melhorias para essa região de comércio popular na cidade de Foz do Iguaçu, e se há realmente uma grande oportunidade de um futuro investimento nesta área, os desafios e até mesmo as ameaças que os comerciantes tem quando se fala em região de fronteira.

Palavras-chave: Comércio Popular, Fronteira, Vila Portes.

ABSTRACT

In the presented study we seek the reflection and accomplishment of the practical interview to understand the challenges and opportunities that the traders that are inserted in a frontier region face. The objective of the academic work is to understand how the cultural process of Paraguayans and Argentines can influence business management in the city of Foz do Iguassu, by studying the cultural and historical process of the countries and cities of the Triple Frontier of Iguassu, Of Paraguayan and Argentinean customers and, consequently, identifying opportunities and challenges in serving these clients. The research and collection methods depart from the principle of searching for information about the Vila Portes merchants through qualitative research, with a deeper understanding of the challenges and opportunities of traders. The result achieved by the scholars is of great value to the future administrator and to the entrepreneurs, because Foz do Iguassu deals with foreign public, this public that has totally different cultures and beliefs of the Brazilians, and with the survey of data of this research companies can improve Its processes of attendance, and keep up to date in the market. It has as its main characteristic, to understand the challenges in relation to exchange, culture and language, and to try to understand what would be the possible improvements for this region of popular commerce in the city of Foz do Iguassu, and if there is really a great opportunity for a future investment In this area, the challenges and even the threats that traders have when it comes to border region.

Keywords: Popular Trade, Triple Frontier, Vila Portes.

* Graduado em Administração pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: fernando.mb@hotmail.com

** Graduada em Administração pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: talanab.m@hotmail.com

*** Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), Mestre em Administração (UEM). Graduado em Psicologia e Administração. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: gderrosso@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa foi a cidade de Foz do Iguaçu que faz fronteira com os países Paraguai e Argentina, formando uma tríplice fronteira.

Foz do Iguaçu foi fundada por volta de 1914, nas primeiras décadas de existência os avanços do município foram penosos, lentos e pequenos, a região era pouco habitada, a cidade era servida por um porto que não passava de uma simples rampa em local de difícil atracação.

A situação de Foz do Iguaçu alcançou alguma melhora a partir da Revolução de 1930, no sentido de sua maior inserção econômica, política e social no Paraná. Neste período, foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a uma nova fase de ocupação, com a fundação de novas cidades e com a instalação da agricultura na região do extremo oeste paranaense e consequente expansão da fronteira. (MARTINS; RUSCHAMM, 2010)

Em 1956 é feito o lançamento da Pedra Fundamental da Ponte da Amizade, pelos Presidentes Juscelino Kubitschek e Alfredo Stroessner, ligando Foz do Iguaçu ao lado Paraguai. A construção levou nove anos, sendo inaugurada em 1965 pelos Presidentes Castelo Branco, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai, a obra ganhou o nome de Ponte Internacional da Amizade e a partir deste período iniciaram-se as grandes obras no município de Foz do Iguaçu. (MARTINS; RUSCHAMM, 2010)

A partir de 1974, iniciou-se um novo ciclo no município, com a implantação da usina Hidrelétrica de Itaipu. A construção da hidrelétrica causou fortes impactos em toda a região do extremo oeste do Paraná, principalmente em Foz do Iguaçu, em virtude do canteiro de obras da usina situado no município. (STECA, 2002)

Nesta fase do desenvolvimento da cidade, a construção da hidrelétrica passa a ser um forte fator de atração de correntes migratórias, trazendo, além de contingentes populacionais de outras partes do estado, principalmente trabalhadores e seus familiares de São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul, o que causou uma grande desculturalização na região, a população que vivia no município de Foz, já não tinha muita esperança de desenvolvimento e,



quando se iniciam as obras, ainda vêm chegar os migrantes e tomarem seus espaços. (MARTINS; RUSCHAMM, 2010)

Com a construção de Itaipu, a partir de meados da década de 80, percebeu-se um crescimento na importância das transações entre Brasil e Paraguai, principalmente para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Em 1984 iniciaram-se as obras para a construção de uma ponte ligando o município de Foz do Iguaçu ao município de Puerto Iguazú na Argentina, sua inauguração se deu em novembro de 1985, e recebeu o nome de Ponte Tancredo Neves. A presença de argentinos e paraguaios em Foz foi identificada já na época da formação da colônia militar, no século XIX. Atualmente, eles são parte integrante do município. (MARTINS; RUSCHAMM, 2010)

Esse fluxo intenso de paraguaios e argentinos circulando pela cidade de Foz do Iguaçu, traz uma enorme interação de costumes e culturas, desde a vestimenta, idioma, alimentação etc. A cultura é o resultado dessa invenção social, do comportamento dos indivíduos com seus grupos, que estão em constante interação e aprendizagem, no caso da tríplice fronteira, essa interação se tornou mais forte.

Foz do Iguaçu, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de agosto de 2015, é o sétimo município mais populoso do Paraná, com 263.782 habitantes. Integra uma área urbana com mais de 700 mil habitantes, constituída também por Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina, países com os quais a cidade faz fronteira.

Os visitantes que chegam a Foz do Iguaçu se surpreendem com a cultura das diversas etnias que compõem a população local, afinal, são 80 nacionalidades diferentes residindo no município. A base da economia está no turismo, com destaque para o comércio e serviços, a região é exemplo para o mundo de convivência pacífica entre povos de diferentes costumes e nacionalidades.

Por sua localização estratégica na tríplice fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu possui perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos e consolidação de empresas que poderão usufruir desse nicho de mercado. Com características



como crença, costumes, vestimenta e alimentação dos consumidores paraguaios e argentinos interferem na cultura do comércio local, pois há a necessidade das empresas se adaptarem para atender a esse crescente público.

Por meio da tecnologia, capital humano, estrutura, economia etc., Foz do Iguaçu desperta interesse e atenção do consumidor estrangeiro, gerando rentabilidade com o turismo, educação, lazer, venda de suprimentos etc. Sobre esse tema, quais são os desafios e oportunidades que as diferentes culturas geram na gestão de negócios para a cidade de Foz do Iguaçu?

O objetivo geral é compreender como o processo cultural dos paraguaios e argentinos pode influenciar na gestão de negócios na cidade de Foz do Iguaçu, e tem como objetivos específicos estudar o processo cultural e histórico dos países e cidades que compõe a Tríplice Fronteira do Iguaçu, verificar como ocorre o atendimento aos clientes paraguaios e argentinos e identificar oportunidades e desafios da influência da cultura dos consumidores da tríplice fronteira na gestão das empresas na cidade de Foz do Iguaçu.

O presente trabalho apresentou três objetivos específicos, sendo o primeiro deles: estudar o processo cultural e histórico dos países e cidades da Tríplice Fronteira do Iguaçu, através de pesquisas, pode-se conhecer a formação histórica, cultural, social, econômica, geográfica dos países Paraguai e Argentina, e as cidades fronteiriças Ciudad Del Este e Puerto Iguazú.

O segundo objetivo específico foi verificar como ocorre o atendimento aos clientes paraguaios e argentinos, através das entrevistas realizadas da fala dos próprios vendedores pode-se identificar como uma das principais dificuldades, a comunicação.

Como terceiro e último objetivo específico, foi identificar as oportunidades e desafios da influencia que a cultura dos consumidores estrangeiros exerce sobre as empresas de autopeças da Vila Portes, através de toda a análise realizada nos dados levantados pode-se definir o perfil das empresas, os desafios e as oportunidades por eles encontrados.

Com essa grande circulação de paraguaios e argentinos pela cidade de Foz do Iguaçu, é importante fazer um estudo e levantamento de informações referente ao que esse



público busca na cidade, e se os serviços e produtos ofertados estão sendo suficientes para eles, que frequentam os comércios, escolas, faculdades, lazer etc., pois pode contribuir para um maior desenvolvimento tanto financeiro como sociocultural para os setores citados.

Para as empresas, é de fundamental importância um estudo sobre os desafios e oportunidades ao atender esse público estrangeiro, pois Foz do Iguaçu lida com culturas e crenças totalmente diferentes da dos brasileiros, sendo assim conhecer esse público paraguaio e argentino traz vantagem competitiva para qualquer empresa que esteja interessada nesse nicho de mercado.

Com o levantamento de dados desta pesquisa, elas poderão melhorar seus processos e operações e se manter no mercado, como é possível observar na fala de Marcelo Moreira, coordenador de pesquisas do SEBRAE-SP (MOREIRA, 2016): que afirma que muitas empresas fecham em poucos anos de vida por falta de conhecimento de mercado, concorrentes e consumidores.

O mundo se move de maneira veloz, a globalização também tem seu lado negativo, é necessário que as organizações estejam atentas às mudanças que ocorrem no seu cenário principal, segundo nos revela Santos (1997):

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre aprender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 1997, p.49)

Quanto à viabilidade da pesquisa, em qualquer lugar da cidade de Foz do Iguaçu é possível encontrar estrangeiros, está pesquisa pode colaborar com as empresas iguaçuenses e até mesmo os próprios consumidores a melhorarem e perceberem quais são as medidas que devem ser mudadas e quais devem ser mantidas.



2 BASE TEÓRICA

O mundo passa por profundas transformações e com a prolongada crise financeira mundial geram questionamentos sobre a globalização, flexibilização e a competitividade. As novas formas de organização do trabalho têm lugar garantido nas análises dos estudiosos das organizações. (RACHEL; SALOMÃO, 2011)

Segundo Pires e Macêdo (2006) essas transformações geram um ambiente complexo, marcado pelos avanços tecnológicos e científicos, mudanças de conceito, de valores e quebra de paradigmas que norteiam todos os segmentos da sociedade. No ambiente globalizado, onde as interações sociais ocorrem entre pessoas de diferentes regiões e países, a palavra cultura emerge como uma das variáveis fundamentais para a compreensão do fenômeno organizacional.

Para Santos (2012) a cultura organizacional vem sendo a base para as organizações há anos, pois seu fundamento foi introduzido e transmitido pelos valores do próprio fundador, sendo sua prática de extrema importância para toda a organização, que se fundamenta em sua teoria para exercer atividades básicas.

Segundo Lacombe (2003), os executivos devem estar conscientes de que a cultura pode ser administrada como também mudada, assim como os administradores, com conhecimento da cultura, devem compreender o que é preciso e como realizar a mudança, quando for necessário.

Empresas novas ou que ainda sofrem com a influência do fundador precisam de uma cultura forte e clara como meio de encontrarem a si próprias. Quando esse fundador se aposenta ou sai da empresa, ocorre um problema crítico.

Para Engel, Blackwell e Miniard (2000), o comportamento do consumidor consiste em uma atividade diretamente envolvida em obter, consumir e dispor de produtos e serviços, incluindo os processos decisórios que antecedem e sucedem estas ações. Consequentemente, é um assunto de interesse para qualquer empresa, seja qual for sua atividade ou função.



Para Cobra (1997) satisfazer a necessidade do consumidor significa descobrir não apenas o que ele quer ou deseja para saciar suas necessidades, pois, a grande maioria das pessoas não sabe exatamente o que quer. A satisfação da compra está ligada a certas sensações que o consumidor imagina estar satisfazendo suas necessidades.

Quando a experiência pós-consumo é satisfatório, pode desencadear uma compra repetida e, assim, levar a lealdade para produtos e/ou marcas. (GRUNERT, 2002)

Schiffman e Kanuk (2000) afirmam que os fatores que influenciam o comportamento do consumidor podem ser classificados em externos e internos onde os fatores culturais e psicológicos tem grande predominância e essas forças desempenham um papel importante nas decisões tomadas pelos consumidores. O ambiente social influencia o cliente pelos comentários e percepções feitos por outras pessoas que já estiveram no local, outros consumidores já são mais influenciados pelo tempo disponível para obter informações, tomar decisões, o tempo acaba sendo a prioridade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados do trabalho foi através do método de pesquisa qualitativa, pois se analisou a percepção do empresário iguaçuense perante o público estrangeiro e o que o motivou a atender esse público, sendo realizada através de entrevista semiestruturada, onde foi feita com empresários da cidade de Foz do Iguaçu, mais especificamente na região da Vila Portes próximo à Ponte da Amizade, esse local foi escolhido devido o fluxo de pessoas de várias culturas que circulam diariamente.

No que se refere ao objetivo da pesquisa, para ser estudado os desafios e oportunidades dos consumidores de Ciudad Del Este e Puerto Iguazú, foi necessário conhecer a forma que os empresários atendiam esses consumidores, as dificuldades que encontram para satisfazer as necessidades dos mesmos e quais estratégias adotadas.



Sendo assim, foi elaborada uma pesquisa exploratória com entrevista semiestruturada, sendo montado um roteiro com aproximadamente dez questões relacionadas ao tema, porém, o entrevistado dissertou livremente sobre assuntos que foram surgindo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIAS

A presente análise de resultados se deu com base em estudos qualitativos aplicado no bairro Vila Portes, na cidade de Foz do Iguaçu – PR – Brasil, do dia 1º (primeiro) ao dia 24 (vinte e quatro) de março de 2017 (dois mil e dezessete), aplicados nos períodos matutino e vespertino, mais especificamente entre as 9 (nove) horas às 18 (dezoito) horas, totalizando o número de doze perguntas, devidamente respondidas por gestores e vendedores, todos com suas empresas devidamente registradas perante a Junta Comercial do município, bem como cadastradas em todos os demais órgãos necessários, em conformidade com a legislação vigente.

4.1 ANÁLISE DA EMPRESA TIBOLA ACESSÓRIOS

A primeira empresa analisada é a Tibola Acessórios, empresa familiar que foi fundada em 2002 por Lauri Usanovich, localizada na Rua Portinari, no bairro Vila Portes em Foz do Iguaçu, oferece peças de reposição para veículos leves, bem como peças de reposição exteriores (capôs, para-choques, para-lamas, faróis etc.) e peças de acabamentos interiores (borrachas, maçanetas, máquinas de vidro, difusores etc.).

A empresa se encaixa no porte de micro e pequena empresa, pois seu faturamento anual é inferior a R\$ 360.000,00, é optante pelo Simples Nacional. Oferecendo diversas formas de pagamento para os seus clientes, que variam de acordo com o seu perfil, sendo cheques, promissórias, cartão de crédito, boletos etc.

Possui aproximadamente dez funcionários, sendo distribuídos nos setores de estoque, vendas, entregas, financeiro e administrativo, todos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com salário fixo, vale alimentação e vale transporte, para os vendedores



além de todos esses benefícios eles possuem um sistema de comissão sobre as vendas realizadas.

A empresa não possui trabalho de marketing formal, desde a sua fundação até os dias de hoje a propaganda é feita através do famoso “boca a boca”, mas por ser uma região próxima da fronteira esse marketing informal tem dado certo, pois o fluxo de movimentação é grande tanto de trabalhadores quanto de clientes, e com isso a empresa tornou-se conhecida da região.

Acompanhando a evolução do mercado e da tecnologia, a empresa possui *wifi* onde todos os vendedores trabalham por meio do *whats app* realizando as vendas através deste aplicativo, esse meio de comunicação facilita a venda tanto para clientes brasileiros quanto estrangeiros, pois através dele são enviadas imagens e áudios, com um custo acessível, economizando na ligação e mensagens, e podendo atender várias pessoas ao mesmo tempo.

Daniel L. Tibola Usanovich gerente da loja Tibola, afirmou que quando se iniciou a empresa, o público maior eram as oficinas de pintura e mecânica, com o passar dos anos, o cenário e o comportamento do consumidor foram mudando e hoje a grande maioria dos atendimentos são direcionados ao consumidor final, um detalhe considerável é que parte desse público é formado por mulheres. (TIBOLA USANOVICH, 2017)

As palavras do gerente da Tibola Acessórios vão de encontro com as palavras de Schiffman e Kanuk (2000), que afirmam que os fatores que influenciam o comportamento do consumidor podem ser classificados em externos e internos onde os fatores culturais e psicológicos tem grande predominância e essas forças desempenham um papel importante nas decisões tomadas pelos consumidores, as famílias estão entre as mais importantes influências de grupo para a maioria dos consumidores.

O veículo é considerado por muitos uma conquista, grande maioria zela pelo seu carro, o mantém sempre em dia com revisões e manutenções, e as lojas de peças e acessórios estão sempre trazendo peças de qualidade a um custo acessível e isso faz com que todos tenham a oportunidade de manter seu carro em dia.

Esse conceito ficou mais claro quando o gerente da empresa citou que:



O consumidor final veio ganhando muito conhecimento nessa área, se interessando em cuidar do seu próprio carro, com isso nosso perfil de clientes nos dias atuais é de 85% consumidor final, vale salientar também que houve um aumento considerável no número de mulheres que vem comprar peças para seus veículos. (TIBOLA USANOVICH, 2017).

Quanto à nacionalidade dos clientes, Daniel disse que sua empresa atende brasileiros, paraguaios e argentinos por estar situada na tríplice fronteira, alguns dos clientes estrangeiros fazem até a revenda de produtos, há uma interação enorme entre Brasil, Paraguai e Argentina.

De acordo com a fala de Oliveira (2012), a região Brasil-Paraguai-Argentina corresponde a sistemas inter e transnacionais permeáveis, cuja plasticidade social se faz nas relações entre pessoas e culturas em constantes e descontínuas deslocamentos no interior e no cruzamento de três estados nacionais demarcados por fronteiras voláteis, difusas e intrigantes, literalmente líquidas e fluídas, difíceis de serem percebidas como sólidas, fortes, firmes e inabaláveis. Aqui os “estranhos” se encontram e inventam formas de ritualizar-se enquanto tais, ocupando espaços e representando identidades nas trocas interculturais.

O conceito explanado pela Oliveira (2012) se concretiza na fala do gerente da Tibola Acessórios:

Difícil dizer em qual bairro estão nossos clientes, atendemos a cidade de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, posso dizer que nossos clientes estão em todos os bairros nessas três cidades da tríplice fronteira. Nós não só costumamos atender os estrangeiros, como nosso faturamento anual é baseado em 40% de vendas de produtos para estrangeiros, principalmente argentinos e paraguaios. (TIBOLA USANOVICH, 2017).

O convívio entre paraguaios, argentinos e brasileiros é harmonioso, eles entram e saem do Brasil com facilidade, em poucos minutos eles atravessam as pontes que ligam os países e logo já estão aqui fazendo compras, utilizando serviços etc. Os brasileiros também buscam muitos produtos paraguaios e argentinos, ou seja, há uma troca de produtos, culturas experiências etc., isso fica explícito na fala de Kinzler; Koefender; Orlandi (2016):



Todos conseguem conviver relativamente bem, onde conflitos étnicos não são encontrados, ao contrário existem formas muito concretas de aproximação como, por exemplo, o surgimento de um “idioma”, o portunhol, palavras dos dois idiomas, português e espanhol misturadas, facilitando a comunicação das pessoas e dos turistas, formando quase que um novo idioma, sinal claro de uma realidade que está sendo vivenciada de uma sociedade diferente, homogênea dentro de grande heterogeneidade fronteiriça.

O idioma dos paraguaios é o guarani e dos argentinos o espanhol, e muitos dos brasileiros que trabalham com esse público estrangeiro relataram que sentem dificuldade em comunicar-se, a empresa, prefeitura e associação comercial não fornecem nenhum tipo de curso de idioma ou qualquer incentivo para melhor atender os estrangeiros.

O maior desafio dos vendedores ao atender os estrangeiros é de fato a comunicação, principalmente pelo fato de um mesmo carro ter nomes diferentes em determinado país. Outro fator é a nomenclatura das peças, pois às vezes é necessário usar um papel para desenhar, procurar o que o cliente está pedindo em um site de busca na internet, até mimica nós fazemos para entender, mas sempre com bom humor e um atendimento que deixa o cliente sem nenhum constrangimento por não saber explicar o que quer em português. (TIBOLA USANOVICH, 2017).

O gerente afirma que o maior desafio é atender de forma gentil, prática e objetiva um estrangeiro que entra na nossa loja, às vezes sem saber como pedir seu produto, ou dizer seu carro, e que ele saia com seu problema resolvido.

Novamente Tibola Usanovich (2017), atestou que em relação ao idioma, como ambos os países falam espanhol, a comunicação não é tão complicada, não é algo que impeça a venda, mas tem casos que é realmente difícil, mas no geral 90% dos clientes estrangeiros se fazem entender bem, e também entendem o que falamos e negociamos.

Para Cobra (1997) satisfazer a necessidade do consumidor significa descobrir não apenas o que ele quer ou deseja para saciar suas necessidades, pois, a grande maioria das pessoas não sabe exatamente o que quer. A satisfação da compra está ligada a certas sensações que o consumidor imagina estar satisfazendo suas necessidades.

Quando questionado sobre a fidelização dos clientes estrangeiros, Tibola Usanovich (2017) respondeu que a maioria são fidelizados, retornam a comprar e até revendem alguns



produtos em seus países, essa fala do gerente vai ao encontro da citação de Grunert (2002), que afirma que quando a experiência pós-consumo é satisfatório, pode desencadear uma compra repetida e, assim, levar a lealdade para produtos e/ou marcas.

Segue a fala de Daniel sobre a fidelização dos clientes estrangeiros:

Alguns compram e não voltam mais, mas a maioria é sim fidelizado, inclusive nós temos clientes argentinos e paraguaios que revendem nossos produtos em seus países, eles tem empresas no ramo automotivo e vem na nossa loja comprar produtos para revender em seus estabelecimentos, tem alguns clientes que perdemos quase uma manhã inteira ou uma tarde inteira só para atendê-los (TIBOLA USANOVICH, 2017).

4.2 ANÁLISE DA EMPRESA ACESSÓRIOS BRASIL

A segunda empresa a ser analisada é Acessórios Brasil, localizada na Rua Osvaldo Cruz no bairro Vila Portes em Foz do Iguaçu, trabalha com acessórios para veículos, atua há vinte anos no mercado.

O proprietário da Acessórios Brasil possui duas lojas na Vila Portes e uma no Paraguai, as fotos abaixo são da loja da rua Osvaldo Cruz, na Vila Portes.

Como o proprietário atual da empresa foi funcionário de uma loja de autopeças grande em Foz do Iguaçu, e assim ele percebeu que o público do Paraguai e Argentina tinha uma carência de produtos e pouca demanda para atendê-los, e com isso viu uma grande oportunidade de se inserir no mercado como empresário, a empresa começou muito pequena e quando percebeu uma oportunidade de ampliar suas vendas ele o fez, e hoje segue com três lojas, uma no Paraguai e duas no Brasil.

O gerente da loja Acessórios Brasil seguiu a teoria da contingência de CHIAVENATO (2002), que enfatiza que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa, tudo é relativo, tudo depende. Existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas necessárias para o alcance dos objetivos,



ou seja, perceber as oportunidades e necessidades do mercado e ir de encontro a elas. Segue a fala do vendedor Vilson Souza:

Olha, quanto ao histórico da loja, o meu patrão, que hoje é o dono da empresa trabalhou muitos anos na Auto Vidros Cascavel, há vinte anos atrás, e aí resolveu sair e abriu uma portinha bem pequena ali... perto do Hotel Rafain no Portal da Foz, e começou a mandar muita mercadoria pro Paraguai, aí então ele resolveu abrir uma sala no Paraguai e virou distribuidor lá, aí a mercadoria vinha de São Paulo, parava aqui e automaticamente tinha o passageiro que levava para o Paraguai, e lá no Paraguai despachava pras cidade pequenas de lá e tal, ele virou um distribuidor na época. (SOUZA, 2017).

A empresa é composta por um sócio e a loja do Brasil conta com sete funcionários, distribuídos pelos setores administrativo e comercial, todos com os benefícios padrão oferecidos pelas empresas, tais como vale alimentação, vale transporte, comissão etc.

Na citação a seguir, Souza (2017) explana que os vendedores externos que vendiam os produtos que vinham de São Paulo no início da loja ajudaram muito na expansão do negócio.

Lá dentro do Paraguai ele tinha quatro ou cinco vendedores, que atendia daí Assunção, Santa Rita... agora não vou lembrar o nome do restante das cidades, tinha muito vendedor externo, e daí ajudou no crescimento da loja né, Paraguai é muito grande lá pra dentro. (SOUZA, 2017).

A loja Acessórios Brasil oferece facilidade de pagamento para seus clientes, de acordo com o seu cadastro e o histórico deles para com a empresa. Realizam entrega em domicílio sem cobrar taxa de adesão, e assim como a empresa anteriormente citada, o marketing é informal, sendo trabalhado através dos serviços prestados onde seus clientes recomendam uns aos outros como cita Kotler (1998), que o marketing é um processo social e gerencial através do quais indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e de que necessitam, criando e trocando produtos e valores uns com os outros.

O vendedor Souza (2017) afirmou que o mercado de peças no Paraguai e Argentina é “pobre” e muito caro em relação ao Brasil, por isso as lojas de alguns segmentos aqui em Foz do Iguaçu atraem muitos clientes estrangeiros:



Lá no Paraguai não tem pra onde correr, lá não tem mercado, tem que vim as peça do Brasil pra ir pro Paraguai, e dai então, é... não tem como trabalhar só com a linha de acessório, ia perder muita venda lá, então eles é obrigado a fazer o pacote todo, parte mecânica e a parte de acessório também. (SOUZA, 2017)

Las Casas (2006) afirma que o marketing é o processo de planejamento e execução da concepção, preço, promoção e distribuição de ideias, bens e serviços organizacionais e eventos para criar trocas que venham satisfazer objetivos individuais e organizacionais. Por mais que se tenham lojas de peças no Paraguai, os paraguaios ainda assim preferem comprar no Brasil, pois os impostos e transporte de mercadoria para o lado paraguaio encarecem os produtos.

De acordo com a fala de Rocha (2004), além dos fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, o comportamento de compra dos consumidores também sofre influência de fatores de natureza política, econômica, tecnológica, ambiental, assim como, fatores mercadológicos como o produto, o seu preço, a sua promoção e o seu ponto de distribuição, ou seja, Vila portes está bem próxima de Ciudad Del Este, seu preço é mais atraente e seu produto é o mesmo vendido no Paraguai e Argentina, esses fatores atraem os consumidores, como afirma também o Vilson Souza:

Daí também tem os clientes nossos... os paraguaios né, e argentinos, nós temo muito cliente paraguaio, muito, muito mesmo, tanto as oficinas também do Paraguai que compra da loja nossa do Paraguai, muitos deles preferem vir comprar direto conosco, porque aqui na loja de Foz é mais barato do que comprar na loja do Paraguai, mesmo sendo a mesma loja mas tem a despesa do passageiro e tal, e do câmbio, então os paraguaio vindo buscar aqui em Foz, direto na loja aqui, compensa pra eles, sai bem mais barato do que eles comprar na nossa loja do Paraguai. (SOUZA, 2017).

4.3 ANÁLISE DA EMPRESA FOZ BATIDOS

Não diferente das demais empresas, a empresa Foz Batidos está localizada na Rua Portinari, no bairro Vila Portes em Foz do Iguaçu, surgiu em 2011 quando o Sr. Marco



Aurélio Ribeiro Zandoná decidiu ampliar sua rede de negócios neste município e resolveu arriscar-se nesse mercado tão competitivo.

No início, a Foz Batidos encontrou diversas dificuldades para se inserir no mercado, pois o número de empresas trabalhando na informalidade era e continua sendo muito grande. A empresa foi inaugurada em no ano de 2011 e, até o ano de 2013 foram os períodos de adaptação/inserção no mercado, atravessando um período de maiores dificuldades por não ser conhecida no ramo.

Michel (2017), o atual proprietário está investindo fortemente na estrutura física da empresa, que atende clientes de toda a região alcançando maior competitividade no ramo. Apesar da concorrência acirrada, a empresa vem crescendo, ganhando mercado e clientes. Hoje contando com uma estrutura de aproximadamente 1.100 m², divididos entre o corpo físico da loja e depósito.

O proprietário da loja Foz Batidos explica quais produtos vende e quais clientes está preparada para atender:

“A empresa já tá há sete anos no mercado, pra melhor atender a população, comercializamos peças novas e usadas desde autos a *pick-ups*, e a clientela que a gente tem é tanto pessoa física quanto pessoa jurídica”. (MICHEL, 2017)

Quanto ao público que a Foz Batidos atende, grande maioria são paraguaios e argentinos, mais paraguaios do que argentinos, como já foi dito na descrição das outras empresas, o que mais atrai os estrangeiros a comprar no Brasil é o preço. A empresa também oferece o serviço dos passeiros, que são pessoas que transportam essas mercadorias do Brasil para o Paraguai ou Argentina, essa modalidade é ilegal e de conhecimento do empresário e cliente.

A nossa empresa ela atende bastante pessoal argentino e paraguaio, e devido ao câmbio eles vem comprar no Brasil. Conforme tá o câmbio, se o câmbio tá alto, se o dólar tá alto, o pessoal vem comprar no Brasil que é mais em conta. A gente tem bastantes clientes paraguaios e argentinos, e a gente tem os passeiros que leva as peça para os outros países. (MICHEL, 2017)



Na fala de Kinzler, Koefender e Orlandi (2016) fica explícito que em todas as instituições quer sejam escolas, comércios dos mais diversos ramos, igrejas, pontos turísticos, ou alfandegários, onde existe uma determinada participação popular o comum é a presença dos vários grupos culturais sem que isso represente qualquer tipo de problema, ou seja, é entendido como sendo uma coisa normal, natural, todo esse encontro de culturas diferenciadas.

Observa-se que de 1989 a 1992 o desenvolvimento da tecnologia que permitia transmissão de textos e figuras a qualquer microcomputador ligado a uma rede mundial, através de um acesso simples sem a utilização dos chamados códigos de programação. (CHIAVENATO, 2002)

Surgia então, a Internet, que possibilita o trânsito de informações com uma velocidade nunca antes vista, rompendo fronteiras de espaço e tempo que separavam qualquer lugar do mundo das organizações.

A tecnologia está fortemente presente em todo o comércio, hoje já se faz vendas pela internet, *whats app*, compra-se com cartão de crédito de qualquer lugar do país etc., a loja Foz Batidos também vende seus produtos pelos aplicativos de conversas como *skype*, *whats app*, afirma Michel (2017) que isso facilita muitos nas vendas:

Muitos desses nossos clientes argentinos e paraguaios, a maior parte pedem pra cotar preço pelo *whats app*, daí é até melhor, que daí eles manda uma foto da peça e... só se desloca se realmente tem as peças, 80% das venda pro Paraguai e Argentina sai por intermédio do celular, *whats app* mesmo. (MICHEL, 2017)

Novamente citado no decorrer da análise, a maior oportunidade que os estrangeiros veem em comprar peças no Brasil é o preço e distribuição, pois um menos de uma hora eles atravessam a fronteira e chegam até a Vila Portes e usufruem dos produtos e serviços que ela pode oferecer, com um custo bem menor do que se consumido dentro do Paraguai e Argentina.

A fala do parágrafo anterior é o que afirmou Rocha (2004), que além dos fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, o comportamento de compra dos consumidores



também sofre influência de fatores de natureza política, econômica, tecnológica, ambiental, assim como, fatores mercadológicos como o produto, o seu preço, a sua promoção e o seu ponto de distribuição, no caso das empresas da Vila Portes, o que mais influencia os estrangeiros é o preço e distribuição.

A maior parte dos estrangeiros que vem aqui é pessoal que tem comércio lá no Paraguai, daí vem aqui e vê que a loja tem o produto que eles querem com um preço menor... daí eles voltam, cadastro a gente não faz, porque vendemos só à vista. E paraguaio e argentino não são de chorar preço não, quem chora mesmo é o brasileiro. (MICHEL, 2017)

4.4 ANÁLISE DA EMPRESA AUTO PEÇAS GAÚCHO

A empresa Auto Peças Gaúcho está localizada na Rua Fagundes Varela, no bairro Vila Portes, atua há vinte anos no mercado de Foz do Iguaçu, seu fundador é Leonir Batista Signa, mais conhecido como Gaúcho.

Leonir era mecânico e começou a comercializar algumas peças e logo montou um ferro-velho, a loja se chamava Ferro Velho Gaúcho e atualmente tornou-se uma grande loja de autopeças, vende peças, acessórios e motores tanto novos como usados para veículos leves e *pick-ups*, o nome da loja mudou para Auto Peças Gaúcho e atende clientes variados como público estrangeiro, oficinas, garageiros, consumidor final etc.

A loja possui trinta funcionários, todos devidamente registrados sendo distribuídos nos setores de estoque, vendas, entregas, financeiro e administrativo, todos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com salário fixo, vale alimentação e vale transporte, para os vendedores além de todos esses benefícios eles possuem um sistema de comissão sobre as vendas realizadas.

A forma de pagamento que a loja oferece para seus clientes não difere muito das demais, possui cadastro próprio, aceita cheques, cartões etc.

O vendedor entrevistado afirma em uma fala que os paraguaios e argentinos vem comprar no Brasil porque lá no país deles é difícil encontrar algumas peças, muitos desses



clientes estrangeiros revendem produtos da Auto Peças do Gaúcho em seus países. Xing (2017) explica que os clientes estrangeiros muitas vezes perdem no câmbio da moeda, mas ainda assim preferem comprar no Brasil, ou seja, o acesso a algumas peças e o valor delas dificulta o comércio no Paraguai e Argentina, fazendo com que eles venham consumir nas lojas da Vila Portes:

Olha, os paraguaio e argentino vem pra nossa loja porque lá no país deles não tem esses produto, e se acaso eles encontra lá é bem mais caro que aqui no Brasil, a maioria dos estrangeiro que tão mais próximo de nós vem buscar aqui, compensa pra eles. (XING, 2017)

O maior desafio que os vendedores encontram em atender os paraguaios e argentinos é quanto à nomenclatura das peças, pois uma mesma peça tem nomes diferentes em cada país, os veículos também são mesmo modelo do Paraguai e Argentina, mas diferem no nome, as peças mais difíceis são as partes mecânicas. Nesta fala o vendedor cita um exemplo:

“No Brasil é Volkswagen Fox e na Argentina e Paraguai é Suran, o Voyage lá pra eles é Senda ... outra, a Nissan Frontier é Navara e por aí vai”. (XING, 2017)

4.4 COMPARAÇÃO DOS CASOS

Foi realizada a comparação de quatro empresas, para identificar de forma resumida o que já foi explanado no capítulo anterior, resumo da empresa, oportunidades e desafios que encontram no atendimento aos clientes estrangeiros, precisamente paraguaios e argentinos.

Após análises das empresas citadas, podemos perceber que o mercado está em alta, pois o seu cliente zela pelo seu veículo, cuidando e preservando o mesmo, e para isso é necessário um investimento com peças de qualidade e atuais no mercado, com isso esse ramo está aquecido, gerando oportunidades para as empresas.

Ao analisar as respostas dadas pelas empresas, pode-se perceber que elas tem as mesmas dificuldades e enxergam as mesmas oportunidades também. De acordo com as entrevistas, uma das oportunidades relatadas pelos vendedores e gerentes quanto ao



atendimento aos consumidores paraguaios e argentinos é que muitas peças e acessórios não são encontradas em seus países, e quando encontradas são muito mais caras, então ao virem compram no Brasil, mais especificamente na Vila Portes eles acabam nem questionando valores, pagam o solicitado pela empresa, e os pagamentos são realizados sempre à vista.

Nos países Paraguai e Argentina há uma maior dificuldade em encontrar empresas e produtos com a mesma qualidade e preço das lojas da Vila Portes, essa situação faz com que os paraguaios e argentinos venham adquirir produtos na nossa região. Um dos vendedores afirmou que as peças chegam até o Paraguai bem mais caras devido ao transporte etc., que muitas das vezes é ilegal, por isso muitos paraguaios e argentinos vem até as lojas brasileiras para comprar devido ao preço ser mais atrativo.

A segunda oportunidade citada pelas empresas é o câmbio das moedas estrangeiras, pois o real está mais valorizado em relação ao guarani e o peso, com essa troca de moeda há um ganho por parte da empresa, outro fator é que os estrangeiros pagam todas suas compras à vista, e segundo respostas dos vendedores, ele não pedem desconto, não questionam o valor das peças.

Ao falar sobre os desafios no atendimento, todas as empresas citaram a comunicação com os estrangeiros como uma dificuldade, muitas delas utilizam mímicas, desenhos, fotos etc., para poder entender o que os clientes estão procurando, isso atrasa um pouco no atendimento, mas as empresas afirmaram que apesar da dificuldade ainda assim conseguem atender bem o cliente e sanar a sua necessidade.

Quanto a incentivos para melhorar o atendimento, a própria empresa, prefeitura e a associação comercial de Foz do Iguaçu não oferecem nenhum curso de idioma e de atendimento aos funcionários, e por ser uma cidade turística isso é um grande erro, pois no mínimo os funcionários teriam que falar espanhol, estar bem preparados para comunicar-se com os paraguaios e argentinos, isso faria um diferencial para a empresa e o cliente se sentiria mais a vontade, outro fator é o atendimento em geral, oferecerem cursos, troca de experiências etc., ou seja, é um fator que agregaria muito para a empresa e para a cidade.



O quadro 1 a seguir mostra um resumo com as informações a respeito das empresas pesquisadas, o seu perfil, as oportunidades e desafios citados por elas:

QUADRO 1: RESUMO GERAL	
Características:	Empresa familiar; Anos no mercado de autopeças; Venda de peças novas e usadas; Atendimento ao público estrangeiro.
Oportunidades de atendimento dos paraguaios e argentinos:	Pagamento à vista (não pedem desconto); Demanda grande de estrangeiros. Atendimento via Whats app, Skype; Ganham no câmbio da moeda peso ou guarani;
Desafios no atendimento dos paraguaios e argentinos:	Comunicação, idioma;
Atendimento aos paraguaios e argentinos:	Possuem demanda grande de estrangeiros, atendem de forma improvisada, com mímicas e desenhos.

Fonte: Acadêmicos Fernando Meira Borges e Talana Bordignon Maria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente de fronteira, ou seja, o limite entre duas ou mais nações, é vivenciado pelos habitantes da cidade de Foz do Iguaçu, que faz limite com o Paraguai e a Argentina. Diante desta realidade, uma tríplice fronteira está inserida em um cenário de livre comércio, que proporciona experiências culturais, acesso a variedade de moedas e idiomas, oportunidades e desafios peculiares a quem investe em regiões com essas características, como é o caso dos comerciantes do bairro popular Vila Portes, que constitui fronteira com Ciudad Del Este, no Paraguai.

O comércio fronteiriço nesta região iniciou-se na década de 60 com a construção da Ponte da Amizade, e na década de 80 se aprimorou com a construção da Ponte Tancredo Neves unindo Argentina com o Brasil, essa união das fronteiras fez com que tanto brasileiros como paraguaios e argentinos consumissem produtos um dos outros, circulando livremente.

Nesse trabalho foram estudadas as lojas de autopeças na região da Vila Portes que atendem os consumidores estrangeiros. Atualmente o bairro Vila Portes é considerado um dos



principais centros comerciais populares na cidade de Foz do Iguaçu. A partir dessas informações, surgiu curiosidade dos autores de estudar e pesquisar as influências da cultura dos consumidores estrangeiros no atendimento das lojas de autopeças, e como os empresários desse segmento fazem para atender a esse público.

Portanto frente a uma região de comércio que contribui para o desenvolvimento econômico da cidade buscou-se informações para responder a seguinte pergunta: Quais são os desafios e oportunidades que as diferentes culturas geram na gestão de negócio para a cidade de Foz do Iguaçu-PR?

Foram realizadas entrevista com os representantes de quatro lojas de autopeças, sendo a Tibola Acessórios e Foz Batidos, ambas localizadas na rua Portinari, a loja Acessórios Brasil na rua Osvaldo Cruz e a Autopeças Gaúcho na rua Fagundes Varela. A entrevista foi composta com doze perguntas semiestruturadas, no qual o entrevistado falava livremente sobre o assunto, tendo como objetivo fazer o levantamento dos principais desafios e oportunidades encontrados no atendimento dos clientes paraguaios e argentinos.

Posterior à aplicação das entrevistas, os dados mais significativos para alcançar os objetivos deste trabalho foram estudados, apresentados e transcritos proporcionando o conhecimento das características do perfil deste comerciante, dos principais desafios enfrentados, as oportunidades e as melhorias para um melhor desenvolvimento econômico que estes identificam para uma região de comércio popular fronteiroço.

O objetivo geral buscou compreender como o processo cultural dos paraguaios e argentinos pode influenciar na gestão de negócios na cidade de Foz do Iguaçu. Através das entrevistas foi possível identificar o perfil dos comerciantes e traçar quais os desafios e oportunidades que a cultura estrangeira lhes proporciona no atendimento aos consumidores.

O presente trabalho concluiu que o perfil dos comerciantes da região da Vila Portes são empresas de porte pequeno e familiares, os principais clientes são paraguaios, argentinos e brasileiros na maioria composto pelo gênero masculino, as oportunidades de atendimento aos estrangeiros que as empresas citaram foram quanto a forma de pagamento, atendimento via aplicativos de rede social e valorização da moeda brasileira perante as demais.



Já como desafios, as empresas citaram a comunicação (idioma) e a concorrência, o cliente escolhe a região pelo mercado potencial e pela sua localização, há uma infinidade de lojas de autopeças nessa região, quanto ao idioma, o atendimento é improvisado, não há conhecimento da língua estrangeira. Como oportunidades são destacadas a grande demanda do público paraguaio, e que essa proximidade com Ciudad Del Este se torna benéfica pelo fluxo de pessoas que são atraídas para a região, além do próprio estereótipo da região de se ter produtos variados a preços mais baixos que em outros locais de Foz do Iguaçu.

O referido trabalho alcançou seus objetivos geral e específicos e com satisfação os mesmos foram aqui apresentados. O mesmo é de grande valia para futuros administradores, como forma de conhecimento de uma região de comércio específica, tendo em vista um futuro investimento na região, este oferece uma grande quantidade de informações valiosas.

Sugere-se este tipo de estudo em outras regiões fronteiriças, como o comércio de Ciudad Del Este e Puerto Iguazú, compreendendo quais as oportunidades e desafios que os comerciantes paraguaios e argentinos enfrentam e qual a relação com o comércio popular do bairro Vila Portes, propiciando conhecimento aquele que o estuda e aquele que busca investir em regiões com essas características.

Como limitação para a realização desta pesquisa pode-se citar a bibliografia escassa sobre a região da tríplice fronteira, poucos autores escreveram sobre a interação cultural e comercial dos povos da fronteira, principalmente entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú.

REFERÊNCIAS

AGRODIGITAL, Via Confagri. **Mercosul perto de fechar Acordo de Livre Comércio com EU.** Disponível em: <http://www.agrotec.pt/noticias/mercosul-perto-de-fechar-acordo-de-livre-comercio-com-ue/>. Acesso 31/08/2016.

AIRES, Conexão Buenos. **Juan y Eva, amor, ódio, revolução.** Disponível em: <https://conexaobuenosaires.wordpress.com/2011/09/20/juan-y-eva-amor-odio-revolucao/>. Acesso 31/08/2016.



BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BEZERRA, Paulo. **O olhar do empreendedor**. Disponível em:
<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20150619/olhar-empreendedor/272080.shtml>. Acesso 10/08/2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 6º ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. Vol. II. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CIUDAD, Buenos Aires. **Turismo**. Disponível em: <https://www.buenosairesturismo.com.br/>. Acesso 31/08/2016.

COBRA, M. **Marketing básico: uma perspectiva brasileira**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 1997.

CORRÊA, Henrique Luiz. **Teoria Geral da Administração: abordagem histórica da gestão de produção e operações**. São Paulo: Atlas, 2003.

CULTURA, Rádio. **Autoridades definem plano de controle na tríplice fronteira**. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2016/08/02/definem-planos-de-controle-na-triplice-fronteira/>. Acesso 10/08/2016.

DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUAILIBI, R.; SIMONSEN JR., H. **Criatividade & marketing**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.

ENGEL, J. F.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W. **Comportamento do consumidor**. 8. ed. - Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2000.

ESCOLA Brasil, **Geografia do Paraguai**. Disponível em:
<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/dados-paraguai.htm>. Acesso 30/08/2016.

FARIAS, S. A; KOVACS, M. H. Esforço do consumidor, estratégias de redução do risco percebido e satisfação: proposição de um esquema teórico para o comércio eletrônico. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, Salvador, 2006. Anais. ANPAD, 2006. CDROM.

FERREIRA, Ademir Antônio. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: Evolução e Tendências da Moderna Administração de Empresas**. 14 reimp. da 1.ed de 1997. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.



FOZ, Tribuna de. **Ponte Tancredo Neves: símbolo de integração com a Argentina.**

Disponível em:

http://diariodascataratas.com.br/v1/noticias/661/ponte_tancredo_neves__simbolo_de_integracao_com_a_argentina.html. Acesso 31/08/2016a.

FRANCISCO, Wagner De Cerqueria E. Paraguai. **Brasil Escola.** Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/>. Acesso 30/08/2016b.

FRANCISCO, Wagner De Cerqueria E. **Dados do Paraguai.** Brasil Escola. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/>. Acesso 30/08/2016.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impacto.** São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

GERHARDT, Tatiana Angel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBO.COM, **Visitantes das Cataratas do Iguazu.** Disponível em: www.globo.com. Acesso 29/08/2016.

GRUNERT, K. G. **Current issues in the understanding of consumer food choices.** Trends in Food Science & Technology, v. 13, p. 275-285, 2002.

GUMMERUS, J.; LILJANDER, V.; PURA, M.; RIEL, A. V. Customer loyalty to content based Web sites: the case of an online health care service. **Journal of Services Marketing**, v. 18, n. 3, p. 175-186, 2004.

HARRIS, L. C.; GOODE, M. M. H The four levels of loyalty and the pivotal role of trust: a study of online service dynamics. **Journal of Retailing**, v. 80, n. 2, p. 139-158, 2004.

IGUAZÚ, Argentina. **Garganta do Diabo.** Disponível em:

<http://www.iguazuargentina.com/pt/>>. Acesso 31/08/2016.

KINZLER, Ademir Luis; KOEFENDER, Beatriz; ORLANDI Marines. **Tríplice Fronteira e os Aspectos Culturais:** Puerto Iguazú/Argentina, Ciudad del Este/Paraguai e Foz do Iguazu/Brasil. Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <

http://200.201.88.199/porta1pos/media/File/GeografiaMCR/relatorio_trabalho_professor_edson_belo.pdf>. Acesso 04/10/2016.

KNAPIK, Janete. **Administração Geral e de Recursos Humanos.** Curitiba: Ibpex, 2005.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LACOMBE, F. J. M; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências.** São Paulo: Saraiva, 2003.



LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História.** Foz do Iguaçu - Paraná: Copyright, 2001.

MACHADO, Lis Osório. **Limites, fronteiras, redes.** In: Fronteiras e Espaço Global. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e de roteiros.** Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp. Marília/SP. 2004.

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de; RUSCHAMNN, Doris Van de Meene. **Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR.** Caxias do Sul/RS. 2010.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MICHEL. Proprietário da loja Foz Batidos. **Entrevista de campo,** 2017.

MOREIRA, Marcelo. **Empreendedorismo no Brasil.** São Paulo: SEBRAE-SP, 2016. Disponível em: www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/.../GEM%20Nacional%20-%20web.pdf. Acesso em 17/10/2017.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864- 1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados,** USP, São Paulo, Ano 9, n.24, p. 243-254. 1995

MOTTA, Fernando C. Prestes, VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Nara Regina Olmedo de. **Foz do Iguaçu intercultural: cotidiano e narrativas de alteridade.** 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2012-08-13T095332Z-784/Publico/Nara%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 03/10/2017.

PACIEVITCH, Thais. **Economia da Argentina.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/argentina/economia-da-argentina/>. Acesso 31/08/2016.

PANTALONES ROJOS, **Histórias de uma Portuguesa em Madri,** 2014. Disponível em: <https://pantalonesrojos.wordpress.com/>. Acesso em 04/04/2017.

PATAGÔNIA. **Galeria de fotos.** Disponível em: <https://www.lugarcerto.com.br/>. Acesso 31/08/2016.

PIRES, José Calixto de Souza; MACEDO, Kátia Barbosa. **Cultura Organizacional em Organizações Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 29/09/2016.



PORTAL R7. **Peso Argentino**, 2012. Disponível em: <https://www.r7.com/>. Acesso em 06/04/2017.

PORTAL R7. **O Histórico do dólar Norte-Americano**, 2013. Disponível em: <https://www.r7.com/>. Acesso em 06/04/2017.

RACHEL, Lucimar Azevedo; SALOMÃO, Aretha Henrique Martins. **Cultura e Clima Organizacional como Estratégias de Impacto no Desempenho**. Juiz de Fora/MG. 2011.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROCHA, L. C. **Orientação para clientes**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14 ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SANTOS, Érica Mendes dos. **A importância da cultura para as organizações**. 2º Congresso de Pesquisa Científica: Inovação, Ética e Sustentabilidade. Marília/SP, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 2ª Ed. São Paulo; Editora Hucitec: 1997.

SANTOS, M. **Espaço & Método**. 4ª Ed. São Paulo; Nobel: 1997.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SANTOS, José Carlos dos. **Uma leitura micro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina**. Florianópolis, 2015. Disponível em: www.snh2015.anpuh.org/resources/.../1433683866_ARQUIVO_Textofinal2015.pdf. Acesso 04/10/2016.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira**. Santana do Livramento: Editora da UFGRS, 1993, 142 p.

SILVA, Dalliane Castro da. **Quadro Resumo Evolução das Teorias Administrativas**. 2014. Disponível em <https://pt.slideshare.net/DallyAnneCastro/quadro-resumo-evolucao-das-teoriasadministrativas>. Acesso 29/05/2017.

SOUZA, Vilson. **Entrevista de campo**, 2017.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História Do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina - Paraná: Ed. Uel, 2002.

TIBOLA USANOVICH, Daniel Leonardo. **Entrevista de campo**, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



URUGUAI, Pró Rio. **Estuário do Rio do Prata**. Disponível em:
<http://www.prouruguai.rs.gov.br/portal/modelo.php?cont=estuario>. Acesso 31/08/2016.

XING. **Entrevista de campo**, 2017.

XINHUA, Martin Zalaba. **Cold as you: ice bar "Glacio Bar" in Argentina**. Disponível em:
<http://en.people.cn/n/2015/0901/c90000-8944433.html>. Acesso 31/08/2016.

ZANDONÁ, Marco Aurélio Ribeiro. **Entrevista de campo**, 2017.

Recebido em 15/01/2018

Aprovado em 13/06/2018



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.